

**CLOVIS ILGENFRITZ DA SILVA E A  
ARQUITETURA MODERNA NO RIO GRANDE DO SUL**  
UMA ATUAÇÃO COMPROMETIDA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

João Vicente Machado Schmitz

Celia Helena Castro Gonsales | orientadora



**PROGRAU**  
2024



**Imagem da capa:** colagem digital realizada pelo autor (2024).

No primeiro plano: recorte feito pelo autor (2023) a partir do cartaz “PT 13, essa luta é nossa”, código de referência: PTDN-CSC-bolinf-foto-2267-7-dossub-PTDN\_C DEL-004. Fonte: acervo CSBH/FPA (1986);

Em segundo plano: à esquerda – fotografias do autor (2022 e 2023) e, à direita – acervo do Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**  
**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**



**Dissertação**

**Clovis Ilgenfritz da Silva e a arquitetura moderna no Rio Grande do Sul**  
uma atuação comprometida

**João Vicente Machado Schmitz**

Pelotas, 2024



Esta dissertação de mestrado foi elaborada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

**João Vicente Machado Schmitz**

**Clovis Ilgenfritz da Silva e a arquitetura moderna no Rio Grande do Sul**  
uma atuação comprometida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Celia Helena Castro Gonsales

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação da Publicação

S355c Schmitz, João Vicente Machado

Clovis Ilgenfritz da Silva e a arquitetura moderna no Rio Grande do Sul [recurso eletrônico] : uma atuação comprometida / João Vicente Machado Schmitz ; Celia Helena Castro Gonsales, orientadora. — Pelotas, 2024.

178 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Teoria da arquitetura e do urbanismo. 2. Arquitetura moderna gaúcha. 3. Arquitetura e militância política. 4. Arquiteto e urbanista Clovis Ilgenfritz da Silva. I. Gonsales, Celia Helena Castro, orient. II. Título.

CDD 720.981

João Vicente Machado Schmitz

Clovis Ilgenfritz da Silva e a arquitetura moderna no Rio Grande do Sul: uma  
atuação comprometida

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo,  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 15 de outubro de 2024

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Celia Helena Castro Gonsales

Doutora em Arquitetura pela Universidade Politécnic da Catalunha

---

Profa. Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul

---

Prof. Dr. Ricardo Luis Sampaio Pintado

Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de  
Pelotas

---

Prof. Dr. Sérgio Moacir Marques

Doutor em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aos meus pais.

## **Agradecimentos**

À Profa. Dra. Celia Helena Castro Gonsales, orientadora deste trabalho, por ter aceitado me guiar durante este processo acadêmico, pela excelente condução, pelo apoio e pelas incontáveis contribuições.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos que me oportunizou elaborar esta dissertação.

À Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), pela oportunidade e pelo ensino de excelência.

Ao Tiago Holzmann da Silva, pela gentileza de disponibilizar o acervo de projetos do escritório de seu pai e sócios para consulta, em um período antecessor ao meu ingresso ao mestrado, atitude fundamental para a realização desta dissertação.

Ao Mario Augusto Souza dos Santos e ao Sérgio Augusto Aenhe Corrêa, pelas informações e materiais fornecidos.

Ao Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU-RS), à Cooperativa Agropecuária & Industrial (COTRIJUI), ao Centro Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo (CSBH/FPA) e ao Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), pela permissão de acesso aos seus respectivos acervos e consulta a materiais indispensáveis a esta pesquisa.

Aos integrantes da banca de avaliação, por aceitarem o convite, disponibilizando seu tempo e conhecimentos para contribuírem com este trabalho.

A todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização da pesquisa.

À minha maior razão: minha família – pela sensibilidade, companhia, amor e apoio desde o dia um.



## Resumo

SCHMITZ, João Vicente Machado. **Clovis Ilgenfritz da Silva e a arquitetura moderna no Rio Grande do Sul: uma atuação comprometida**. Orientadora: Celia Helena Castro Gonsales. 2024. 178 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

Este estudo tem como tema a arquitetura e urbanismo modernos no Rio Grande do Sul. Como objeto de estudo, a investigação aborda a trajetória profissional do arquiteto, urbanista e militante político gaúcho Clovis Ilgenfritz da Silva, que teve projeção em nível nacional face à sua luta frente à habitação de interesse social. No entanto, sua trajetória, desde o início de formação, até sua atuação política e projetual ainda apresenta lacunas no conhecimento. Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo construir uma reflexão crítica sobre a obra de Ilgenfritz, a fim de compreender seu paralelismo profissional. Para isso, foram adotados procedimentos de pesquisa bibliográfica voltados à coleta de informações teóricas, assim como pesquisas em acervos públicos e privados de fotografias e projetos arquitetônicos e urbanísticos, buscando realizar um mapeamento de sua trajetória profissional. Destaca-se a consulta às fontes primárias como primordiais ao estudo. A realização deste trabalho permitiu compreender que, mesmo que o arquiteto tenha, em alguns momentos, se dedicado a uma função de maior evidência, ele sempre desenvolveu diferentes atividades de forma paralela.

Palavras-chave: teoria da arquitetura e do urbanismo; arquitetura moderna gaúcha; arquitetura e militância política; arquiteto e urbanista Clovis Ilgenfritz da Silva.

## Abstract

SCHMITZ, João Vicente Machado. **Clovis Ilgenfritz da Silva and the modern architecture in Rio Grande do Sul: a committed performance.** Advisor: Celia Helena Castro Gonsales. 2024. 178 f. Dissertation (Masters in Architecture and Urbanism) – Faculty of Architecture and Urbanism, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

The focal point of this study is the modern architecture and urbanism in Rio Grande do Sul. The research focuses on the professional career of the architect, urbanist and political activist from Rio Grande do Sul, Clovis Ilgenfritz da Silva, who gained national recognition for his fight for social housing. However, there are still gaps in knowledge about his career, from his early studies to his political and architectural work. In this sense, this dissertation aims to construct a critical reflection on Ilgenfritz's work in order to understand his professional parallels. To this end, bibliographic research procedures were adopted to collect theoretical information, as well as research in public and private collections of photographs and architectural and urban projects, seeking to map his professional career. The consultation of primary sources stands out as essential to the study. This work allowed to understand that, even though the architect may have, at times, dedicated himself to a more prominent role, he always developed different activities in parallel.

Keywords: theory of architecture and urbanism; modern architecture of Rio Grande do Sul; architecture and political activism; architect and urbanist Clovis Ilgenfritz da Silva.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	Clovis Ilgenfritz nas eleições dá década de 1980 .....	53
<b>FIGURA 2</b>	Clovis Ilgenfritz e Rault Pont – eleições municipais de Porto Alegre .....	53
<b>FIGURA 3</b>	residência Ernesto Cross Valdez .....	61
<b>FIGURA 4</b>	residência Edgar Albuquerque Graeff .....	62
<b>FIGURA 5</b>	Colégio Estadual Júlio de Castilhos.....	63
<b>FIGURA 6</b>	residência Mello Pedreira.....	64
<b>FIGURA 7</b>	edifício FAM .....	65
<b>FIGURA 8</b>	escritório e depósito da Mobil Oil do Brasil.....	66
<b>FIGURA 9</b>	planta residência Antônio Bertão .....	73
<b>FIGURA 10</b>	planta residência Gil Coimbra Müller.....	75
<b>FIGURA 11</b>	planta residência Edison Alves de Oliveira.....	77
<b>FIGURA 12</b>	planta residência Carlos Alberto Lopes Neves .....	79
<b>FIGURA 13</b>	fachadas residências Bertão, Müller, Oliveira e Neves.....	82
<b>FIGURA 14</b>	plantas residência José Rocha.....	84
<b>FIGURA 15</b>	plantas residência Hilariu Hirro Cassol .....	86
<b>FIGURA 16</b>	plantas residência Luiz e Leni Gomes.....	88
<b>FIGURA 17</b>	plantas residência Roberto de Carvalho e Silva .....	90
<b>FIGURA 18</b>	plantas residência Enio e Maria Berwanger .....	92
<b>FIGURA 19</b>	fachadas residências Rocha, Cassol, Gomes, Silva e Berwanger.....	95
<b>FIGURA 20</b>	planta residência Sociedade Educação e Caridade .....	98
<b>FIGURA 21</b>	planta residência Ivar Balconi.....	100
<b>FIGURA 22</b>	plantas residência Rolando Daza Tejada .....	102
<b>FIGURA 23</b>	fachadas residências Balconi, Tejada e SEC.....	104
<b>FIGURA 24</b>	Terminal Rodoviário de Porto Alegre.....	106
<b>FIGURA 25</b>	Planetário da UFRGS .....	107
<b>FIGURA 26</b>	implantação Hospital Santa Teresinha – COTRIJUÍ .....	113
<b>FIGURA 27</b>	fachadas Hospital Santa Teresinha - COTRIJUÍ .....	113
<b>FIGURA 28</b>	implantação Hospital Campo Novo.....	114
<b>FIGURA 29</b>	fachadas Hospital Campo Novo.....	115
<b>FIGURA 30</b>	cortes e fachadas Hospital Campo Novo.....	116
<b>FIGURA 31</b>	planta IRFA .....	117
<b>FIGURA 32</b>	corte e fachadas IRFA.....	118
<b>FIGURA 33</b>	Praça da República.....	121
<b>FIGURA 34</b>	proposta inicial projeto Praça da República .....	122

<b>FIGURA 35</b>	proposta final projeto Praça da República .....	123
<b>FIGURA 36</b>	Praça da República.....	123
<b>FIGURA 37</b>	Praça da República.....	124
<b>FIGURA 38</b>	área cívica Praça da República.....	124
<b>FIGURA 39</b>	plataformas área cívica Praça da República .....	125
<b>FIGURA 40</b>	croqui área cívica Praça da República .....	126
<b>FIGURA 41</b>	auditório Praça da República.....	127
<b>FIGURA 42</b>	fundos e laterais auditório Praça da República.....	128
<b>FIGURA 43</b>	planta subsolo palco .....	128
<b>FIGURA 44</b>	parque infantil Praça da República.....	129
<b>FIGURA 45</b>	croqui quiosques .....	130
<b>FIGURA 46</b>	quiosques recém-inaugurados .....	130
<b>FIGURA 47</b>	quiosque Praça da República e casa de veraneio .....	131
<b>FIGURA 48</b>	quiosques .....	132
<b>FIGURA 49</b>	primeiro abrigo de táxi .....	132
<b>FIGURA 50</b>	Ponto de táxi .....	133
<b>FIGURA 51</b>	localização sede COTRIJUÍ e entorno imediato .....	134
<b>FIGURA 52</b>	placas comemorativas inauguração sede COTRIJUÍ .....	135
<b>FIGURA 53</b>	vista aérea sede COTRIJUÍ .....	135
<b>FIGURA 54</b>	prédio administrativo COTRIJUÍ.....	136
<b>FIGURA 55</b>	projeto setor administrativo sede COTRIJUÍ .....	137
<b>FIGURA 56</b>	volumes anexos setor administrativo.....	138
<b>FIGURA 57</b>	perspectiva e corte esquemático setor administrativo sede COTRIJUÍ.....	138
<b>FIGURA 58</b>	projeto setor de consumo sede COTRIJUÍ .....	140
<b>FIGURA 59</b>	cobertura setor de consumo sede COTRIJUÍ e Fábrica Domingo Massaro ...	141
<b>FIGURA 60</b>	projeto guarita sede COTRIJUÍ .....	142
<b>FIGURA 61</b>	corte esquemático guarita sede COTRIJUÍ .....	143
<b>FIGURA 62</b>	memorial parcial de cálculo cobertura guarita sede COTRIJUÍ.....	144
<b>FIGURA 63</b>	guarita [A] Refrescos Del Norte, [B] CEASA/RS e [C] COTRIJUÍ .....	144
<b>FIGURA 64</b>	localização terminal graneleiro, pavilhão/depósito e Ceasa/RS .....	146
<b>FIGURA 65</b>	projeto restaurante .....	147
<b>FIGURA 66</b>	implantação e exterior restaurante .....	149
<b>FIGURA 67</b>	implantação pórtico/guarita e área cívica.....	150
<b>FIGURA 68</b>	letreiro em concreto armado do Terminal Graneleiro.....	150
<b>FIGURA 69</b>	letreiro em baixo-relevo COTRIJUÍ.....	151

<b>FIGURA 70</b>	projeto pórtico/guarita Terminal Graneleiro .....	151
<b>FIGURA 71</b>	espaço controle de produção .....	152
<b>FIGURA 72</b>	pórtico Terminal Graneleiro .....	152
<b>FIGURA 73</b>	croqui pórtico/guarita Terminal Graneleiro.....	154
<b>FIGURA 74</b>	planta área cívica Terminal Graneleiro .....	154
<b>FIGURA 75</b>	croqui área cívica Terminal Graneleiro .....	155
<b>FIGURA 76</b>	planta reservatório Terminal Graneleiro.....	155
<b>FIGURA 77</b>	escultura de Vasco Prado a Luiz Fogliatto .....	156
<b>FIGURA 78</b>	inauguração da residência tipo C-42 térrea.....	161
<b>FIGURA 79</b>	núcleos primeiras residências da COOHABICASA no mapa urbano de Ijuí ..	162
<b>FIGURA 80</b>	residências do núcleo da rua Mário Silva (trecho da rua 14 de Julho) .....	164
<b>FIGURA 81</b>	residência tipo C-42 térrea, núcleo HCI .....	164
<b>FIGURA 82</b>	residências COOHABICASA tipo semelhante à C-42 de dois pavimentos.....	166
<b>FIGURA 83</b>	implantação conjunto habitacional COORODO .....	167
<b>FIGURA 84</b>	conjunto habitacional COORODO .....	168
<b>FIGURA 85</b>	loteamento COORODO.....	169
<b>FIGURA 86</b>	implantação conjunto habitacional COPHAMPA .....	171
<b>FIGURA 87</b>	edifício Y Condomínio Jardim América .....	172
<b>FIGURA 88</b>	edifícios tipo linear e catavento .....	172

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> algumas das ações de Ilgenfritz na CMPA.....	54
<b>QUADRO 2</b> atuação profissional de Ilgenfritz.....	57
<b>QUADRO 3</b> arquitetura moderna no Rio Grande do Sul.....	60
<b>QUADRO 4</b> habitações unifamiliares.....	69
<b>QUADRO 5</b> organização espacial/funcional .....	71
<b>QUADRO 6</b> os vários programas .....	109
<b>QUADRO 7</b> projetos para a COTRIJUÍ .....	110
<b>QUADRO 8</b> expressividade volumétrica .....	111
<b>QUADRO 9</b> projetos de habitação de interesse social.....	159
<b>QUADRO 10</b> habitação de interesse social – tradição moderna .....	160
<b>QUADRO 11</b> etapas de construção das primeiras residências da COOHABICASA .....	161
<b>QUADRO 12</b> núcleos das primeiras residências da COOHABICASA .....	163
<b>QUADRO 13</b> projetos das primeiras residências da COOHABICASA.....	165
<b>QUADRO 14</b> residências do loteamento COORODO e previsões de ampliação .....	170

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>APA</b>	Associação Profissional dos Arquitetos de Porto Alegre
<b>ARQUIPLAN</b>	Arquitetura e Planejamento Ltda.
<b>ARQUIPLAN-CEPA</b>	Arquitetos e Economistas Associados Ltda.
<b>ATHIS</b>	Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
<b>ATME</b>	Assistência Técnica à Moradia Econômica
<b>BNH</b>	Banco Nacional da Habitação
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CAU/RS</b>	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul
<b>CBA</b>	Congresso Brasileiro de Arquitetos
<b>CEASA/RS</b>	Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul
<b>CM CAU/RS</b>	Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul
<b>CMPA</b>	Câmara Municipal de Porto Alegre
<b>CNPL</b>	Confederação Nacional dos Profissionais Liberais
<b>COHAB</b>	Companhia de Habitação Popular
<b>COOHABICASA</b>	Cooperativa Habitacional dos Operários da Região Serrano-Missioneira
<b>COORODO</b>	Cooperativa Habitacional dos Rodoviários do Rio Grande do Sul
<b>COPHAMPA</b>	Cooperativa Habitacional dos Municípios de Porto Alegre
<b>CREA-RS</b>	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado Rio Grande do Sul
<b>COTRIJUÍ</b>	Cooperativa Agropecuária & Industrial
<b>CSBH/FPA</b>	Centro Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DAER-RS</b>	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
<b>EDEC</b>	Estrutura de Cerâmicas Projetos e Construções Ltda.
<b>FAM</b>	Fayet, Araújo e Moojen
<b>FA/UFRGS</b>	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>FAUUSP</b>	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
<b>FEUFRGS</b>	Federação dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>FNA</b>	Federação Nacional dos Arquitetos
<b>HCI</b>	Hospital de Clínicas de Ijuí
<b>IAB</b>	Instituto de Arquitetos do Brasil
<b>IAB-BA</b>	Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia
<b>IAB-RS</b>	Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul
<b>IBA</b>	Instituto de Belas Artes
<b>INA</b>	Inquérito Nacional de Arquitetura
<b>IPASE</b>	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
<b>IRFA</b>	Instituto Riograndense de Febre Aftosa
<b>MADP</b>	Museu Antropológico Diretor Pestana
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PLCL</b>	Projeto de Lei Complementar
<b>PLL</b>	Projeto de Lei do Legislativo
<b>PR</b>	Projeto de Resolução
<b>PROGRAU</b>	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>P.u.f.a.</b>	Por Uma Faculdade de Arquitetura
<b>REQ</b>	Requerimento
<b>SAERGS</b>	Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul
<b>SEC</b>	Sociedade Educação e Caridade
<b>TRT</b>	Tribunal Regional do Trabalho
<b>UFPeI</b>	Universidade Federal de Pelotas
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UIA</b>	União Internacional dos Arquitetos
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>UNIJUÍ</b>	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>MOTIVAÇÃO</b> .....	22
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	24
<b>1 ARQUITETURA E URBANISMO MODERNOS_ uma causa</b> .....	38
<b>1.1 O movimento moderno e suas causas</b> .....	40
<b>1.1.1 Uma habitação para todos</b> .....	41
<b>1.1.2 Uma cidade para todos</b> .....	42
<b>1.2 As causas dos arquitetos brasileiros</b> .....	43
<b>1.2.1 Reconhecimento da profissão: o papel social do arquiteto</b> .....	43
<b>1.2.2 Planejamento urbano e habitação</b> .....	44
<b>1.3 A militância de Clovis Ilgenfritz da Silva</b> .....	47
<b>1.3.1 Uma formação além da arquitetura e do urbanismo</b> .....	47
<b>1.3.2 A construção das associações profissionais dos anos 1960-1980</b> .....	51
<b>1.3.3 Atuação política após a redemocratização do Brasil</b> .....	52
<b>1.3.4 Habitação de qualidade para todos: a causa de toda a vida</b> .....	55
<b>2 ARQUITETURA E URBANISMO MODERNOS_ um estilo</b> .....	58
<b>2.1 Referências de uma linguagem arquitetônica: a arquitetura do Rio Grande do Sul nas décadas de 1950 e 1960</b> .....	59
<b>2.2 Obra arquitetônica e urbanística de Ilgenfritz</b> .....	67
<b>2.2.1 Habitação unifamiliar: composição espacial</b> .....	68
<b>2.2.2 Os vários programas: expressão na arquitetura</b> .....	106
<b>2.2.3 A habitação de interesse social: tradição moderna</b> .....	158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	173
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	176





## MOTIVAÇÃO

### 1 VISITA A ATLÂNTIDA, 2019

---



Igreja Cristo Obrero (1960)

A inquietação que me guiou a estudar a vida profissional de Ilgenfritz surgiu em 2019, em uma viagem que realizei à Atlântida, no Uruguai, organizada pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIJUÍ, do qual eu fazia parte como discente.

Em um grupo de alunos e professores, fizemos uma visita à Igreja Cristo Obrero, idealizada pelo engenheiro Eladio Dieste, onde o arquiteto e filho do engenheiro, Esteban, nos recebeu. Conversando com o profissional, junto de uma professora, ele nos indicou que, possivelmente, havia uma obra de Dieste em Ijuí.

### 2 CONSTATAÇÃO DA COLABORAÇÃO ENTRE DIESTE E ILGENFRITZ, 2019

---



Eladio Dieste

(1917-2000)



Clovis Ilgenfritz  
da Silva

(1939-2019)

Ao retornar de viagem, ingressei em um grupo de pesquisa da UNIJUÍ e iniciei algumas investigações sobre a COTRIJUÍ. Fui informado que, possivelmente, Ilgenfritz e Dieste haviam colaborado no projeto. Iniciei o contato com a cooperativa no segundo semestre de 2019, mas o processo foi lento, tendo em vista que ela passava por uma liquidação judicial. Naquele período, em novembro de 2019, Ilgenfritz faleceu e, infelizmente, não consegui ter contato com ele.

### 3 ACESSO AO ACERVO COTRIJUÍ, 2020

---



Sede COTRIJUÍ (1972)

O setor jurídico da COTRIJUÍ autorizou meu acesso ao acervo de projetos da cooperativa em 2020. Tive certeza da colaboração entre Ilgenfritz e Dieste no momento do contato com os selos de identificação das pranchas, com dados dos responsáveis técnicos.



Inquietações sobre Clovis Ilgenfritz da  
Silva

Com a escassez de informações e materiais dispersos, e considerando a relevância de Clovis Ilgenfritz da Silva, passei a investigar sua atuação até ir, no segundo semestre de 2021, a Porto Alegre, para acessar o acervo de seus projetos. Posteriormente, desenvolvi um plano de trabalho para ingressar no mestrado (2022/1), a fim de dar sequência em minha pesquisa sobre ele.



## Aproximação

A arquitetura moderna, que se consolidou na Europa no começo do século XX, tinha no seu âmago a intenção da representação do espírito dos novos tempos. Com a união de uma invenção formal ao desenvolvimento técnico, essa nova linguagem propôs um rompimento em relação àquela anteriormente desenvolvida. A partir do movimento das vanguardas artísticas, a utilização do aço, do vidro e do concreto em larga escala, a minimização de elementos de ornamentação, utilizando a estrutura como o próprio “ornamento” – como meio de expressão – são características que, aos poucos, chegaram a diversas partes do mundo (Curtis, 2008).

Paralelamente a essas questões, algo fundamental a se considerar nesse movimento é que os arquitetos estavam imbuídos de uma vontade de participar, segundo uma nova proposta urbana e espacial, de um processo de transformação da sociedade. Tais profissionais encontravam-se em diversas partes do mundo, sendo unidos por um ideal social no qual o movimento moderno, conforme Anatole Kopp (1990) destaca, voltava-se a uma causa, e não a um estilo.

Na Europa, no início do século XX, os arquitetos se mobilizaram para a reconstrução das cidades, principalmente no que diz respeito à produção de moradias para a população que vivia em condições precárias ou que sequer tinham habitação – nesse momento surgem grandes conjuntos habitacionais e o trabalho de cooperação é visto como ideal na arquitetura (Kopp, 1990).

No Brasil, a arquitetura moderna surgiu nas primeiras décadas do século XX, divergindo do pensamento de uma arquitetura eclética, mais tradicional, passando a contar com métodos construtivos diferenciados, com a estrutura independente e com uma nova ordem visual, mas propondo, ao mesmo tempo, uma interface com uma ideia de “espírito do lugar” (Segawa, 2002).

Também no Brasil, esse movimento inovador se revestiu de um forte caráter social e político. Dois dos mais importantes arquitetos do país, Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas, por exemplo, foram filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O período moderno da arquitetura incorporava o ideal social de intelectuais e profissionais, em geral, ligados à política de esquerda, os quais estavam – além de atuantes nas tarefas da arquitetura e do urbanismo – engajados politicamente. Essa situação culminou em uma luta pelo reconhecimento da profissão a partir da criação das entidades de classe, como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA).

No Rio Grande do Sul, a arquitetura moderna aconteceu de forma mais expressiva a contar dos anos 1940. Observa-se que, em solo gaúcho, a arquitetura não teve uma identidade tão marcante em termos formais e estruturais como na região sudeste do Brasil. Inicialmente, manifestou-se se adequando ao tecido da cidade e às condições muito específicas do lugar urbano (Marques, 2012).

Marques (2012) ainda afirma que a primeira geração gaúcha de arquitetos foi composta de Demetrio Ribeiro (1916-2003), Edgar Albuquerque Graeff (1921-1990), Carlos Alberto de Holanda Mendonça (1920-1956) etc. A segunda geração foi constituída por Carlos Maximiliano Fayet (1930-2007), Cláudio Luiz Gomes Araújo (1931-2016), Moacyr Moojen Marques (1930-2019), entre outros. No desenvolvimento da pesquisa, interpreta-se que Clovis Ilgenfritz (1939-2019), arquiteto cuja obra se estudará nesta investigação, enquadra-se à terceira geração.

Em relação à presença do espírito de renovação social, antes citado como presente nos protagonistas da arquitetura moderna, observa-se que, desde a primeira geração de arquitetos no Rio Grande do Sul, a atuação político-profissional, paralela – em um determinado momento – à prática projetual, sempre decorreu de forma particularmente intensa nesta região do país. Houve uma participação ativa dos arquitetos gaúchos na política, filiando-se vários deles, como Demetrio Ribeiro, Edgar Albuquerque Graeff, Edvaldo Ruy Pereira Paiva, Enilda Ribeiro e Nelson Souza ao PCB (Nunes, 2016).

Clovis Ilgenfritz da Silva (1939-2019), nasceu em Ijuí, noroeste do estado do Rio Grande do Sul e permaneceu em sua cidade natal até as séries iniciais. Posteriormente, foi para Passo Fundo, onde frequentou o Instituto Educacional de Passo Fundo. Aos 17 anos se mudou para Porto Alegre, onde estudou no Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Prestou vestibular para o curso de Engenharia, mas não obteve êxito. Portanto, retornou a Ijuí e, casualmente, conseguiu emprego com Hélio Adão Greven, um arquiteto da cidade. Por estímulo desse arquiteto, Ilgenfritz fez vestibular para arquitetura e foi aprovado<sup>1</sup>.

Ilgenfritz foi, desde cedo, instigado à luta por causas sociais e de reconhecimento da profissão. Seu pai, Ruben Kessler da Silva, foi prefeito de Ijuí por dois mandatos, enquanto sua mãe, Odila Ilgenfritz da Silva, foi presidente da Legião Brasileira na cidade.

Ele se formou na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS) em 1965 e logo passou a atuar profissionalmente, firmando sociedade

---

<sup>1</sup> Informações verbais obtidas através de entrevista com Clovis Ilgenfritz da Silva, concedida a César Luciano Filomena, em 2006.

com colegas de profissão, como Ignez d'Avila e Demetrio Ribeiro. Através de entrevista<sup>2</sup>, Ilgenfritz afirma que ele e seus sócios elaboraram planos diretores e prestaram assessoria a prefeituras do estado, o que ele destaca como um importante momento de sua carreira.

Durante as décadas seguintes exerceu – paralelamente à ação projetual – um ativismo profissional em entidades da categoria voltadas à arquitetura, como o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul (IAB-RS) e a FNA, auxiliando na fundação desta última. Tais ações consolidaram o profissional como um ativista pelo reconhecimento da profissão. A partir do final da década de 1980, Ilgenfritz passou a investir na atuação política enquanto vereador de Porto Alegre e secretário na Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA), apresentando pautas conformadas, principalmente, com base no direito à habitação digna (Souza, 2017).

No Ingresso à FA/UFRGS, em 1960, sua vida militante começou a ser construída: assim que passou a interagir com os demais colegas, se viu inserido em um grupo de estudantes militantes políticos. O arquiteto participou de forma intensa do meio acadêmico: fez parte do diretório acadêmico, da Federação dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FEURGS), participou de greves importantes na história das lutas estudantis e, ainda como discente, representou o Conselho Universitário da UFRGS (Souza, 2017).

Posteriormente à sua formação como arquiteto, filiou-se ao IAB-RS. Um fato importante daquele período, em 1966, foi o início dos estudos para a criação de sindicatos em todo o país voltados aos profissionais da área (Souza, 2017). Desse modo, ele foi um dos fundadores da Associação Profissional dos Arquitetos de Porto Alegre (APA) que, posteriormente, se consolidou como Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul (SAERGS), permanecendo no cargo de presidente por três mandatos – de 1974 a 1983 (Mello, 2014).

Clovis Ilgenfritz da Silva se destacou pelo propósito de uma atuação profissional altamente comprometida com a transformação social, sua vida de militância culminou com a atuação político-partidária por várias décadas. Talvez uma tomada de consciência das limitações do campo disciplinar como modificador do mundo e da sociedade tenha sido a motivação que o fez embarcar na atuação legislativa por meio de um partido de esquerda – atuação cujo início aconteceu na década de 1980, seguindo até os anos 2000.

---

<sup>2</sup> Informações verbais obtidas através de entrevista com Clovis Ilgenfritz da Silva, concedida a César Luciano Filomena, em 2014.

Ao mesmo tempo que se consolidava no campo político, elaborou muitos projetos com colegas de profissão, como Ignez d'Avila, uma arquiteta também formada pela FA/UFRGS um ano antes de Ilgenfritz, em 1964 (Rovatti; Padão, 2002). Os dois trabalharam juntos por mais de duas décadas em projetos arquitetônicos e urbanísticos de diferentes usos e escalas – projetos de habitação unifamiliar, habitação de interesse social e outros tantos programas.

A partir desse contexto, surgem algumas questões, que se configuram como perguntas iniciais de pesquisa: Ilgenfritz foi um arquiteto e urbanista diferenciado por causa de sua atuação política? A atuação projetual de Ilgenfritz contribuiu à sua trajetória política e vice-versa?

## **Objetivos**

A pesquisa tem como objetivo geral construir uma reflexão crítica sobre a obra do arquiteto, urbanista e militante político Clovis Ilgenfritz da Silva, com a finalidade de compreender como as duas faces de seu trabalho, uma ligada ao projeto arquitetônico e urbanístico moderno, e a outra de ativista político da profissão, com forte engajamento social, coexistiram em sua vida profissional.

Desse objetivo geral, desdobram-se os específicos:

- 1 Investigar como se configurou o movimento moderno – e a trajetória de Clovis Ilgenfritz – em relação às questões ideológicas e políticas que se configuraram como uma **causa** para os arquitetos do século XX;
- 2 Estudar as principais características das propostas arquitetônicas e urbanísticas de Ilgenfritz, averiguando em que grau constituem uma linguagem e o quanto se aproximam de um **estilo** (linguagem) moderno.

## **Justificativa e recorte temporal**

A escassa divulgação das obras e reflexões de Ilgenfritz surge como um campo intrigante a ser explorado, com o fim de contribuir aos estudos referentes à arquitetura moderna no Rio Grande do Sul, que vem sendo estudada pelos programas de pós-graduação em arquitetura do estado. Assim, nesta pesquisa, busca-se reunir materiais dispersos sobre sua trajetória, colocando em evidência o seu exercício como profissional, tentando preencher as lacunas do conhecimento referente à sua jornada.

Apesar do fato de o arquiteto ter uma obra quantitativamente significativa, foi o seu engajamento político, na busca pelo reconhecimento da profissão e na luta pelas causas sociais, que o projetou nacionalmente.

O período de estudo está compreendido entre a década de 1960 e os anos 2000, época de sua mais intensa atividade, tanto na execução de projetos e obras, quanto na atuação política.

Por meio do material encontrado, verificou-se que, a partir dos anos 1990, o arquiteto se dedicou ao campo político de forma intensa: passou de vereador a deputado, secretário de Planejamento Municipal de Porto Alegre etc.

### **Procedimentos metodológicos**

Este trabalho é essencialmente teórico e qualitativo. Conforme aponta Gil (2002), sobre métodos de investigação científica, a pesquisa qualitativa é aquela cujo processo de abordagem se dá por uma sequência de conteúdos que são coletados, organizados e interpretados, permitindo a construção de um relatório que, neste caso, é o texto da dissertação.

Levando em consideração a participação do pesquisador, é possível caracterizar o estudo como aquele voltado à análise de conteúdo, tendo em vista as fontes consultadas, como projetos, recortes de jornais, fotografias etc.

Busca-se alcançar os objetivos através da pesquisa explicativa, cuja definição volta-se para além de registrar e analisar resultados: ela aplica o método a fim de interpretar as informações coletadas (Severino, 2007).

Em relação aos objetivos específicos foram propostos os seguintes procedimentos:

**1** elaboração de um referencial teórico por meio de uma bibliografia que pauta as relações de teoria, discurso e prática do modernismo arquitetônico e urbanístico, permeando a atuação política dos arquitetos modernos;

**2** coleta de informações através de bibliografias, pesquisa em acervos públicos e privados de projetos e fotografias, e entrevistas com pessoas que, de alguma forma, estiveram ligadas a uma parte da trajetória de Ilgenfritz. De forma conjunta, algumas obras arquitetônicas<sup>3</sup> serão analisadas, procurando identificar características que auxiliem na compreensão de sua relação com a arquitetura moderna, e avaliar a contribuição efetiva do arquiteto nesse campo. Cada programa terá uma ótica

---

<sup>3</sup> As análises foram elaboradas com base em um agrupamento de projetos, associados por particularidades. O critério de escolha do autor teve como foco aqueles projetos com maior quantidade de material gráfico.

específica de análise, destacando os pontos identificados mais relevantes pelo autor em relação aos projetos: as **residências unifamiliares** terão como foco a composição espacial; os **vários programas** a expressão na arquitetura, em relação à volumetria e a materialidade; e a **habitação de interesse social** terá como base de análise a tradição moderna, na relação das edificações e terrenos com a arquitetura e o urbanismo modernos.

A consulta às fontes primárias foi fundamental para a construção do trabalho – acervos de projetos privados, públicos e entrevistas –; além disso, foram realizadas visitas a algumas obras com o propósito de averiguar as edificações com maior rigor analítico, buscando contribuir com as análises dos projetos a partir de um levantamento fotográfico, percurso pelas edificações e entorno imediato.

Auxiliaram na análise do conjunto da obra a elaboração de matrizes temáticas, na qual se classificam os projetos com dados essenciais e ilustrativos; e o processo de redesenho, esquemas gráficos e croquis.

## **Estado da arte**

Nos últimos anos foram desenvolvidas várias pesquisas sobre a arquitetura moderna no Rio Grande do Sul, constituindo-se a maioria como dissertações de mestrado e teses de doutorado, dentre as quais vale destacar a dissertação de mestrado intitulada “Os 5 professores comunistas”, de 2016, de Livia Nunes. Na associação entre arquitetura e política, sobretudo no período moderno da arquitetura, o trabalho aborda a trajetória de cinco professores comunistas gaúchos: Demetrio Ribeiro Neto, Edgar Albuquerque Graeff, Edvaldo Ruy Pereira Paiva, Enilda Ribeiro e Nelson Souza, todos membros do PCB. Estudando a forte atuação militante deles, Nunes faz algumas menções a Ilgenfritz, em especial na condição de discente e nas relações que estabeleceu com Demetrio; essa dissertação, portanto, contribuiu com a apresentação de um cenário de forte engajamento político, no qual esses profissionais estimulavam o pensamento crítico, revolucionário, ao conhecimento da realidade social do país para a transformação das cidades através de uma intervenção de forma crítica.

Outro trabalho relevante é a tese de doutorado “Fayet, Araújo & Moojen: arquitetura moderna brasileira no Sul - 1950/1970”, de Sérgio Moacir Marques (2012), trabalho que aborda a atuação de profissionais descendentes da geração vanguardista da arquitetura moderna no Rio Grande do Sul, por meio de um minucioso estudo, notadamente de projetos e obras, permeando o pensamento dos arquitetos daquele período. O estudo também

contempla a prática do ensino de arquitetura no Rio Grande do Sul e seu estabelecimento em uma faculdade a partir de dois cursos de arquitetura, o do Instituto de Belas Artes (IBA) e o da Faculdade de Engenharia. Esse trabalho é importante para situar o objeto de estudo desta pesquisa dentro do contexto regional de atuação dos profissionais naquele período.

Ao se estabelecer como uma figura importante no cenário político de atuação na arquitetura e urbanismo e na relação social e profissional com Ilgenfritz, Demetrio Ribeiro (1916-2003) teve uma larga participação no ensino gaúcho de arquitetura; grande parte da sua trajetória é narrada no livro “Demetrio Ribeiro”, de 2005, das autoras Flávia Boni Licht e Salma Cafruni, as quais apresentam relatos e entrevistas com profissionais que tiveram alguma relação com o arquiteto ao longo de sua jornada, desde seu período de graduação em arquitetura, em Montevideu, até o período de atuação – majoritariamente – em Porto Alegre, junto de outros colegas de profissão. O livro conta com um breve depoimento de Ilgenfritz, que ajuda a na compreensão da relação que teve com Demetrio, não somente como aluno e professor, mas também como sócio.

Para o início desta pesquisa, foram realizadas buscas em diversas fontes, a fim de verificar a existência de discussões sobre Clovis Ilgenfritz da Silva, e dentre todos os materiais localizados e consultados, apenas um se volta – especificamente – ao profissional em si; a maior parte dos trabalhos já produzidos que o mencionam compõe-se de documentos que, somente em determinados momentos, citam alguma obra desenvolvida pelo profissional com seus sócios, ou parte de sua trajetória.

O “Arquiteto Clovis Ilgenfritz da Silva: currículo comentado”, de 2017, foi elaborado por Luiz Antônio de Souza, na época conselheiro do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia (IAB-BA), com apoio do IAB-RS, cujo texto narra a trajetória do profissional ao longo de toda a sua vida, de forma sistematizada, trazendo destaque para momentos importantes da história do arquiteto e urbanista. Pontua-se que o material foi elaborado a partir da proposta do IAB-BA à concessão do Colar de Ouro do IAB a Ilgenfritz, e a cerimônia de honraria foi realizada dois anos após a publicação do material, em 2019, durante o 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos (CBA). A comenda foi criada pelo IAB como reconhecimento àqueles profissionais que obtiveram destaque na área de atuação da arquitetura e urbanismo (Pereira, 2019).

Também referente à trajetória de Ilgenfritz, ressalta-se o livro “Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul: memórias de quatro décadas (1973-2013)”, organizado por Bruno Cesar Euphrasio de Mello, de 2014. Em um compilado de informações acerca da trajetória do sindicato, a obra faz uma abordagem cronológica do processo de criação da entidade, salientando os profissionais que auxiliaram em tal processo, dentre eles o

arquiteto desta pesquisa, cujo depoimento auxiliou na compreensão de sua trajetória, desde o nascimento até o ápice de seu engajamento político, culminando em processos que serão explicitados nos capítulos seguintes.

Quanto ao estudo da obra de Ilgenfritz e seus sócios, foram identificados alguns trabalhos, como a tese intitulada “Habitação coletiva econômica na arquitetura moderna brasileira entre 1964 e 1986”, de 2010, elaborada por Maria Luiza Adams Sanvitto, que apresenta o conjunto habitacional Jardim América, localizado em Porto Alegre, uma obra analisada criteriosamente pela autora e comparada a outros conjuntos habitacionais brasileiros. Essa tese foi importante para trazer dados referentes à obra, da qual se tinha pouco conhecimento; permitiu também identificar referências para esta pesquisa, a serem analisadas posteriormente: 1) o livro “BNH: projetos sociais”, de 1979, que traz a referida obra, com outras ilustrações e descrições relevantes; 2) memoriais, projetos arquitetônicos e complementares do conjunto habitacional<sup>4</sup>.

Outra publicação sobre o Conjunto Habitacional Jardim América é o livro “Arquitetura Moderna em Porto Alegre”, de 1987, elaborado por Alberto Xavier e Ivan Mizoguchi, com mais de uma centena de obras da capital gaúcha, com breves descrições dos edifícios, imagens e alguns desenhos técnicos. A publicação possibilitou a coleta de informações sobre a obra do conjunto habitacional mencionado, mas também de obras de outros profissionais, garantindo a realização de breves análises e da construção de um contexto gaúcho, situando Ilgenfritz em seu período de formação.

Outro projeto do arquiteto e de seus sócios divulgado foi a COTRIJUÍ, na edição 50 da Revista Projeto, de abril de 1983, cujo tema foi “Urbanismo: as cidades brasileiras no século XXI” e “Arquitetura gaúcha em pauta: debates, depoimentos e um panorama geral”. Quanto à arquitetura gaúcha, constam alguns artigos de arquitetos daquele período, e algumas obras, dentre elas a COTRIJUÍ: são apresentadas algumas imagens do projeto da cooperativa com uma descrição geral do empreendimento e uma ficha técnica que ajudou a identificar alguns colaboradores.

Os trabalhos elencados acima foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, pois permitiram uma coleta de informações acerca da trajetória do arquiteto em estudo que se encontravam dispersas em diferentes meios – documentos, jornais, dissertações, teses, livros etc. Serviram, ainda, para visualizar as lacunas necessárias a preencher com a dissertação e a complementar o que já foi produzido.

---

<sup>4</sup> Esses dados do Condomínio Jardim América foram coletados através da gerência da Diretoria do Escritório de Licenciamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre (SMAMUS/PMPA), por meio de protocolo gerado através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

## Estrutura da dissertação

A pesquisa está apresentada em quatro partes: uma introdução, dois capítulos e as considerações finais.

A introdução trata de uma parte de aproximação ao tema do trabalho, que gera algumas perguntas de pesquisa, seguida pelos objetivos (geral e específicos), justificativa e recorte temporal, procedimentos metodológicos, estado da arte, e estrutura da dissertação. O trabalho segue com outros dois capítulos:

### 1 Arquitetura e urbanismo modernos: uma causa

Esse capítulo trata de um marco teórico e se divide em três partes, com uma abordagem voltada à **causa** do arquiteto e urbanista moderno: primeiro permeia a questão habitacional, a cidade, depois destaca o foco da causa brasileira em relação ao reconhecimento da profissão, da arquitetura e das políticas habitacionais. Por fim, apresenta a formação militante de Ilgenfritz, juntamente de sua prática política.

### 2 Arquitetura e urbanismo modernos: um estilo

Neste, o foco são projetos arquitetônicos e urbanísticos, expondo referências da **linguagem arquitetônica** no Rio Grande do Sul, em um período precedente e durante a graduação de Ilgenfritz, através da ilustração de projetos cujas características se assemelham às de algumas obras do arquiteto e de seus sócios. Depois do contexto da época, evidenciam-se e analisam-se algumas obras do arquiteto, buscando compreender os conceitos utilizados em relação ao período moderno da arquitetura e urbanismo.

Por fim, as considerações finais se apresentam como uma reflexão sobre a trama da trajetória política e projetual do arquiteto, mediante os materiais estudados e produzidos, em relação aos objetivos e ao marco teórico fixado.

# 1 ARQUITETURA E URBANISMO MODERNOS \_uma causa



Quanto à arquitetura 'moderna', ela nos é apresentada cada vez mais como sendo apenas o cenário das 'utopias sociais' das primeiras décadas do século XX [...] Parece então chegado o momento de voltar a falar nesse movimento que, durante os anos vinte e trinta, na agitação do pós-guerra, viu um pequeno número de arquitetos dispersos pelo mundo, mas unidos em torno de certo número de ideias-força, empreender o que foi uma verdadeira revolução arquitetônica [...] e para os quais o 'moderno' não era um estilo, mas sim uma causa (Kopp, 1990, p. 15-16).

No final da década de 1960, a arquitetura foi marcada por um período de crise disciplinar e de avaliação dos próprios conceitos de modernidade. Montaner e Muxí (2011, p. 40, tradução do autor) destacam que independentemente de a produção arquitetônica do início do modernismo ter passado de um método artesanal à produção em série, o arquiteto não assumiu uma posição diferente da anterior: entende-se não ser possível "fazer arquitetura para as pessoas sem contar com elas mesmas, nem ter noção do contexto da cidade; situar residências em um entorno industrial e agressivo, sem equipamentos para a vida cotidiana". Propor condições dignas de moradia, salubridade e fatores que melhorassem a qualidade de vida da população eram ações necessárias que, mesmo depois das reformulações recomendadas, não estavam sendo cumpridas.

A reivindicação da população, através de movimentos sociais, colocou em pauta os movimentos participativos de políticas urbanas (transporte, acesso ao espaço público, áreas de lazer, habitação etc.). Já nas últimas décadas do século XX, esses movimentos sociais urbanos assumem um grande protagonismo, e as pautas são variadas: organizações populares, movimento feminista, habitantes de áreas precárias das cidades, enfim, a busca por espaços na cidade contemporânea (Montaner; Muxí, 2011).

Desse modo, destaca-se que a atuação política não se restringia apenas aos governantes, mas também, conforme comentam Montaner e Muxí (2011), à sociedade que reivindicava um protagonismo ativo na construção e ocupação de seu habitat.

Foi nesse contexto que Anatole Kopp – arquiteto Russo – escreveu, entre 1985 e 1986, "Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa", conhecida obra em que o autor tentava resgatar – e lembrar – a importância do engajamento social no contexto de atuação dos arquitetos modernos entre as duas guerras mundiais.

Kopp (1990) indicava que as intenções e os ideais dos arquitetos modernos não se voltavam somente à conformação de uma arquitetura marcada por questões plásticas e formais, mas sim à construção autêntica de um momento de transformação social. Afirmava que, independentemente de as posições políticas dos arquitetos modernos não terem ficado tão evidentes em todos os países, a verdade era que o espírito de luta por uma sociedade melhor e mais justa esteve presente, de alguma forma, em quase a totalidade da produção arquitetônica e urbanística da época.

Política é a resolução de conflitos ou um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos (Schmitter, 1965). E é exatamente nessa direção a proposta de atuação política dos arquitetos modernos: transformar a sociedade a partir de uma nova proposta urbana e espacial.

A arquitetura é fruto de uma atitude política, como reiteram Montaner e Muxí (2011); as propostas de moradia, de espaços urbanos e de todas as demais manifestações dessa área de atuação implicam em uma relação direta com a sociedade, que dialoga com o poder político e econômico.

Mas a verdade é que a consolidação do movimento moderno decorreu de dois tipos de atuação: a primeira se voltava a uma visão mais social, na qual o profissional arquiteto deveria estar a serviço da sociedade – nesta se destacaram arquitetos como Walter Gropius e Hannes Meyer; a segunda era direcionada a uma postura liberal, sendo o arquiteto o profissional criador, posição apoiada por Le Corbusier e Mies van der Rohe, por exemplo.

Nesse sentido, Montaner e Muxí (2011) afirmam que os rumos da profissão seguiram, predominantemente, a segunda via; contudo, mesmo arquitetos como Le Corbusier, tidos como mais liberais pela crítica (Montaner; Muxí, 2011) e com a postura subserviente aos moldes capitalistas, ao colocar a arquitetura como uma opção à revolução, a está colocando como uma prática essencialmente política e assumindo um discurso reformador. Esse arquiteto – para dar um exemplo de uma referência fundamental para a arquitetura brasileira – é explícito quanto a essa posição no capítulo final “Arquitetura ou Revolução” de seu famoso livro “*Vers une architecture*”, discorrendo sobre o desajuste existente entre as habitações inadequadas dos trabalhadores e seus lugares de trabalho, as fábricas, que estão testemunhando os avanços da ciência. A solução exigida era de um melhoramento na construção, no planejamento e nos equipamentos das casas. Segundo ele, faltava uma transformação na arquitetura e na cidade (Le Corbusier, 1981, p. 201).

Le Corbusier (1981, p. 205) encerra o capítulo destacando que “a sociedade está cheia de um desejo violento por algo que pode ou não obter. Tudo se encontra nisso: tudo depende do esforço feito e da atenção que é dada a tais sintomas alarmantes [...] Arquitetura ou Revolução [...] Podemos evitar a revolução”.

### **1.1 O movimento moderno e suas causas**

Nesse contexto do começo do século XX, dois temas fazem parte de maneira destacada do discurso e das reivindicações do arquiteto moderno reformador: habitação e cidade.

### 1.1.1 Uma habitação para todos

Nas primeiras décadas do século XX se havia consolidado a premissa de que o cliente do arquiteto não era somente o príncipe, mas essencialmente a classe trabalhadora. Isso aconteceu a partir de uma forte transformação social no final do século XIX e começo do século XX, através de movimentos formados por trabalhadores e intelectuais (Montaner; Muxí, 2011).

Pela primeira vez na história, a habitação social passa a ser protagonista do projeto e da atuação do arquiteto, constituindo-se também como base para uma teoria da arquitetura que se ia consolidando. Os protagonistas do movimento moderno, como Walter Gropius, Le Corbusier, Mies van der Rohe e Bruno Taut, dedicaram parte de seu trabalho ao projeto e à produção da habitação. A proposta de habitação em série era revestida de um ideal de igualdade e qualidade (Montaner; Muxí, 2011).

Segundo as concepções e um ramo mais radical de arquitetos e engenheiros do movimento moderno, desde Walter Gropius, Ludwig Hilberseimer, Ernst May, Mart Stam, Alexander Klein, Hannes Meyer e Karel Teige, até Konrad Wachsmann, Cedric Price e João Filgueiras Lima, o importante foi entender a arquitetura como um trabalho científico e coletivo, sistemático, modular, transmissível que levava a uma industrialização radical que traria melhorias sociais (Montaner; Muxí, 2011, p. 49, tradução do autor).

Foi no campo da habitação que o arquiteto pôde demonstrar os preceitos de uma nova sociedade, através de uma reformulação das ideias vigentes que reivindicavam uma melhoria de vida; por outro lado, buscava se aliar a movimentos políticos fundamentais, como o movimento operário (Kopp, 1990).

Nesse contexto, a habitação fez parte de um processo de experimentação: foram propostos espaços flexíveis, unitários, rompendo com os antigos modos de vida mais rígidos.

Entre as transformações sociais que ocorriam, com o surgimento da demanda por habitações de qualidade, arquitetos alemães – idealizadores das *Siedlungen*<sup>5</sup> – buscaram elaborar projetos que tivessem, em primeiro lugar, melhores condições de habitabilidade: foram construídas obras reduzidas quanto aos custos e prazos em relação às anteriores, mas acompanhadas de equipamentos coletivos, aumentando o acesso a tais a uma população anteriormente desassistida (Kopp, 1990).

Se no século XIX engenheiros militares e civis, políticos, prefeitos e médicos, detinham o poder sobre os projetos das cidades, no século XX, a conquista foi dos

---

<sup>5</sup> As *Siedlungen*, foram assentamentos, áreas habitacionais alemãs construídas no pós-guerra.

arquitetos que conseguiram se dedicar à elaboração de bairros residenciais para os operários. Assim, durante as primeiras décadas do século XX, particularmente no período entre guerras, houve um engajamento de inúmeros profissionais no compromisso político e social europeu. Desse modo, o arquiteto atuou como um militante político ao lado da classe trabalhadora na luta pelos seus direitos (Montaner; Muxí, 2011).

### **1.1.2 Uma cidade para todos**

O urbanismo como disciplina, surgido em meados do século XIX, foi considerado um campo de atuação social e política para os arquitetos modernos, porque, conforme destaca Jordi Borja – no prólogo ao livro de Montaner e Muxí (2011, p. 8, tradução do autor):

O urbanismo surgiu e se desenvolveu como uma disciplina prática de intervenção no território, para “ordená-lo” de forma a organizar o funcionamento da cidade e o acesso aos bens e serviços coletivos de seus habitantes e usuários, mas também demonstrou desde o início uma vocação de transformação social, de melhoria da qualidade de vida da população mais necessitada, para reduzir as desigualdades.

Montaner e Muxí (2011) comentam ainda que a ordenação da cidade com base em um espaço igualitário foi um objetivo de Ildefons Cerdà, cuja motivação decorreu da prática realizada ao longo do tempo, fosse através de seu plano de expansão para Barcelona, ou de sua trajetória enquanto um teórico do urbanismo. Essa ideia de reformulação urbana de Barcelona partiu de uma problemática ocorrida entre o século XIX e metade do século XX, quando havia um discurso higienista que preconizava um zoneamento funcional, uma melhor iluminação, ventilação etc.

Por outro lado, as próprias características do urbanismo moderno – a liberação das estruturas espaciais, a monumentalização do espaço público, ou a dicotomia entre espaço público e privado – permitiram, ou potencializaram, a ascensão da sociedade a um patamar de igualdade entre seus membros. A ideia de um espaço democrático, sem limites, de acesso universal, justificaria a afirmação de Jürgen Habermas: “o espaço público se constitui da promessa de democracia e de liberdade” (Montaner; Muxí, 2011, p. 30, tradução do autor).

A sociedade europeia definiu os conceitos de público e privado, sendo a dimensão pública aquela que garantia a igualdade legal e de oportunidades, onde existia o compartilhamento do mundo, enquanto a dimensão privada se voltava ao direito à propriedade, à privacidade e à intimidade (Montaner; Muxí, 2011).

## 1.2 As causas dos arquitetos brasileiros

Esse espírito em que o Movimento Moderno estava mergulhado, contingenciado por uma situação local própria, despertou em muitos arquitetos brasileiros, especialmente nos gaúchos, uma forte consciência social. No entanto, além de uma ideia da arquitetura como redentora da sociedade, a prática social dos arquitetos gaúchos, deu-se também através de uma atuação política formal.

A ideia de militância, presente nos pioneiros da arquitetura moderna, desenvolveu-se de maneira muito contundente no Brasil, revestindo-se o movimento inovador na arquitetura e no urbanismo de um forte caráter social e político. Contudo, neste país, em muitos casos, o arquiteto militante de causas sociais ia além da realização de um trabalho dentro de seu campo profissional: muitos arquitetos atuaram na política. Dois dos mais importantes arquitetos do país, Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas, por exemplo, assim como vários importantes arquitetos gaúchos – Demétrio Ribeiro, Edgar Albuquerque Graeff, Enilda Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva e Nelson Souza – foram filiados ao PCB. Clovis Ilgenfritz vereador por dois mandatos em Porto Alegre, candidato a governador do Rio Grande do Sul, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1945, com a queda de Vargas, legalizou-se o Partido Comunista: iniciou-se um processo de engajamento dos profissionais e da comunidade, buscando conhecer os problemas que assolavam o Brasil. Tal envolvimento foi acrescido de uma série de outras conexões, como o Movimento Internacional da Defesa da Paz (Artigas; Lira, 2004).

Mas dentro do campo da arquitetura, desenvolveu-se uma militância também com base nos vários temas presentes no movimento moderno apontados anteriormente, no planejamento urbano, no direito à habitação de qualidade para todos, e em temas mais específicos, como a luta pelo reconhecimento da profissão do arquiteto.

Nesse contexto, muitos profissionais estavam envolvidos com esses temas e buscavam, à sua maneira, contribuir com tais questões, fosse através de atuações práticas, ou de reflexões apresentadas em artigos, livros e congressos.

### 1.2.1 Reconhecimento da profissão: o papel social do arquiteto

No Brasil, o profissional da arquitetura inicialmente foi reconhecido como engenheiro-arquiteto (Artigas; Lira, 2004), pois havia poucos arquitetos graduados no país: aqueles que eram conhecidos somente como arquitetos não eram formados, eram construtores licenciados. Desse modo, o reconhecimento da profissão, para essa geração,

não significava simplesmente a valorização de um ofício, mas sim o reconhecimento da importância do arquiteto para a sociedade:

Tivemos de introduzir na legislação profissional um título de “engenheiro-arquiteto”, porque o nome de arquiteto não tinha respeitabilidade suficiente para obter representação universitária. Então, focalizar o ensino da arquitetura significava erigir novas bases para poder cumprir as tarefas sociais que nos eram atribuídas naquele momento. Não era uma meia dúzia de arquitetos que iríamos conseguir fazer alguma coisa (Artigas; Lira, 2004, p. 190).

Graeff (1995) destaca que a atuação do arquiteto tinha como objetivo atender a população, provendo para a comunidade, em primeiro lugar, moradias adequadas às atividades cotidianas em um sentido amplo. Entendia, portanto, ser a tarefa social do profissional imprescindível na construção de obras que atendiam às demandas populacionais; no entanto, existia a consciência de que isso só se tornaria possível mediante a articulação com outras esferas, como o poder público, pela atuação política a partir dos processos culturais e econômicos de cada localidade. “Desse modo avaliado à escala dos direitos humanos e da justiça social, o campo de trabalho do arquiteto revela-se de amplitude colossal”, pontua o arquiteto (Graeff, 1995, p. 12).

Nesse contexto, um profissional a se destacar quanto à sua atuação profissional e militante é João Batista Vilanova Artigas, que, apesar de também trabalhar para uma classe mais abastada, como a maioria dos arquitetos do momento, tinha um discurso com forte viés social.

Quando questionado sobre seu discurso e, ainda, sobre sua obra construída composta de casas para a classe média e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Artigas afirmou que, em face da situação do capitalismo como sistema dominante no Brasil, tinha o direito de organizar suas propostas para um futuro utópico em que não houvesse ligação direta com o produzido na época: “utopia é parte do artista, um ser legítimo da sociedade. São argumentos que uso para dormir com calma”, marcava o arquiteto (Artigas; Lira, 2004)<sup>6</sup>.

### **1.2.2 Planejamento urbano e habitação**

No Brasil, na década de 1960, o estabelecimento de um financiamento habitacional durante o regime militar, através do Banco Nacional da Habitação (BNH), permitiu a criação

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar a contribuição do profissional com projetos para escolas públicas e de habitação, como o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães do Prado.

de conjuntos habitacionais em larga escala; no entanto, a qualidade das obras era questionada (Sanvitto, 2010).

A política implantada através do BNH foi apresentada com o propósito de trazer um equilíbrio na distribuição da posse de bens imóveis na sociedade, mas na verdade trouxe um custo alto para os trabalhadores em relação ao endividamento. Tal discurso sobre a viabilização de edificações voltadas para as camadas populares demonstrou-se, na verdade, ser uma armadilha, conforme artigo “O arquiteto e a política habitacional”, da edição 42 da Revista Projeto (1982). Assim, os profissionais da área entraram em uma grande discussão acerca de moradias econômicas que não trouxessem prejuízos aos requerentes, solicitando reformulações à política habitacional do país em suas propostas de financiamento.

A edição 22 da Revista Projeto (1980), aponta que os problemas das políticas habitacionais decorriam da própria complexidade do sistema habitacional, tendo em vista que as cidades em crescimento deixavam a população de baixa renda sempre às margens, nas periferias. Como resultado paliativo, o Estado propôs, por meio de financiamentos habitacionais, um modelo de conjunto residencial e de unidade habitacional cujos projetos, a cada curto período, conforme já comentado, tinham suas áreas reduzidas e o afastamento dos centros urbanos incrementado, dificultando o acesso a equipamentos públicos e ao trabalho dos moradores.

Por outro lado, as unidades habitacionais construídas nas áreas urbanas eram rapidamente absorvidas pelo mercado imobiliário, ou seja, assim que as obras eram entregues – considerando o grande crescimento da demanda por habitações e a supervalorização das áreas urbanas – tornava-se inviável financiar tais obras à população menos favorecida economicamente, limitando esses cidadãos às periferias.

Após o período de insatisfação e cerceamento de liberdade, com a redemocratização do país, movimentos sociais em prol da habitação se amplificaram: as comunidades passaram a participar em processos projetuais e executivos de habitações multifamiliares. Contrapondo o modelo anterior, elas buscavam uma “identidade cultural e de classe que reestruturasse as relações nos campos político, econômico e social, e que contribuísse com as relações de superação dessa ordem determinada” (Pacheco Júnior; Oliveira, 2015, p. 193).

Na década de 1980, anos de intenso processo de urbanização, o tema da habitação adquire renovada importância e se manifesta nas ações coletivas em defesa do direito a esse bem como um direito básico (Ribeiro, 1985).

Nesse contexto, cabe apontar a divisão social do espaço habitado, termo colocado pela arquiteta Suely Franco Netto Gonzales, no X Congresso Brasileiro de Arquitetura, que se voltava à divisão das camadas sociais através da renda e do setor habitacional em si, isto é, a população de baixa renda era colocada sempre às margens da cidade, na periferia, em unidades habitacionais cujos projetos estavam a todo momento tendo suas áreas reduzidas, implantados em áreas afastadas dos centros urbanos (Revista Projeto, 1980).

O papel social da universidade também foi um tema destacado nos discursos desse momento, estabelecendo que:

As universidades e demais instituições de ensino superior gozam nos termos da lei de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, obedecendo os seguintes princípios: 1) indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. 2) Padrão unitário comum de qualidade, indispensável para que cumpram seu papel de agentes na soberania cultural, científica, artística e tecnológica do País. 3) Gestão democrática, através de critérios públicos e transparentes, com participação de docentes, alunos e funcionários e representantes da comunidade, na escolha dos dirigentes (Assembleia, 1987, p. 191).

Nessa perspectiva, Ribeiro (1985) aponta que a arquitetura, as artes e a ciência social, junto de uma nova consciência urbana formada através dos movimentos sociais, dispunham de uma gama de possibilidades a ser explorada “entre o saber universitário e as aspirações do povo [...] devendo repercutir tanto na vida cotidiana de milhões de pessoas como no próprio conteúdo das atividades universitárias e profissionais” (Ribeiro, 1985, p. 20).

Assim é que, além das mudanças de base relacionadas com a posse da terra e com a repartição da renda tributária, entre muitas outras exigidas para solucionar a questão do habitat, não pode ser esquecida a questão da participação da arte, da técnica e da ciência no processo de organização do espaço habitado. Apesar dessa evidência, inexistiu até hoje qualquer esforço para equacionar a questão em termos abrangentes. No plano institucional, não há qualquer mecanismo orientador da participação das disciplinas universitárias, enquanto técnica e ciência no planejamento das cidades juntamente com o povo. Ocupa esse lugar um sistema de fiscalização profissional do tipo corporativo herdado do Estado Novo: o dos conselhos de engenharia, arquitetura e agronomia (Ribeiro, 1985, p. 20).

Ribeiro (1985) ressalta ainda que o problema do planejamento ocorria em razão da falta de comprometimento dos órgãos da Federação com os saberes universitários e de nível médio, levando em conta somente o ponto de vista empresarial e comercial. Segundo o autor, os agentes acadêmico-profissionais deveriam ter importância de destaque no planejamento democrático das cidades no sentido de preservar a qualidade das cidades, não as subjugando à especulação imobiliária.

Na década de 1980, o planejamento urbano e o direito à cidade geraram amplo debate entre os arquitetos e urbanistas, fato que ocorreu em virtude da promulgação da Constituição em 1988.

Silva (1986) afirma que grande parte das cidades brasileiras não tiveram um planejamento, fator que pode ter amplificado as desigualdades: segregação social, cultural e política. Portanto, na década de 1980, uma nova Constituição estava em pauta, devendo definir princípios para o regimento das relações de uso do espaço entre as pessoas.

Como ainda indica o arquiteto Clovis Ilgenfritz (Silva, 1986), o único viés que havia sido pautado no período anterior à Constituição de 1988 restringia-se às questões econômicas, sem levar em consideração o espaço urbano; o desenvolvimento ocorrido desde a década de 1950 no Brasil, em termos de industrialização, construção de Brasília etc., modificou o espaço urbano – sobretudo na produção do automóvel –, a partir da desconfiguração das cidades, propondo maiores vias, criando espaços isolados.

Sendo assim, a Constituição deveria conter princípios básicos para o estabelecimento de políticas que garantissem o equilíbrio dos setores de atividade em relação à convivência humana. Por outro lado, conforme salienta Silva (1986), a propriedade privada antes mencionada, mas agora voltada ao sonho brasileiro, de conquista da casa própria, revelou-se um revés naquele momento: quando o proletariado adquiria seu imóvel, acabava endividado com o sistema financeiro, especialmente com o BNH.

### **1.3 A militância de Clovis Ilgenfritz da Silva**

#### **1.3.1 Uma formação além da arquitetura e do urbanismo**

##### **Os mestres**

Ilgenfritz foi arquiteto, urbanista e militante político. Nesse sentido, quando se fala das referências ou do contexto de formação, se faz necessário salientar que a base de sua formação, ou o cenário em que se formou o jovem arquiteto, não era só arquitetônico e urbanístico, mas também político.

Clovis Ilgenfritz da Silva ingressou na FA/UFRGS em 1960, período marcado por forte movimento estudantil, como também pela presença de um grupo de professores

formado por Demetrio Ribeiro, Edgar Albuquerque Graeff, Edvaldo Ruy Pereira Paiva, Enilda Ribeiro e Nelson Souza, com forte comprometimento político<sup>7</sup>.

Segundo Nunes (2016), apesar de esses professores divergirem em alguns aspectos, como em questões relacionadas à teoria arquitetônica e urbanística, completavam-se quanto às concepções político-ideológicas através dos debates estabelecidos.

[...] no constante contato como docente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na militância do Partido Comunista Brasileiro, atuando no Instituto de Arquitetos do Brasil e no expurgo dos cargos públicos, em 1964, por ocasião da ditadura civil-militar, que a mágica do acolhimento ocorreu, designando a Demetrio, Graeff, Paiva, Enilda e Nelson a qualidade de um grupo (Nunes, 2016, p. 57).

O forte envolvimento político dos professores, de algum modo, pode ter contribuído com a estruturação do pensamento político de Ilgenfritz, haja vista que, desde o início da graduação, ele esteve ligado ao movimento estudantil<sup>8</sup>.

O professor Demetrio Ribeiro não só formava profissionais da arquitetura e do urbanismo, muito mais do que isto, formava cidadãos. Com sua aparente timidez, abria os espaços para o diálogo, instigava os jovens estudantes às questões político-sociais, ao conhecimento da realidade e ao compromisso ético, ideológico, dando conteúdo humanista a quem com ele teve o privilégio de conviver dentro e fora da sala de aula. Demetrio provocava, junto com outros professores – em especial, sua companheira, a professora Enilda – uma verdadeira revolução nas mentes de cada um de nós. A justiça social, a vida digna para todos, a libertação dos povos do jugo dos ‘imperialistas’ marcou de forma positiva várias gerações de estudantes e outros setores da sociedade (Silva, 2005, p. 206).

Esses professores da UFRGS eram muito ativos no que diz respeito a movimentos coletivos, a associações, conselhos etc. Demetrio Ribeiro, um dos profissionais mais participativos, por exemplo, atuou no Conselho do Plano Diretor de Porto Alegre, na Associação de Docentes da UFRGS, no IAB-RS (que presidiu entre 1967-1969) e no IAB nacional (que presidiu entre 1977-1979) (Nunes, 2016).

Paralelamente à sua dedicação às instituições referidas, Demetrio também teve sua trajetória marcada pela participação em lutas políticas, filiando-se – na década de 1940 – ao PCB. Segundo Silva (2005), o profissional era aberto ao diálogo, sempre estimulando

---

<sup>7</sup> A lista de professores do período de 1960-1965 foi fornecida pela FA/UFRGS mediante uma manifestação de ouvidoria à UFRGS, pela Plataforma Integrada de Acesso à Informação e Ouvidoria do Poder Executivo Federal – Plataforma Fala.BR.

<sup>8</sup> É importante salientar que não foi possível confirmar o contato direto de Ilgenfritz com todos os professores mencionados, nem uma possível ligação entre professor-aluno. A suposição de a atuação desses profissionais – ou de alguns deles – ter impactado no pensamento político de Ilgenfritz aconteceu em virtude de todos serem docentes na FA/UFRGS em um momento no qual Clovis Ilgenfritz era discente. Outro fator a corroborar essa suposição foi a sociedade firmada entre Ilgenfritz e Demetrio Ribeiro anos mais tarde.

os alunos a participarem de lutas políticas e sociais. Nesse contexto, Ilgenfritz estabeleceu uma forte ligação com ele, que, por sua vez, tinha proximidade com Edgar Albuquerque Graeff, Edvaldo Ruy Pereira Paiva, Enilda Ribeiro e Nelson Souza, cujo compartilhamento de ideias se dava nos encontros relacionados à arquitetura, urbanismo e no próprio curso de arquitetura da UFRGS. Posteriormente à formação de Ilgenfritz, na condição de sócios, Ilgenfritz e Demetrio trabalharam de forma conjunta com a arquiteta Ignez d'Avila e o economista Renato Ilgenfritz da Silva, desenvolvendo uma série de projetos arquitetônicos e urbanísticos (Silva, 2005).

Outra profissional de destaque na militância foi Enilda Ribeiro (1921-2010), uma arquiteta formada em 1950 pela Escola de Belas Artes da UFRGS e pós-graduada em urbanismo pela FA/UFRGS em 1955. Ainda estudante, foi uma das pessoas responsáveis pela criação do movimento Por Uma Faculdade de Arquitetura (P.u.f.a.), que originou a FA/UFRGS. Ela também foi professora da referida instituição por mais de uma década e colaborou em diversos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Foi a primeira mulher a presidir o IAB-RS, entre 1980 e 1981 (Mansan, 2009; IAB-RS, 2024).

Evidencia-se também Edgar Albuquerque Graeff (1921-1990), arquiteto gaúcho formado no Rio de Janeiro em 1947, que no ano seguinte regressa a Porto Alegre como professor no curso de arquitetura do então IBA – curso que antecede a criação da FA/UFRGS. Em constante contato com Demetrio Ribeiro, Graeff passa a fazer parte do PCB. Foi um professor e intelectual crítico, “incitou alunos e colegas de profissão a compreenderem o sentido da existência humana” (Nunes, 2016, p. 68).

### **A militância estudantil**

Desde jovem Ilgenfritz esteve, de alguma forma, envolvido na participação política através do convívio familiar, mas sua atuação mais direta nesse campo iniciou a partir do ingresso na FA/UFRGS em 1960, quando se tornou parte do grupo comunista da instituição. Como estudante, envolveu-se de forma ativa no Diretório Acadêmico de Arquitetura e de lutas estudantis; em 1962, participou da greve do terço, que acreditava ter sido “a greve mais memorável da história da Arquitetura e da história da UFRGS” (Silva, 2014, p. 279).

Tendo sido aluno de duas turmas de arquitetura, graças ao fato de ter se ausentado por um ano das atividades acadêmicas após sofrer uma queda acidental, quando retornou, já na segunda turma, participou de forma ainda mais ativa das lutas estudantis, ingressando na Federação dos Estudantes da UFRGS (FEUFRGS) e na União Nacional dos Estudantes (UNE) (Silva, 2014).

Outro momento importante da trajetória acadêmica de Ilgenfritz foi o Encontro Internacional de Estudantes e Professores de Arquitetura, em 1963, em Havana, evento precedente do VII Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA), ocorrido em um momento histórico internacional de instabilidade, haja vista Cuba ter realizado, quatro anos antes, uma revolução socialista (Dorfman, 2013).

Em entrevista<sup>9</sup>, Ilgenfritz afirma que Cuba foi escolhida para sediar o evento quando o governo ainda não havia se tornado socialista. Com a mudança do regime em 1959, a programação acabou sendo mantida através de articulações entre Fidel Castro e os estudantes que iriam ao evento: propôs um Encontro Mundial de Estudantes de Arquitetura, realizado previamente ao congresso, reunindo milhares de discentes.

Ilgenfritz não só participou do evento e do congresso, como foi um dos organizadores da excursão por ser um dos dirigentes do Diretório Acadêmico (Dorfman, 2013).

No ano seguinte, em 1964, o golpe militar brasileiro levou muitos alunos e professores da FA/UFRGS a serem perseguidos e presos, incluindo colegas de Ilgenfritz que haviam participado da excursão.

Segundo Mansan (2009), a FA/UFRGS foi a unidade de ensino da universidade mais atingida quantitativamente pelo golpe militar. Cinco professores, parte da esquerda comunista, foram expurgados: Demetrio Ribeiro, Edgar Albuquerque Graeff, Edvaldo Pereira Paiva, Enilda Ribeiro e Nelson Souza.

Até um ano antes de sua formatura, Ilgenfritz conseguiu se manifestar de forma explícita enquanto militante pelas lutas sociais; com o golpe militar de 1964 e após sua formatura em 1965, parece ter se restringido ao exercício da profissão enquanto atuante junto de seu escritório em projetos arquitetônicos e urbanísticos.

Por conta de sua atuação política ainda como estudante, Ilgenfritz diz que, após sua formação, sempre que tentou fazer concurso público foi impedido pela Secretaria de Administração do Rio Grande do Sul, pois era visto pelo estado como um agente “nocivo ao regime militar”<sup>10</sup>.

Clovis Ilgenfritz teve de responder a um inquérito em decorrência de acusações que recebeu: uma delas por ter ido aos eventos em Cuba; outra por ter participado na fundação de ligas camponesas junto da Executiva Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro – no entanto, ele não participou desse movimento de fundação. Outros inúmeros estudantes, intelectuais, professores e

---

<sup>9</sup> Informações verbais obtidas através de entrevista com Clovis Ilgenfritz da Silva, concedida a César Luciano Filomena, em 2014.

<sup>10</sup> *Idem, ibidem.*

profissionais da área tiveram seus direitos cassados, incluindo seu irmão Renato Ilgenfritz da Silva, que, enquanto ainda era estudante de economia e fazia estágio no escritório de arquitetura de Clovis Ilgenfritz, foi retirado daquele estabelecimento, preso e torturado<sup>11</sup>.

### **1.3.2 A construção das associações profissionais dos anos 1960-1980**

Como a presença da ditadura militar dificultava muito a continuidade de uma ação política realmente efetiva, até a redemocratização do país nos anos 1980, Clovis Ilgenfritz – conjuntamente à profissão de arquitetura propriamente dita (projetual, construtiva) – se dedicou a uma militância junto às associações e entidades profissionais (sindicatos, associações de arquitetura e urbanismo etc.)

Já formado, a atuação do arquiteto, urbanista e militante político se voltou – junto de outros colegas de profissão – à construção de um sindicato, e esse início aconteceu durante o VI Congresso Brasileiro de Arquitetos (CBA), em Salvador, na Bahia, entre os dias 19 e 24 de setembro de 1966. Os profissionais apontaram a necessidade da criação de sindicatos pelo país com a coordenação do IAB; nesse contexto, surgiram os do Rio de Janeiro, de São Paulo, Brasília, de Salvador e do Rio Grande do Sul (Mello, 2014).

Para dar suporte à construção do sindicato no Rio Grande do Sul, em 1969 foi estabelecida a Associação Profissional dos Arquitetos de Porto Alegre (APA), mas somente em 1973 houve a assinatura da carta sindical, instituindo o SAERGS, presidido por Ilgenfritz por três mandatos (Mello, 2014).

Ao terminar o terceiro mandato junto ao SAERGS, o arquiteto se dedicou à presidência da FNA, posteriormente participando da Intersindical e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Mello, 2014).

Simultaneamente às funções supracitadas, Ilgenfritz retornou à FA/UFRGS em 1974<sup>12</sup> como professor<sup>13</sup>, regente da disciplina “Problemas da Arquitetura Brasileira Contemporânea”<sup>14</sup>; em 1976 foi colaborador horista na mesma disciplina<sup>15</sup> e, no mesmo ano, Newton Silveira Obino, Castelar Bergmann Peña, Carlos Max Moreira Maia, Elvan

---

<sup>11</sup> Relato de Clovis Ilgenfritz na 96ª sessão ordinária da primeira sessão legislativa ordinária da 12ª legislatura, em 31 de outubro de 1997.

<sup>12</sup> Divergindo dos documentos disponibilizados pelo acervo da FA/UFRGS, a Ouvidoria da UFRGS/Serviço de Informações ao Cidadão (2022) informa que a Superintendência de Gestão de Pessoas (SUGESP/UFRGS) aponta a data de posse de Ilgenfritz em 1977 como professor, e não 1974, como apontado anteriormente nos documentos do Departamento de Arquitetura. De qualquer modo, os documentos convergem quanto à data de desligamento/rescisão de contrato do arquiteto, ocorrida em 1978.

<sup>13</sup> Proc. 199/74 – FA/UFRGS. Sobre a eleição de Chefe de Departamento de Arquitetura e composição de seu Colegiado.

<sup>14</sup> Of. nº 33/75-DA. FA/UFRGS. Sobre Clovis Ilgenfritz regente de disciplina.

<sup>15</sup> Portaria nº 20/76. FA/UFRGS. Sobre Clovis Ilgenfritz manter-se regente de disciplina.

Silva, Julio Nicolau Barros de Curtis, José Albano Volkmer e Clovis Ilgenfritz da Silva foram convocados a formar a Comissão de Ensino do Departamento de Arquitetura da FA/UFRGS<sup>16</sup>.

De forma alinhada ao exercício docente, Ilgenfritz participou de uma publicação criada pelo SAERGS, com patrocínio do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS), para a criação da Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME), no ano de 1976. A proposta teve coordenação de Ilgenfritz, Newton Burmeister, Carlos Maximiliano Fayet e Claudio Casaccia, além dos advogados Manuel André da Rocha e Madalena Borges (Santos *et al.*, 2010).

O documento referente à proposta da ATME, de 1977, aponta que os objetivos de sua implantação eram valorizar a profissão do arquiteto, orientar os trabalhadores na construção de moradias e contribuir com a organização da cidade. Partindo disso, os serviços do arquiteto oferecidos pelo programa consistiam em um estudo de melhor aproveitamento do terreno, a relação de materiais, o projeto arquitetônico e sua aprovação, assim como o acompanhamento da obra dessa população de baixa renda à qual se destinava o programa<sup>17</sup>.

Cabe destacar que o arquiteto teve ainda relevância em interlocuções que culminaram na criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em 2010. A partir de todo seu envolvimento no reconhecimento da profissão, “salienta-se a condição de figura basilar de Ilgenfritz na interlocução com o governo federal e o Congresso, quando do processo de discussão e aprovação dessa lei que possibilitou a criação de um conselho próprio” (Souza, 2017, p. 12).

### **1.3.3 Atuação política após a redemocratização do Brasil**

Tendo em vista o final da ditadura militar, sucedido em 1985, o arquiteto passou a atuar na política de forma mais intensa somente a partir de 1980, um ano após o período de anistia (1979).

Em entrevista<sup>18</sup>, Ilgenfritz afirma que, no início da década de 1980, enquanto profissional liberal, se aproximou do sindicalismo por meio do SAERGS; mediante esse entrosamento com a luta sindical, articulando com outros sindicalistas gaúchos e de outros estados, fez parte da criação do PT e da CUT.

---

<sup>16</sup> Portaria nº 48/76. FA/UFRGS. Sobre Comissão de Ensino do departamento.

<sup>17</sup> Documento de implantação do Programa de Assistência Técnica para a Moradia Econômica. Acervo do SAERGS, 1977.

<sup>18</sup> Informações verbais obtidas através de entrevista com Clovis Ilgenfritz da Silva, concedida a César Luciano Filomena em 2006.

Em 1982 apoiou seus colegas de partido nas eleições daquele ano; posteriormente, candidatou-se a governador e a vereador (Figura 1).

**FIGURA 1** Clovis Ilgenfritz nas eleições da década de 1980

Clovis Ilgenfritz da Silva, Luiz Inácio Lula da Silva, Jacó Bittar e Olívio Dutra, eleições de 1982

[A] cartaz “PT 13, essa luta é nossa”; [B] cartaz “Vereador Clovis Ilgenfritz”



Fonte: Vera Jursys, acervo CSBH/FPA, 1982.



[A]

[B]

Fonte: acervo CSBH/FPA, [A] 1986 e [B] 1988.

Ainda em 1985, Ilgenfritz se candidatou a vice-prefeito de Porto Alegre, sendo Raul Pont candidato a prefeito (Figura 2); em 1989 Ilgenfritz se elege vereador pela cidade.

**FIGURA 2** Clovis Ilgenfritz e Raul Pont – eleições municipais de Porto Alegre

Clovis Ilgenfritz da Silva e Raul Pont



Fonte: acervo CSBH/FPA, s.d.

Mediante os materiais analisados, observou-se que, a partir desse momento, Ilgenfritz praticamente interrompeu sua atuação como arquiteto projetista. Nesse período de vereança, propôs uma série de projetos: de todas as ações realizadas por ele, as mais

relevantes – aquelas que possuem ligação direta com a arquitetura e urbanismo –, foram destacadas no quadro a seguir (Quadro 1).

**QUADRO 1** Algumas das ações de Ilgenfritz na CMPA

<b>PROCESSO</b>		<b>EMENTA</b>
1990	PLL 2698	Denomina Porto do Gasômetro um logradouro público
	PLCL 1082	Dispõe sobre assessoramento técnico pelo município aos projetos de iniciativa popular
1991	PLL 1505	Denomina Praça Arquiteto Edgar Albuquerque Graeff um logradouro público
	PLL 2497	Dispõe sobre a instalação de escritórios comunitários nas vilas irregulares de Porto Alegre
1994	PLL 1431	Denomina Praça Arquiteto Enio Wurdig um logradouro público no loteamento Parque Sabiá
	PR 2466	Concede o título honorífico de cidadão emérito ao senhor Demetrio Ribeiro
	REQ 1434	Requer a indicação de seu nome para representar este legislativo na Assembleia Mundial das Cidades e Autoridades Locais e da Conferência Habitat II da Organização das Nações Unidas
1996	PLL 1827	Concede o título honorífico de cidadão de Porto Alegre ao senhor Moacyr Moojen Marques
	PP 219	Propõe a recuperação da Praça Piratini
	PP 330	Propõe o tombamento do conjunto arquitetônico na rua Sta. Teresinha, lado ímpar, entre as Av. José Bonifácio e Venâncio Aires, no bairro Farroupilha
1998	PLCL 3099	Regulamenta o art. 232, Inc. IV, da LOM., instituindo o Programa de Assistência Técnica ao projeto e construção de moradia econômica a pessoas de baixa renda e dá outras providências

Fonte: acervo CMPA, elaborado pelo autor (2023).

Dessa atuação, é relevante destacar três momentos importantes, sendo o primeiro a proposição de assessoramento técnico pelo município aos projetos de iniciativa popular, uma ação cujo objetivo era dar espaço à participação popular para a proposição de Projetos de Lei ou de Emenda. A proposta do então vereador Ilgenfritz foi sancionada através da Lei Complementar nº 297, de 27 de julho de 1993. Na exposição de motivos, Ilgenfritz frisou:

Trata-se de um canal de comunicação valioso colocado a disposição da população – para o qual este Vereador – está apresentando algumas contribuições no sentido de oferecer melhor assessoramento à população nos aspectos técnicos, por parte do Executivo e Legislativo (Porto Alegre, 1991, p. 2).

Outra proposta relevante de Ilgenfritz foi a de instalação de escritórios comunitários em vilas irregulares de Porto Alegre, cujo objetivo era assegurar a participação da comunidade junto ao Poder Público, através de discussões sobre questões locais. O Projeto de Lei do Legislativo culminou na sanção da Lei nº 7593, de 12 de janeiro de 1995. Na exposição de motivos, salientou:

Sua plena utilização garantirá o avanço na relação administração-comunidade, a evolução da organização comunitária, a sustentação dos projetos pela população residente, a conscientização e a participação de todos no processo de democratização da cidade. Será ainda uma referência para a implantação de projetos educativos. Representa, também, uma nova alternativa para a pesquisa técnica e universitária, promovendo a proximidade dos profissionais com as questões mais críticas da realidade brasileira, possibilitando, assim o surgimento de propostas para atendê-la (Porto Alegre, 1991, p. 2).

Um terceiro momento fundamental em sua atuação como vereador foi o da proposição do Programa de Assistência Técnica à Habitação – abordado a seguir.

#### **1.3.4 Habitação de qualidade para todos: a causa de toda a vida**

Uma das maiores atuações de Ilgenfritz no campo político-profissional foi aquela dedicada à habitação – que se manifesta tanto em sua luta nas associações da categoria como na militância política: desde sua formação trabalhou com habitação social, seja através da luta política por legislações que proporcionassem habitação digna à população economicamente menos favorecida, seja através de projetos habitacionais.

Já em 1985 – durante a construção da nova constituição – o papel do arquiteto e urbanista e o tema da habitação já estavam presentes.

Ainda em um cenário de forte engajamento político, foi promovida pelo Diretório Acadêmico da FA/UFRGS, em setembro de 1985, a Semana da Constituinte, dedicada à promoção do debate voltado à nova constituição que estava sendo construída, por meio de palestras de figuras atuantes no campo da arquitetura e do urbanismo.

Dentre os profissionais convidados para esse debate estava Ilgenfritz, que, na ocasião, destacou a mobilização estudantil dos alunos da FA/UFRGS e o evento organizado pelo próprio corpo discente como de suma importância para a discussão da questão da Constituinte e, conseqüentemente, da conscientização de um maior número de pessoas para o estabelecimento da democracia no país (Silva, 1985).

Conforme Ilgenfritz (Silva, 1985), um dos propósitos da promoção de uma nova Constituição era colocar em pauta a qualidade de vida da população, indo ao encontro de ações participativas, de cujas discussões a população fizesse parte, tornando o processo

mais democrático. Portanto, legislações como a Lei de Segurança Nacional, Lei de imprensa e de greve, deveriam ser extintas. Reafirmando a indispensabilidade da temática voltada à habitação se fazer presente na Constituição, Ribeiro (1985, p. 6) complementa: “Se não houver garantia na Constituição para os direitos que ela proclama, essa Constituição será demagógica como as anteriores, como as do regime militar que declarava liberdades civis”.

Mais tarde, uma ação importante de Ilgenfritz enquanto vereador – destacada acima – foi a continuação da luta pelo Programa de Assistência Técnica ao projeto de construção de moradia econômica para pessoas de baixa renda, que surgiu em meados da década de 1970 no SAERGS através de diversos profissionais. Em 1998 esse programa foi instituído sob a promulgação da Lei Complementar nº 428, de 23 de abril de 1999, garantindo o acesso da população de baixa renda à assistência técnica, que poderia ser oferecida de forma individual ou em grupos como mutirões e cooperativas (Porto Alegre, 1998).

Esta iniciativa resgata parcialmente um antigo projeto desenvolvido em 1975 pela categoria dos arquitetos, tendo sua produção e coordenação desenvolvida pelo Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul e patrocínio do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – 8ª Região e do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Porto Alegre, 1998, p. 2).

As propostas realizadas por muitas décadas culminaram, em 2008, na sanção da Lei Federal nº 11.888/08<sup>19</sup>, que promove a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS). A edição especial de 2018 da Revista Projeto (p.10), destaca o seguinte sobre Ilgenfritz:

[...] dedicou boa parte de sua trajetória profissional a trabalhos de habitação popular e planejamento urbano, dividindo-a com a atuação em entidades representativas de arquitetos. Ele foi pioneiro na defesa da assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social, que considera – o SUS da habitação – fundamental para melhorar as moradias e atingir um segmento da população sempre desassistido.

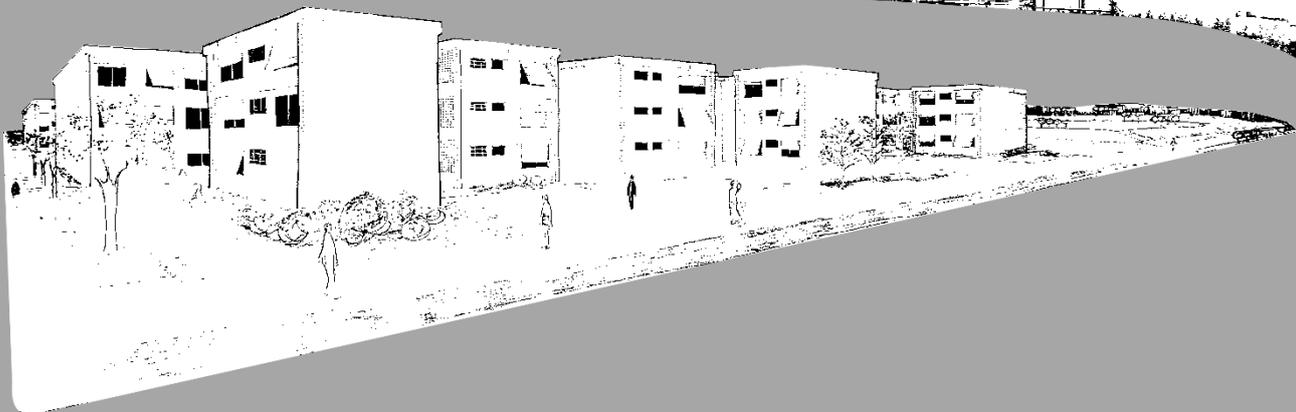
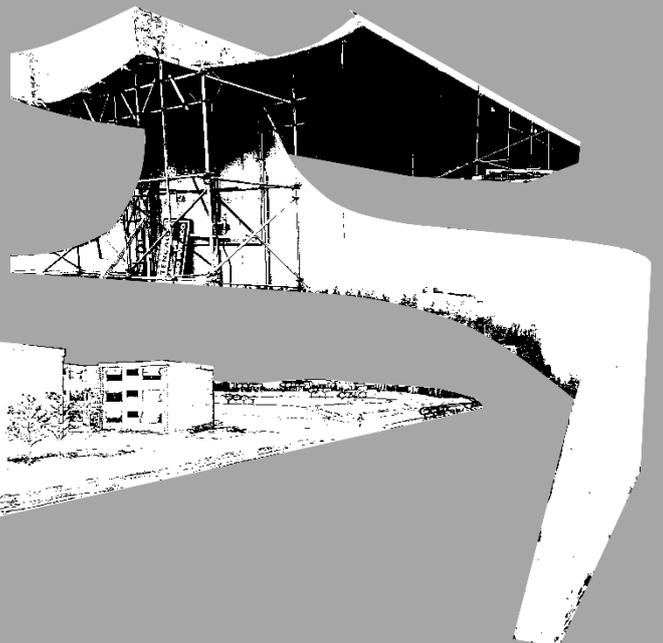
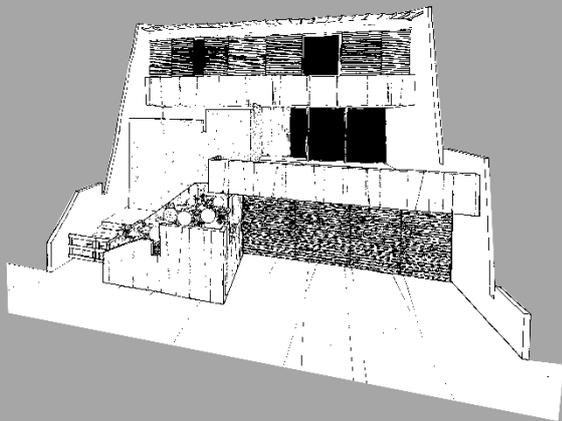
A referida lei teve como base os estudos realizados previamente, iniciados na década de 1970, e foi conduzida pelo arquiteto e deputado federal do PT da Bahia Zezéu Ribeiro. Clovis Ilgenfritz, mesmo tendo se afastado das atividades políticas, teve seu trabalho reconhecido graças à sua trajetória de luta nesse campo (Revista Projeto, 2018).

---

<sup>19</sup> BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.



# 2 ARQUITETURA E URBANISMO MODERNOS \_um estilo



A arquitetura moderna [...] esboçara não só os princípios de organização de uma outra vida política, econômica e cultural diferente, mas também uma [ideia] da vida cotidiana livre das convenções e aberta para o futuro [...] Esses arquitetos não tinham por objetivo a realização de uma obra-prima pessoal, mas a edificação em grande escala de tudo aquilo [de] que os habitantes da cidade de pedra sempre estiveram privados. Era normal portanto que as concepções arquitetônicas ligadas a essa nova maneira de construir seguissem no essencial as linhas políticas da esquerda da época (Kopp, 1990, p. 18-19).

Conjuntamente com uma causa, veio uma linguagem arquitetônica que, consensualmente, se identificou como moderna. Embora o termo estilo fosse praticamente banido do vocabulário modernista, na verdade se pode dizer que o conceito esteve presente na produção dos arquitetos modernos, se considerarmos, com Comas que (1994, p. 182):

Estilo deve entender-se como conjunto organicamente consistente incluindo tanto elementos de arquitetura quanto elementos e princípios de composição arquitetônica. O entendimento pressupõe, em teoria, a plausibilidade de distinguir entre geometria e materialidade do edifício, entre os espaços e volumes que contam e os elementos técnico-funcionais que o concretizam, paredes, colunas, entresijos, coberturas e demais componentes construtivos isoladamente incapazes de fechar espaço ou volume.

A questão estilística na arquitetura moderna foi largamente estudada por Comas (1989, p.94), que afirma: “a obra de Corbusier cristalizava um verdadeiro estilo e era a ‘herdeira legítima’ da tradição acadêmica por definir um conjunto internamente consistente de elementos, esquemas e princípios de composição validado por mudanças técnicas, sociais e culturais”.

Aqui, portanto, será utilizado o termo linguagem, mais condizente com o contexto moderno.

## **2.1 Referências de uma linguagem arquitetônica: a arquitetura do Rio Grande do Sul nas décadas de 1950 e 1960**

Para que se possa entender o contexto de formação do arquiteto estudado neste trabalho, isto é, as obras que Ilgenfritz pode ter conhecido, apreciado e daí ter formado seu repertório, apresenta-se algo da produção arquitetônica concretizada antes e durante seu período de graduação. A fim, então, de compreender e identificar suas bases e referências profissionais, foi construída uma matriz, elencando alguns profissionais de duas gerações anteriores à do arquiteto, juntamente de algumas obras.

Na exposição de obras tomadas como exemplares, procurou-se destacar os aspectos mais relevantes de cada uma delas, dentro do contexto e objetivos deste trabalho.

Os critérios de escolha basearam-se em dois fatores:

- profissionais em evidência naquele momento – professores da FA ou não;
- projetos dotados de características semelhantes às de algumas obras de Ilgenfritz.

As obras apresentadas abaixo mostram alguns aspectos da conformação da arquitetura moderna no Rio Grande do Sul nos anos 1950 e 1960; tentou-se abordar diferentes programas, buscando montar um panorama, de certa forma, um pouco mais amplo das manifestações arquitetônicas do momento e de seus principais temas (Quadro 3).

**QUADRO 3** arquitetura moderna no Rio Grande do Sul

	por uma organização funcional		a presença da tradição		expressividade dos materiais/planos	
	setorização		composição tradicional	volumetria	estrutura	materialidade
1951	 residência Ernesto Cross Valdez	 residência do arquiteto				
1953			 Colégio Estadual Júlio de Castilhos			
1958				 residência Mello Pedreira		
1966						 escritório da Mobil Oil do Brasil
1967					 edifício FAM	

Fonte: Xavier; Mizoguchi (1987), organização do autor (2023).

## por uma organização funcional

setorização



**\_1951**

**obra** \_ residência Ernesto Cross Valdez

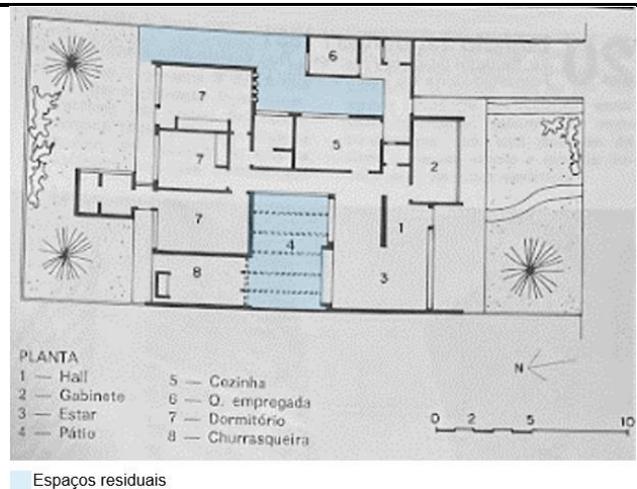
**arquiteto** \_ Carlos Maximiliano Fayet (1930-2007)

**localização** \_ Porto Alegre

**FIGURA 3** residência Ernesto Cross Valdez

fachada sul

planta



Fonte: Xavier; Mizoguchi (1987, pp. 80 e 81).

O projeto de Fayet apresenta um claro zoneamento das funções: localiza o uso social na parte frontal, oeste, enquanto a área de serviço fica a leste, e a zona íntima voltada ao norte, juntamente de um jardim nos fundos. Sua fachada de acesso conta com uma moldura que delimita as extremidades da construção. Uma expressividade da residência se dá nessa organização funcional, através da disposição dos ambientes em, basicamente, duas alas: uma voltada ao sul, social e de serviço, e outra íntima, ao norte, conectada por uma circulação interna e por um pátio.

A organização funcional, contanto que estivesse cada coisa em seu lugar, sacrificava muitas vezes a questão espacial geral, principalmente no que se refere aos espaços abertos: as faixas de terreno deixadas livres configuram, claramente, espaços residuais.

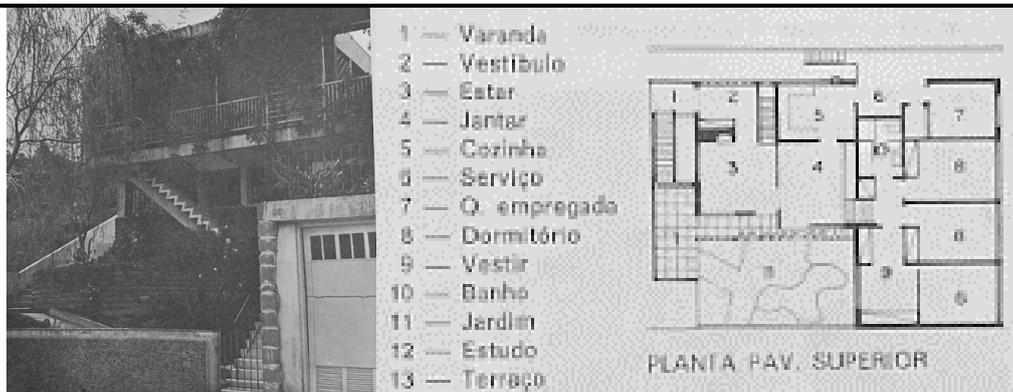
**\_1951**

**obra** \_ residência do arquiteto

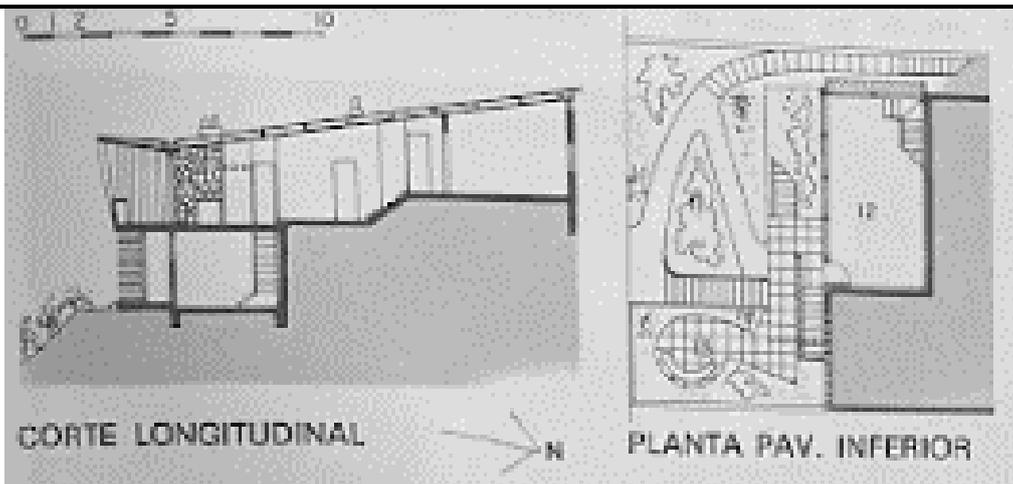
**arquiteto** \_ Edgar Albuquerque Graeff (1921-1990)

**localização** \_ Porto Alegre

**FIGURA 4** residência Edgar Albuquerque Graeff  
fachada norte e planta pav. superior



cutte longitudinal e planta pav. inferior



Fonte: Xavier; Mizoguchi (1987, pp. 76 e 77).

A residência projetada por Graeff para sua própria morada foi construída aproveitando a topografia existente, uma tomada de decisão que parece comandar a plasticidade e organização da obra (Xavier; Mizoguchi, 1987).

Enquanto o pavimento inferior deu destaque ao espaço de estudo do arquiteto, o pavimento superior apresenta, na porção frontal, a área social da casa, seguido, de forma coerente, com o setor de serviço – que também possui acesso pelo lado externo –, e o setor

íntimo, que se apresenta com todos os dormitórios para os fundos do terreno, ficando o dormitório de empregada apartado dos demais, com acesso pelo próprio setor de serviço.

A organização dos espaços foi feita de forma a aproveitar toda a largura do terreno, o que possibilitou a criação de pátio frontal e de fundos, fator que não ocorre no projeto anterior, cuja disposição do projeto criou espaços residuais na área externa.

Tendo em vista que Graeff se formou na Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, é evidente a influência da Escola Carioca nesse projeto, como telhado borboleta, elementos vazados e revestimentos naturais.

### a presença da tradição

composição  
tradicional



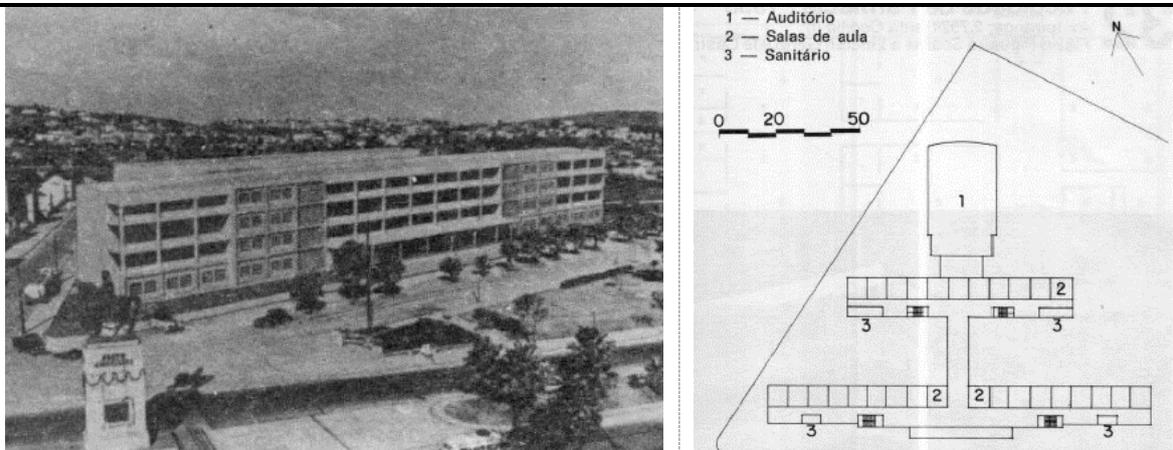
**\_1953**

**obra** \_ Colégio Estadual Júlio de Castilhos

**arquitetos** \_ Demetrio Ribeiro (1916-2003) e Enilda Ribeiro (1921-2010)

**localização** \_ Porto Alegre

**FIGURA 5** Colégio Estadual Júlio de Castilhos



Fonte: Xavier; Mizoguchi (1987, pp. 29 e 105).

O projeto parceria entre Demetrio Ribeiro e sua esposa, Enilda Ribeiro, foi fruto de um concurso público promovido pelo estado do Rio Grande do Sul na década de 1950.

Ainda em um período em que a arquitetura gaúcha se estabelecia e buscava uma certa identidade formal frente ao movimento moderno, é possível notar nesse projeto a presença de uma simetria, que organiza o programa e dota de uma monumentalidade para a fachada, acentuada pela presença de um pórtico central de acesso.

### a presença da tradição

#### volumetria



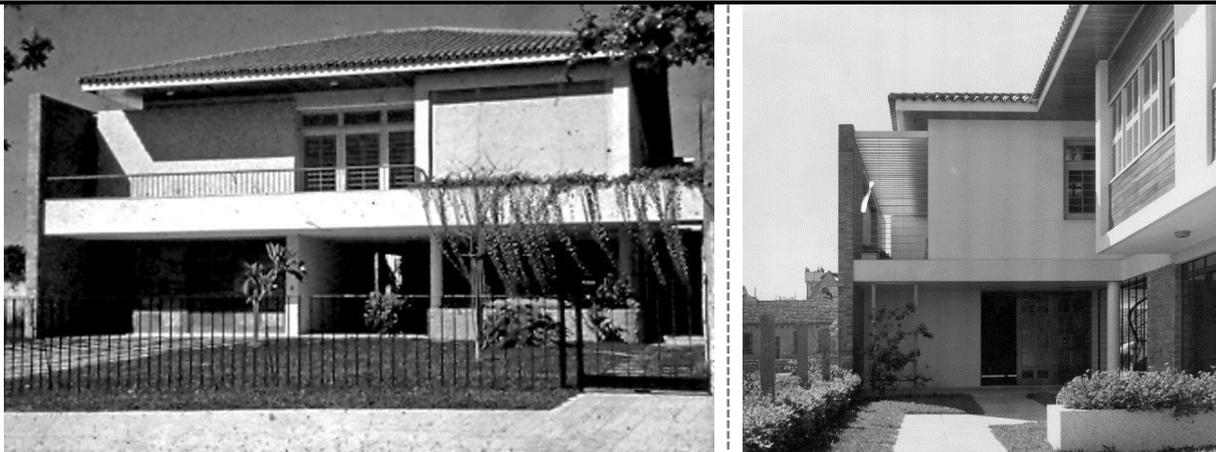
**\_1958**

**obra** \_ residência Mello Pedreira

**arquiteto** \_ Moacyr Moojen Marques (1930-2019)

**localização** \_ Porto Alegre

**FIGURA 6** residência Mello Pedreira



Fonte: <https://www.moomaa.net/casamellopedreira>.

Conforme comenta Marques (2012, p. 243), o projeto, de autoria de Moacyr Moojen Marques, “tinha o ar senhorial das arquiteturas cariocas, hibridizando soluções modernas com elementos da tradição brasileira colonial”.

Esse caráter se dá principalmente pelo uso de telhado aparente com telha cerâmica. É importante destacar que esse elemento, negado em determinado momento pela

arquitetura moderna mais dogmática, já estava sendo utilizado na década de 1950 no Rio Grande do Sul.

A residência foi concebida com ampla utilização de alvenaria de tijolo cerâmico aparente e concreto armado, madeira como revestimento de fachadas e forro.

**expressividade dos  
materiais/planos**

estrutura



**\_1968**

**obra** \_ edifício FAM

**arquitetos** \_ Carlos Maximiliano Fayet (1930-2007), Cláudio Luiz Gomes Araújo (1931-2016) e Moacyr Moojen Marques (1930-2019)

**localização** \_ Porto Alegre

**FIGURA 7** edifício FAM



Fonte: Xavier; Mizoguchi (1987, p. 218).

O edifício, em terreno de meio de quadra, foi construído para a própria morada dos arquitetos, possuindo térreo com garagem, lavanderia e salão de festas e demais pavimentos com apartamentos (Xavier; Mizoguchi, 1987).

O volume prismático elevado do solo e sustentado por uma estrutura em esqueleto é a base da composição deste edifício.

A estrutura, evidenciada em seu exterior pelo concreto aparente e a projeção das vigas, que se sobressaem do corpo edificado, é de grande expressividade. O fechamento frontal em painéis de madeira e as venezianas nos terraços completam a linguagem baseada fortemente nos materiais e texturas.

### expressividade dos materiais/planos

materialidade



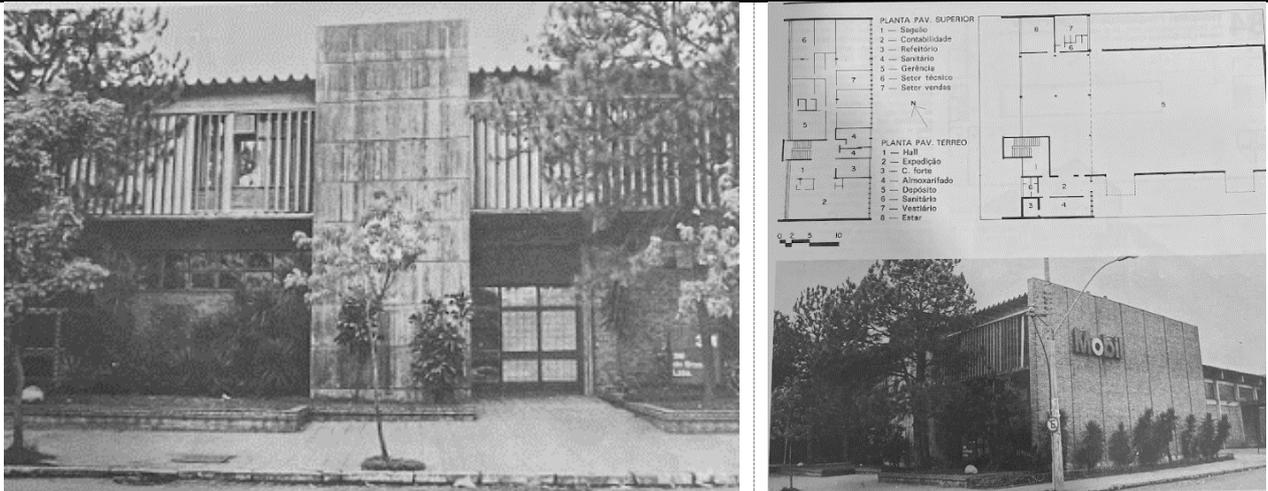
**\_1966**

**obra** \_ escritório e depósito da Mobil Oil do Brasil

**arquiteto** \_ Carlos de Azevedo Moura (?-?)

**localização** \_ Porto Alegre

**FIGURA 8** escritório e depósito da Mobil Oil do Brasil



Fonte: Xavier; Mizoguchi (1987, pp. 208 e 209).

O prédio, em lote de esquina, conta com uma expressiva empena em tijolo cerâmico aparente, que dá espaço para a logomarca da empresa, enquanto a fachada de acesso principal contém, na parte superior, uma faixa de esquadrias com *brise-soleils* verticais. A parede cega em concreto aparente oculta e marca a circulação vertical, e destaca, por contraste, o acesso ao interior do edifício marcado por uma porta envidraçada.

As obras citadas têm particularidades e, por vezes, podem não se assemelhar em relação às questões formais, de uso e de espacialidade, mas, de forma geral, são projetos que possuem pelo menos uma das características fundamentais daquele período:

- utilização do concreto aparente em elementos de destaque, sendo parte da estruturação do edifício e, por vezes, também cumprindo o papel de vedação;
- emprego de tijolo cerâmico maciço de forma aparente como vedação;
- composição, em geral assimétrica, dos edifícios em diferentes prismas;
- utilização do telhado, algumas vezes com recurso de platibanda, fator que permite a visualização da obra como um bloco único, ou então mantendo a cobertura de forma aparente, através de um tratamento moderno na disposição de planos de cobertura, com diferentes ângulos;
- um elaborado exercício de organização das funções.

Os pontos indicados estão, de alguma forma, presentes nas obras de Ilgenfritz e seus sócios.

## **2.2 Obra arquitetônica e urbanística de Ilgenfritz**

Clovis Ilgenfritz da Silva, durante sua atuação profissional voltada à elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos, esteve associado a outros colegas de profissão. Logo após se graduar arquiteto, firmou sociedade com Ignez d'Avila, arquiteta e urbanista formada pela FA-UFRGS em 1964 (Rovatti; Padão, 2002). A sociedade resultou na criação da Arquitetura e Planejamento Ltda. (ARQUIPLAN), que, posteriormente, mudou o nome para Arquitetos e Economistas Associados Ltda. (ARQUIPLAN-CEPA), em razão da ampliação da empresa, passando a atuar tanto na área da arquitetura e urbanismo, quanto na área da economia, incluindo o economista Renato Ilgenfritz da Silva (irmão de Clovis Ilgenfritz) e Alceu Bicca (Silva, 2014).

Os profissionais elaboraram diversos projetos<sup>20</sup>, com variados programas. O estudo das obras neste trabalho será organizado a partir de grupos programáticos: residências unifamiliares, programas variados e habitação social. Em cada grupo dar-se-á destaque às características arquitetônicas que mais lhe dão identidade: as residências unifamiliares se caracterizam por um esquema organizacional com uma especial relação entre zoneamento e volumetria; hospitais, prédios administrativos, restaurantes, elementos urbanos e

---

<sup>20</sup> Os arquitetos a serem indicados junto aos projetos encontrados e analisados são aqueles identificados nas pranchas às quais se teve acesso no acervo do Centro de Memória do CAU/RS. Ainda que seja evidente a colaboração de outros profissionais durante diversas etapas das diferentes elaborações projetuais, as possibilidades e limitações desta investigação não permitem que sejam identificados em sua totalidade.

monumentos em áreas cívicas se destacam pela exploração plástica de volumes e materiais; a habitação social se caracteriza por uma modernidade genuína, mas que por vezes se afasta das soluções mais dogmáticas aplicadas no Brasil tanto em conjuntos habitacionais, como em loteamentos de casas unifamiliares.

### **2.2.1 Habitação unifamiliar: composição espacial**

A ideia de uma arquitetura funcional que se reinventasse a cada novo programa foi o carro-chefe da arquitetura moderna, traduzindo-se em grande parte na ideia de uma composição elementar, onde cada volume ou grupo espacial era trabalhado de acordo com os usos que abrigava e isso se revelava no exterior.

Os arquitetos modernos, brasileiros e gaúchos fizeram verdadeiros malabarismos ao elaborarem plantas que organizassem os usos, aproximassem o que se entendia que se tinha que aproximar e afastassem o que se considerasse relativamente incompatível. Alguns dos exemplos gaúchos mencionados ajudam a ilustrar esse exercício de composição espacial e suas conexões.

Clovis Ilgenfritz, como arquiteto moderno, trabalha nessa direção, no entanto cria o que se poderia chamar tipologias funcionais nos seus projetos de residência unifamiliar, fator que não determina a composição volumétrica.

Não quer dizer que sua arquitetura surja somente do programa e que o arquiteto não recorra a outros geradores de forma, mas, sim, que resolvida a organização do programa – a composição dos espaços e suas conexões – parece sentir-se livre, de alguma maneira, para tratar das questões expressivas de cada residência: casa coberta com telhado ou com laje, com mais ou menos expressividade dos materiais etc. – seguindo gostos dos clientes, interpretando idiosincrasias locais ou tendências específicas do momento.

Esse especial tratamento da planta, com padrões bastante claros em relação à organização espacial/zoneamento, justifica a análise das residências ser voltada especialmente à espacialidade.

As residências projetadas por Ilgenfritz e seus sócios se assemelham, no geral, ao que Martinez (2000) destaca como a divisão do programa em uma parte espacialmente contínua, moderna, e, em outra, compartimentada – mais tradicional. Isso se deve ao fato de os arquitetos terem elaborado os projetos tanto em alas setorizadas que se conectam através de um grande espaço, ou setores diretamente ligados entre si, em uma disposição irregular.

Os arquitetos elaboraram um grande número de projetos de habitação unifamiliar (Quadro 4).

**QUADRO 4** habitações unifamiliares

		<b>proprietário(s)</b>	<b>localização</b>	<b>autoria</b>
1966	1	■ Antônio Bertão	-	C., I., R.
	2	■ José Rocha	Porto Alegre	C., I.
1968	3	■ Aloisio Hermes Dannus	-	C., I.
	4	■ José Rieth dos Santos	-	C., I.
1969	5	■ Rudi Germano Giebler	-	C., I.
1970	6	■ Gil Coimbra Müller	Ijuí (RS)	C., I.
1972	4	■ Naldo C. de Freitas	Porto Alegre	C., I.
	8	■ Edison Alves de Oliveira	Porto Alegre	C., I.
1973	9	■ Gil Coimbra Müller	Ijuí (RS)	C., I.
	10	■ Hilariu Hirro Cassol	Porto Alegre	C., I.
1974	11	■ Amaury Ilgenfritz	Porto Alegre	C.
	12	■ Solon Gonçalves da Silva	Porto Alegre	C., I.
1975	13	■ Sociedade Educação e Caridade	Santo Augusto (RS)	C., D., I., L.
	14	■ Westphalen	-	C., I.
1976	15	■ Ruben Ilgenfritz da Silva	Ijuí (RS)	C., I.
1977	16	■ Wilson Airton Closs	Capão da Canoa (RS)	C., D., I.
	17	■ José Luiz d'Ávila	Belém (PA)	C., I.
1978	18	■ Luiz Gomes	Porto Alegre	C., D., I.
	19	■ Renato Ilgenfritz da Silva	Xangri-lá (RS)	C., I.
	20	■ Wilson Ayrton Closs	Porto Alegre	C., I.
1979	21	■ Léo Holzmann	Xangri-lá (RS)	C., D., I.
1980	22	■ Carlos Alberto Lopes Neves	Porto Alegre	C., D., I.
	23	■ Roberto de Carvalho e Silva	Porto Alegre	C., I.
1983	24	■ José Luiz C. Cruz	Tramandaí (RS)	C., D., I.
1985	25	■ Renato Ilgenfritz da Silva	Ijuí (RS)	C., D., I.
1986	26	■ Enio e Maria Berwanger	Gramado (RS)	C., D., I.
	27	■ Cláudio Paiva	Porto Alegre	C., I., N.
	28	■ Fernando Rocha	Santo Augusto (RS)	C., I.
	29	■ Ivar Balconi	-	C., I., N.
s.d.	30	■ João Ilgenfritz	Campo Grande	C., I.
	31	■ José Luiz Carneiro Cruz	Porto Alegre	C., D., I.
	32	■ Marco Tulio e Liliana de Rose	Porto Alegre	C., D., I.
	33	■ Rolando Daza Tejada	São Leopoldo (RS)	C., I.
	34	■ Ruben Ilgenfritz da Silva	Lavras (RS)	C., I.

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), organização do autor (2024).

C. – Clovis Ilgenfritz da Silva

D. – Demetrio Ribeiro

I. – Ignez d'Ávila

L. – Luiz Antonio L. Stahl

N. – Newton Paulo Baggio

R. – Ruy Octavio Florin

Desses 34 projetos identificados nos diversos arquivos e acervos, 12 serão analisados. O critério de escolha foi a sobressalência da organização funcional frente ao tratamento plástico.

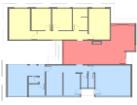
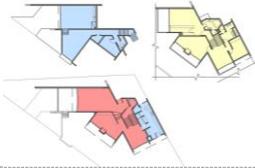
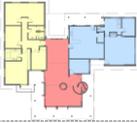
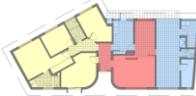
Foi observado que, de forma geral, os arquitetos possuem uma estratégia projetual através de eixos paralelos onde todos os setores relacionam, volumetricamente e/ou espacialmente, a frente e os fundos dos terrenos; por outro lado, uma generosa conexão espacial se dá através do setor social. Essa estratégia traz uma permeabilidade visual entre

o acesso e a área de lazer ou o pátio, por exemplo, permitindo criar uma multiplicidade de relações entre o interior e o exterior.

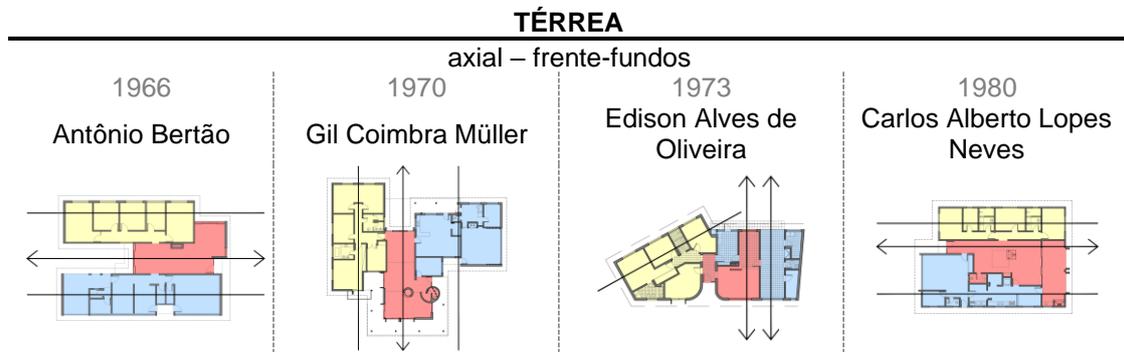
Isso se dá, de maneira geral, tanto em habitações de um, como de dois pavimentos; no entanto, algumas exceções acontecem, trabalhando os arquitetos com algumas propostas espaciais diferenciadas.

De todas as formas, as complexas e ricas relações funcionais e espaciais presentes nos projetos residenciais, justificam a detalhada descrição dessas questões apresentadas (Quadro 5).

**QUADRO 5** organização espacial/funcional  
 - social | - serviço | - íntimo

	<b>TÉRREA</b>	<b>DOIS PAVIMENTOS (OU MAIS)</b>	<b>TÉRREA E DOIS PAVIMENTOS</b>
	axial – frente-fundos	axial – frente-fundos no térreo	aglomerada
1966	<p>Antônio Bertão</p> 	<p>José Rocha</p> 	
1970	<p>Gil Coimbra Müller</p> 		
1973	<p>Edison Alves de Oliveira</p> 	<p>Hilariu Hirro Cassol</p> 	
1975			<p>Sociedade Educação e Caridade (SEC)</p> 
1978		<p>Luiz e Leni Gomes</p> 	
1980	<p>Carlos Alberto Lopes Neves</p> 	<p>Roberto de Carvalho e Silva</p> 	
1986		<p>Enio e Maria Berwanger</p> 	
s.d.			<p>Ivar Balconi</p>  <p>Rolando Daza Tejada</p> 

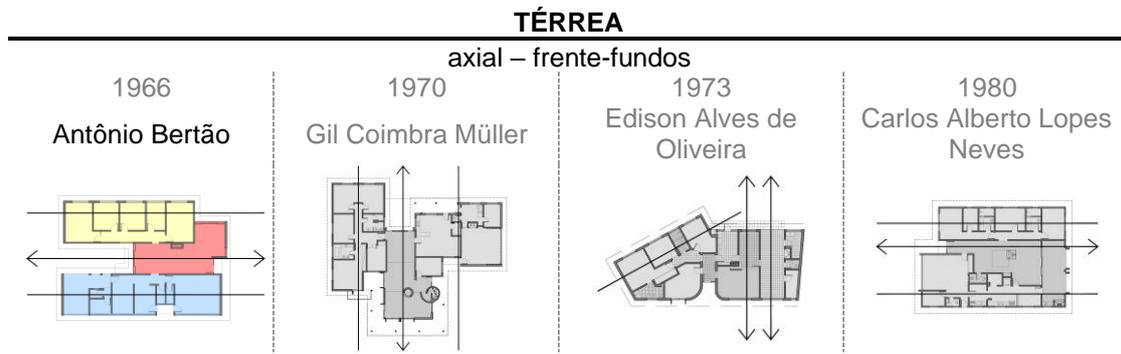
Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), organização e redesenho do autor (2023-2024).



A setorização dessas residências se dá através de uma organização tri-axial (três eixos paralelos). Ao traçar eixos longitudinais na direção frente-fundos, percebe-se que os setores social, de serviço e íntimo são paralelos entre si, com a zona social ao centro. Vale salientar que esse tipo de configuração apresenta um setor central e figuras e disposições semelhantes em ambos os lados, existindo uma distribuição equilibrada e com relativa equivalência volumétrica.

Essa disposição dos espaços também permite a compreensão de que as casas possuem, além da organização tri-axial, uma organização aglomerada, pois através de um espaço central, os demais se inter-relacionam por proximidade, compartilhando o ambiente central (Ching, 2002; Clark; Pause, 1997).

Esses projetos apresentam uma característica relação frente-fundos, pois o setor social percorre a edificação, permitindo uma fluidez, uma continuidade visual e uma conexão entre o interior e exterior.



**\_1966**

**obra** \_ residência Antônio Bertão

**situação do projeto** \_ não identificada

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva, Ignez d'Avila e Ruy Octavio Florin

**localização** \_ não identificada

**FIGURA 9** planta residência Antônio Bertão



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

Esse projeto foi implantado em um terreno de esquina e possui dois acessos localizados em vias distintas: um social, na face leste, e outro de serviço na face sul.

A zona social é composta por quatro ambientes em um mesmo espaço amplo: o vestíbulo se localiza no acesso ao interior da residência e permite circular à sala de estar, estar íntimo<sup>21</sup> e jantar. O setor possui grandes aberturas voltadas ao interior do terreno.

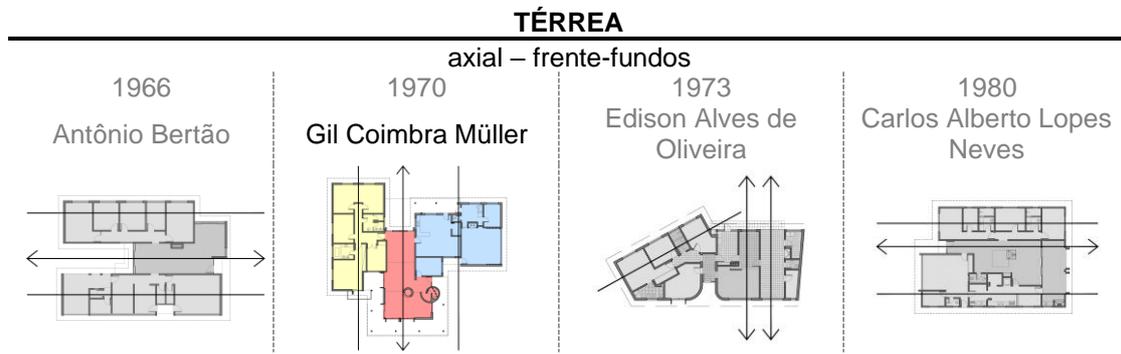
A área social atua como um conector entre a área de serviço e íntima, sendo estabelecida por ele a relação frente-fundos, com a porta do acesso principal paralela à grande abertura dos fundos, que divide o interior da residência do pátio.

Na zona de serviço, localizada em um extremo do terreno voltado a uma via pública, a residência de Bertão conta com uma clara circulação, permitindo fluidez das atividades dentro dos espaços.

O setor íntimo dispõe de quatro dormitórios que são acessados através de uma circulação linear. A implantação desse setor é voltada a uma lateral do terreno, divisa com um terreno vizinho, o que trouxe maior privacidade aos dormitórios em relação às duas vias públicas que margeiam parte do terreno.

---

<sup>21</sup> Mesmo que tenha sido feita a delimitação de uma sala íntima pelos arquitetos projetistas, entende-se que esse ambiente faz parte do setor social, haja vista que está localizado em um espaço amplo, sem barreiras físicas.

**\_1970**

obra \_ residência Gil Coimbra Müller

situação do projeto \_ não identificada

arquitetos \_ Clovis Ilgenfritz da Silva e Ignez d'Avila

localização \_ Ijuí (RS)

**FIGURA 10** planta residência Gil Coimbra Müller

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

A residência projetada para Müller fica em um lote de esquina com um acesso social e outro de serviço, ambos pela mesma via, na face sul.

O projeto conta com uma zona social dotada de alguns elementos que auxiliam na delimitação dos ambientes, como a lareira e o banheiro, dividindo o estar do jantar, e ainda formam uma circulação do acesso social, que também permite adentrar o escritório.

É importante salientar que dentro da área social existe uma sala íntima, cuja divisão de ambiente se dá por um desnível no piso, logo, foi considerada junto da zona social, por fazer parte de um mesmo espaço majoritariamente ocupado por esse setor.

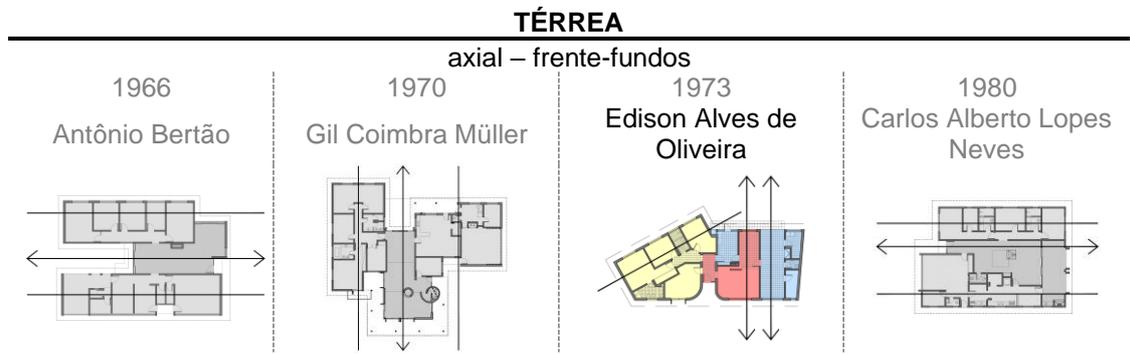
É na área social que ocorre a relação frente-fundos: o amplo espaço desse setor se conecta ao exterior através de portas janelas e, na parte voltada para uma via (face oeste), dispõe de uma grande varanda e, nos fundos (face leste), abre-se ao pátio.

Enquanto no projeto anterior o fluxo no setor de serviço se dava em uma circulação espacializada, neste projeto não existe uma circulação bem definida, haja vista que as conexões entre os cômodos se dão entre eles mesmos ou através da área externa, isentando-se de um ambiente que atue como um elemento conector.

Uma churrasqueira, localizada junto à garagem, cria um espaço multifuncional, aproveitando a área essencialmente de serviço como lugar de reunião social.

O setor íntimo possui uma circulação em formato de L, cujo acesso se dá através da sala íntima do setor social. Essa circulação atua de forma coerente, dada a disposição que foi proposta, ao permitir acesso aos dormitórios e banheiros: dois quartos ficaram voltados a uma varanda, face voltada a uma via pública, e os demais orientados para os fundos do lote.

Uma particularidade que cabe destacar é que esse projeto possui uma lareira circular, destoando das linhas retas pelas quais a planta baixa da casa é formada, assim como o w.c. social, que se apresenta como uma forma irregular, próxima de um caracol. Esse formato permitiu que os arquitetos criassem uma pequena circulação curva antes de adentrar ao ambiente, garantindo uma maior privacidade ao adentrar o espaço, haja vista que seu acesso é direto da sala de estar.



**\_1973**

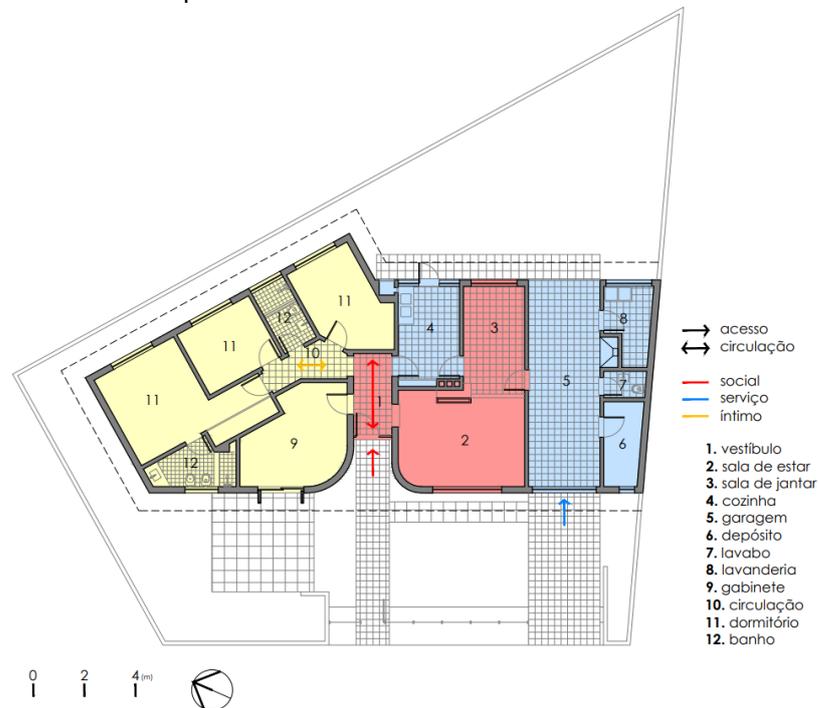
**obra** \_ residência Edison Alves de Oliveira

**situação do projeto** \_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva e Ignez d'Avila

**localização** \_ Porto Alegre

**FIGURA 11** planta residência Edison Alves de Oliveira



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

O projeto elaborado para Edison Alves de Oliveira está implantado em um terreno de esquina de formato irregular. Os acessos propostos ficam na mesma face sudoeste: um social, outro de serviço.

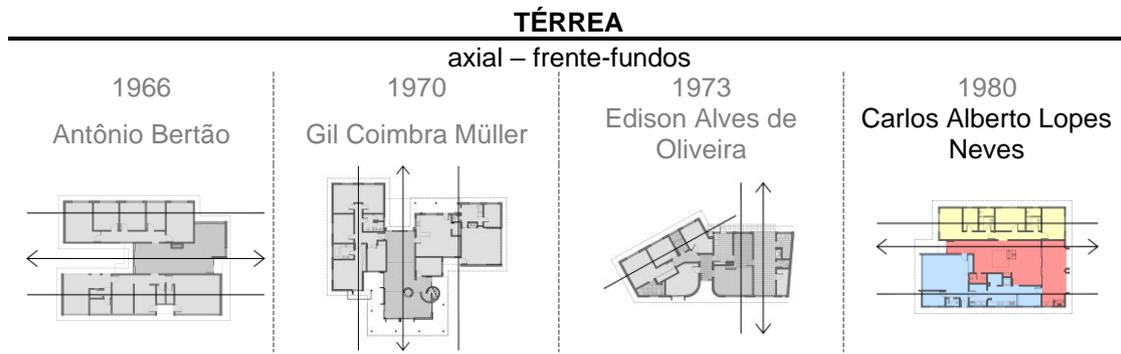
O setor de serviço conta com uma circulação própria delimitada por um vestíbulo, que dá acesso a uma sala de estar e jantar, que se localizam em um mesmo espaço, dispondo de uma divisão de ambiente através de um desnível no piso; na parte mais elevada fica o jantar, e o estar na inferior.

A zona de serviço não dispõe de uma circulação própria, ou seja, não existe um ambiente articulando os acessos aos cômodos desse setor, pois eles se conectam de forma direta. De todos os modos, o setor parece bem resolvido em relação às conexões: as áreas principais, como cozinha e lavanderia, possuem acessos facilitados à garagem e ao setor social, por exemplo, garantindo uma hierarquia de espaços a fim de auxiliar no deslocamento.

A garagem – onde se localiza a churrasqueira – se articula com dupla função: uma vez que o espaço cumpre a função de serviço, também possui uma atribuição social. Esse ambiente de dupla função apresenta uma relação com a frente e o fundo do terreno, através de duas aberturas em posições paralelamente opostas.

Nesse projeto, os arquitetos posicionaram a zona íntima na esquina, com um pequeno recuo do limite do terreno, implantação elaborada dessa forma possivelmente por conta do maior aproveitamento de luz natural e pela particularidade formal do terreno. Enquanto os dormitórios são acessados por uma circulação íntima, o gabinete é acessado pela circulação social, próximo ao acesso principal da residência.

Esse projeto, assim como anterior, também apresenta uma particularidade: a utilização de formas irregulares. Nesse caso também houve o rompimento de linhas retas: algumas linhas seguem a forma irregular do terreno, criando um paralelismo entre a forma do terreno e o projeto, assim como foram criadas paredes curvas junto do acesso social, característica que parece guiar o indivíduo ao interior da residência.



**\_1980**

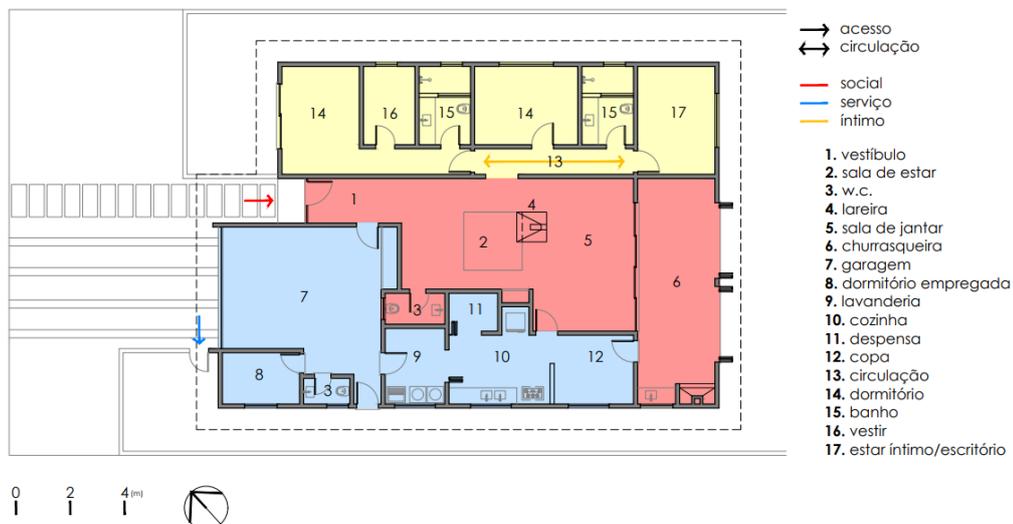
**obra** \_ residência Carlos Alberto Lopes Neves

**situação do projeto** \_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva, Demetrio Ribeiro e Ignez d'Avila

**localização** \_ Porto Alegre

**FIGURA 12** planta residência Carlos Alberto Lopes Neves



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

Este projeto foi proposto para um terreno alongado, com recuos laterais e dois acessos na face frontal do terreno.

A área social conta com três espaços: uma área ampla destinada ao jantar e estar, cuja divisão de ambiente se dá por uma lareira, localizada ao centro do espaço, um w.c. e uma área de churrasqueira.

A relação frente e fundos do terreno, nesse projeto, se dá de forma particular: o acesso à área social se inicia por um vestíbulo estreito, e, logo após ele, ocorre um alargamento do espaço, desvelando a área posterior do lote. Cabe salientar que, com exceção do w.c., os demais espaços da zona se integram ao pátio através de uma grande

abertura, fator que permite uma relação entre interior e exterior, tendo em vista a área de churrasqueira fazer limite com os fundos do terreno.

O setor de serviço é acessado tanto pela garagem, quanto por uma circulação externa lateral, recuada do limite do terreno e com uma barreira física através de um muro com portão.

A própria distribuição dos espaços na zona de serviço faz com que o uso seja facilitado no dia a dia: dependências de empregada localizadas na parte frontal e, aos fundos uma série de ambientes conectados: lavanderia, cozinha, copa.

O social se conecta à área íntima através de uma circulação linear longitudinal, que conecta dormitórios e um escritório. Essa zona, mesmo com uma grande abertura de um dormitório voltada para a frente do terreno, dispõe de privacidade, haja vista que conta com um recuo limitado por um muro, impedindo a ligação direta com a via pública, assim como ocorre no recém-mencionado setor de serviço.

Os projetos apresentados são compostos por três setores dispostos em três eixos paralelos. Essa organização dos projetos a partir dos três eixos possibilitou, mesmo com as particularidades formais de cada lote e volumetria de cada casa, a criação de uma relação entre a frente e os fundos dos terrenos, não somente a partir do setor, mas também, através da fluidez e integração dos espaços da zona social. Uma vez adentrada a casa, é possível estar em contato visual com as porções posteriores, através de grandes aberturas. Essa conexão se dá de forma direta com o pátio ou por meio de uma varanda.

Enquanto os projetos elaborados para Antônio Bertão e Carlos Lopes Neves mantêm a zona íntima de forma mais introspectiva, voltada para o interior do terreno, as residências de Gil Coimbra Müller e Edison Alves de Oliveira dispõem de um contato visual direto com a via pública, por aberturas dos dormitórios.

Como indicado anteriormente, após a elaboração da organização funcional, Ilgenfritz e seus sócios atuam livremente na plasticidade das residências, seja na utilização de texturas ou na própria composição volumétrica.

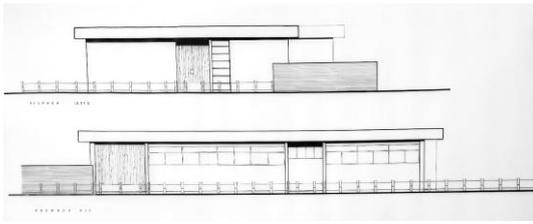
No entanto, é importante realçar que a semelhança dos projetos apresentados se encontra na organização funcional e na textura, pois diferem em volumetria. Os projetos, de forma geral, apresentam tijolo cerâmico e concreto aparente como composição material.

Enquanto o projeto para Bertão possui uma linguagem mais próxima aos conceitos modernos em relação à horizontalidade, pois apresenta platibanda na cobertura, assim como uma janela em fita na fachada sul, os projetos para Müller e Oliveira dialogam de forma volumétrica com a tradição ao apresentarem coberturas aparentes com inclinações acentuadas. Já o projeto desenvolvido para Neves, apesar de contar com uma cobertura de telha cerâmica aparente, possui um tratamento moderno em relação aos planos, contando com volumes anexos, como uma torre de reservatório superior e uma abertura inclinada (Figura 13).

No Brasil, a abdicação da cobertura encontrou resistências de diversas ordens. A tradição portuguesa, com seus telhados de telhas de barro, estava enraizada na cultura brasileira. A varanda, definida pelo prolongamento da cobertura, se adaptou ao clima e modo de viver neste país. Também sempre foi um lugar de encontro familiar, com mesas e redes dispostas para uma vida preguiçosa. Assim, os entraves para abrir mão do telhado não foram só de natureza tecnológica, mas também de ordem ambiental e cultural (Costa; Gonsales, 2017, p.12).

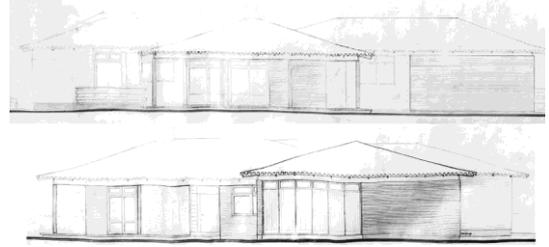
**FIGURA 13** fachadas residências Bertão, Müller, Oliveira e Neves

**RES. ANTÔNIO BERTÃO**



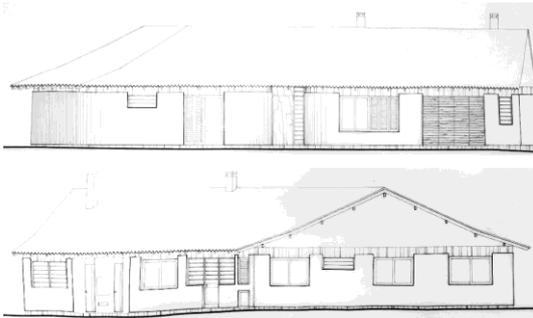
fachadas leste e sul

**RES. GIL COIMBRA MÜLLER**



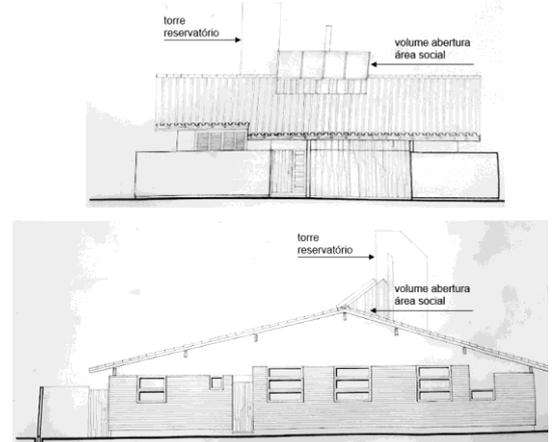
fachadas oeste e sul

**RES. EDISON ALVES DE OLIVEIRA**



fachadas sudoeste e nordeste

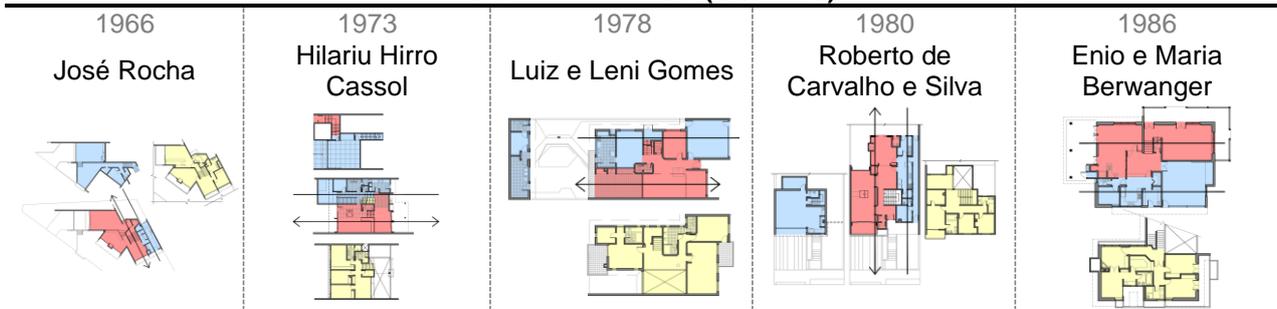
**RES. CARLOS ALBERTO LOPES NEVES**



fachadas noroeste e sudoeste

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).

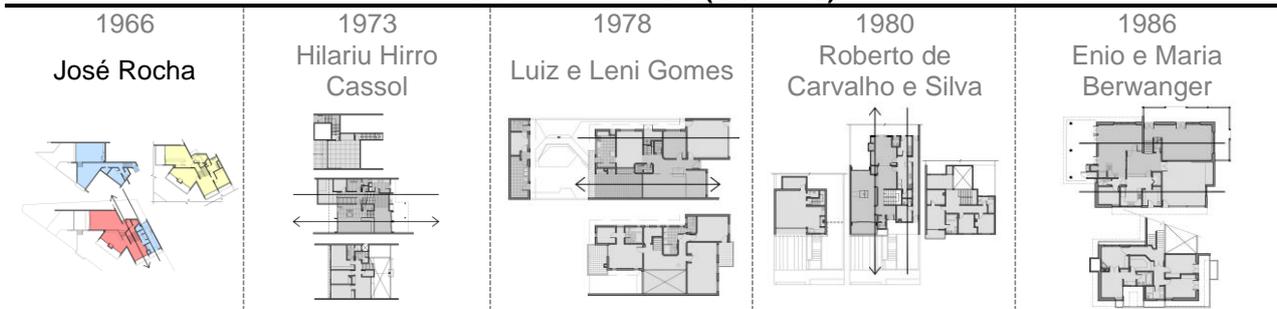
### DOIS PAVIMENTOS (OU MAIS)



Estes projetos apresentam organização particular em relação àqueles apresentados anteriormente: enquanto o térreo, em maior parte dos casos e de maneira similar às residências apresentadas, abriga as zonas social e de serviço organizadas a partir de eixos paralelos na direção frente-fundos, a área íntima fica sempre no pavimento superior e é organizada de maneira muito variada e circunstancial.

Todos esses projetos apresentam uma relação direta entre o interior e o exterior através de aberturas de grandes dimensões. E mesmo que na residência de Enio e Maria Berwanger não ocorra uma integração visual entre a frente e os fundos do terreno através da zona social, existe, sim, uma organização desse setor que atravessa o lote no sentido frente-fundos.

## DOIS PAVIMENTOS (OU MAIS)



**\_1966**

**obra** \_ residência José Rocha

**situação do projeto** \_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva e Ignez d'Avila

**localização** \_ Porto Alegre

**FIGURA 14** plantas residência José Rocha



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

Este projeto foi elaborado sobre um terreno de esquina, de formato irregular e com topografia acentuada, características que possibilitaram a criação de dois acessos em vias

distintas: um no nível do térreo, social e de serviço, e outro no subsolo, de serviço. Vale salientar que no térreo foi projetado um único acesso a partir da via pública, porém, no interior do lote, se desdobra em um social e outro de serviço.

Essa obra possui uma organização que pode ser definida como radial, pois ocorre através de uma configuração linear e centralizada, ou seja, seu núcleo apresenta espaços fundamentais, como a circulação vertical, que liga todos os pavimentos. Desse ponto central, partem espaços lineares, fugindo do contexto nuclear (Ching, 2002).

A casa foi disposta de forma a ocupar quase a totalidade da lateral com o terreno vizinho, enquanto as demais faces se encontram livres, voltadas às vias públicas. Por conta da irregularidade do terreno, a disposição do projeto se deu em forma de leque.

O setor social se inicia em um vestíbulo, distribuindo o acesso a um lavabo, sala de estar e, em um pequeno desnível, na parte superior, interliga a uma sala íntima e de jantar; cada uma das salas possui grandes aberturas que se abrem para terraços próprios, permitindo a visualização do entorno imediato. Tendo em vista cada terraço estar voltado a uma direção, pressupõe-se que os arquitetos priorizaram a vista do espaço interior do lote e das adjacências.

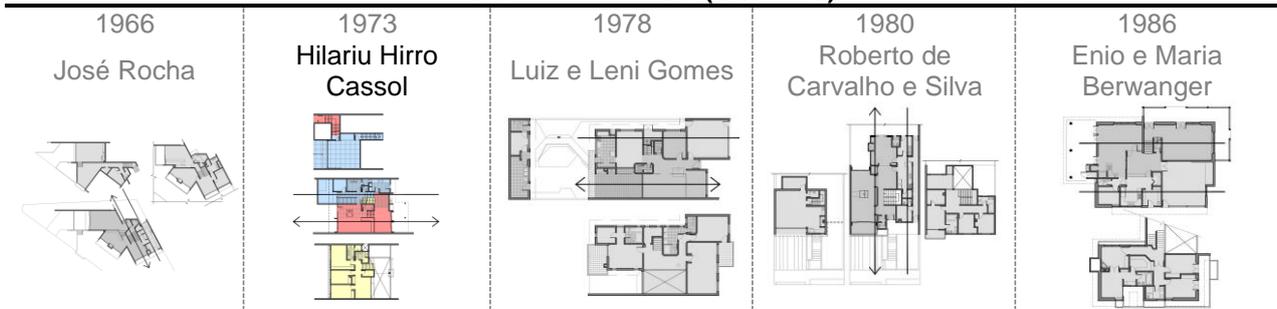
O setor de serviço se encontra no subsolo e no térreo. No nível do subsolo foram dispostas as garagens e uma circulação linear que distribui os acessos ao depósito, à dependência de empregada, ao banheiro e à escada para os pavimentos superiores. Ainda nesse nível, notam-se traços da composição em leque: a utilização de diferentes ângulos para a criação das áreas internas e o direcionamento de cada ambiente a diferentes pontos cardeais permitem a criação de dois acessos distintos às garagens – uma voltada ao sudeste e outra ao leste.

No térreo, essa zona foi disposta em um extremo do lote, com vestíbulo próprio, cozinha e lavanderia, sendo a última ligada ao mesmo terraço que a sala de jantar. Por causa da posição do setor e a relação de uso entre os espaços, a circulação entre eles se dá de forma direta, ou seja, não existe um ambiente específico que atue como conector.

A zona íntima fica localizada no último pavimento, este dispendo de uma suíte, outros dois dormitórios, um banheiro, estar íntimo e terraços. Esse nível da residência mantém as configurações principais do térreo, pois segue as mesmas linhas externas.

Enquanto as áreas social e íntima têm um certo dinamismo em relação à integração dos espaços com os terraços e a área externa, a área de serviço do térreo possui uma certa compartimentação.

## DOIS PAVIMENTOS (OU MAIS)



### 1973

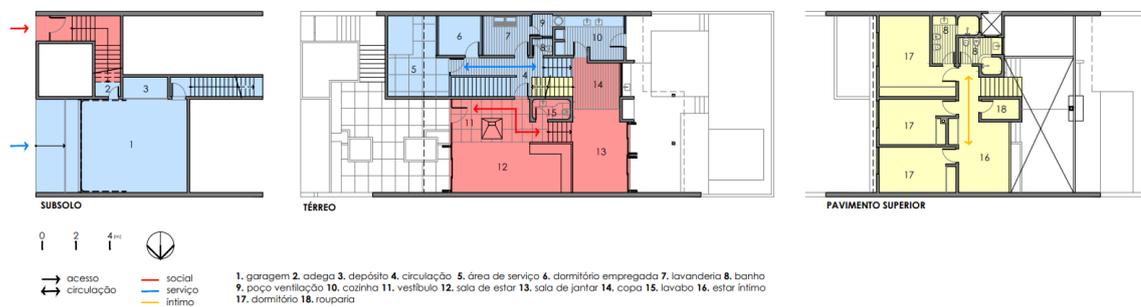
**obra** \_ residência Hilariu Hirro Cassol

**situação do projeto** \_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva e Ignez d'Avila

**localização** \_ Porto Alegre

**FIGURA 15** plantas residência Hilariu Hirro Cassol



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

Este projeto foi elaborado para um terreno alongado, retangular, com desnível considerável, característica da qual os arquitetos tomaram partido para desenvolver a residência em três pavimentos: subsolo aflorado, térreo em dois níveis e pavimento superior.

A casa tem dois acessos, ambos se dão no subsolo: um social, através de uma escadaria externa, e um de serviço pela garagem, que possui uma escada interna com acesso à porção central do projeto.

O térreo desse projeto apresenta, na área frontal, um pátio elevado, possibilitando o acesso social ao interior da residência; as grandes aberturas da fachada leste e oeste permitem a permeabilidade visual entre o pátio da frente e dos fundos através das grandes aberturas.

O setor social contempla área de estar, jantar e copa. Por se tratar de um espaço amplo, os arquitetos adotaram alguns elementos para o decompor em diferentes

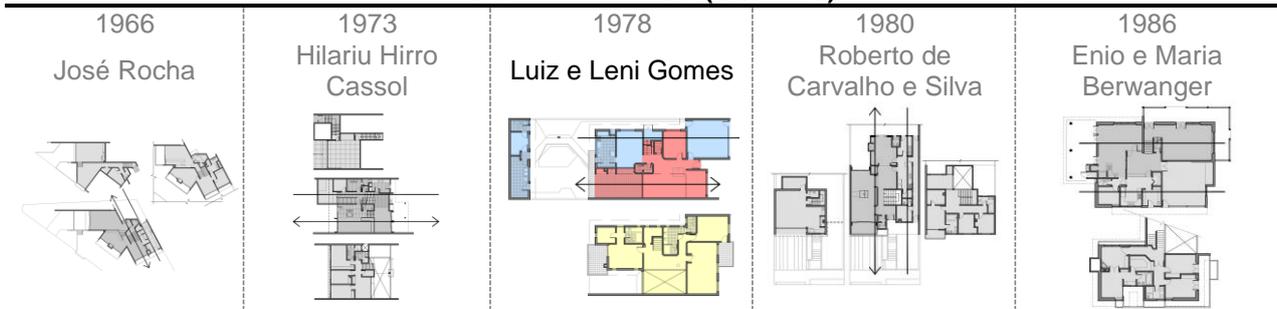
ambientes: uma lareira separa o vestíbulo do estar, e um banco e um desnível divide o espaço para os fundos do terreno, dando lugar à sala de jantar e copa. Essa zona apresenta um sanitário que fica na porção central, com acesso facilitado na área de circulação.

A zona de serviço abrange, no subsolo, uma área de adega, depósito e garagem, com uma escada que se conecta ao térreo, na circulação do mesmo setor. Esse corredor permite o acesso facilitado às dependências de empregada, lavanderia e cozinha e foi localizado estrategicamente no centro do projeto, facilitando o deslocamento entre os setores.

A área íntima, que pode ser considerada a mais deslocada das demais, haja vista que as outras duas coexistem nos andares inferiores, apresenta uma circulação linear que distribui acesso aos dormitórios e a uma sala íntima. Essa sala, cabe salientar, possui vista direta para a sala de jantar, que tem pé-direito duplo, dessa forma é feita a ventilação e iluminação natural desse cômodo por meio do térreo, e também de uma abertura alta, paralela à circulação íntima, que percorre toda a largura da edificação.

Os dormitórios ficam voltados a leste, frente do terreno, a fim de aproveitar melhor a insolação. Essa organização fez com que os dormitórios tivessem toda a largura da fachada principal para as aberturas.

## DOIS PAVIMENTOS (OU MAIS)



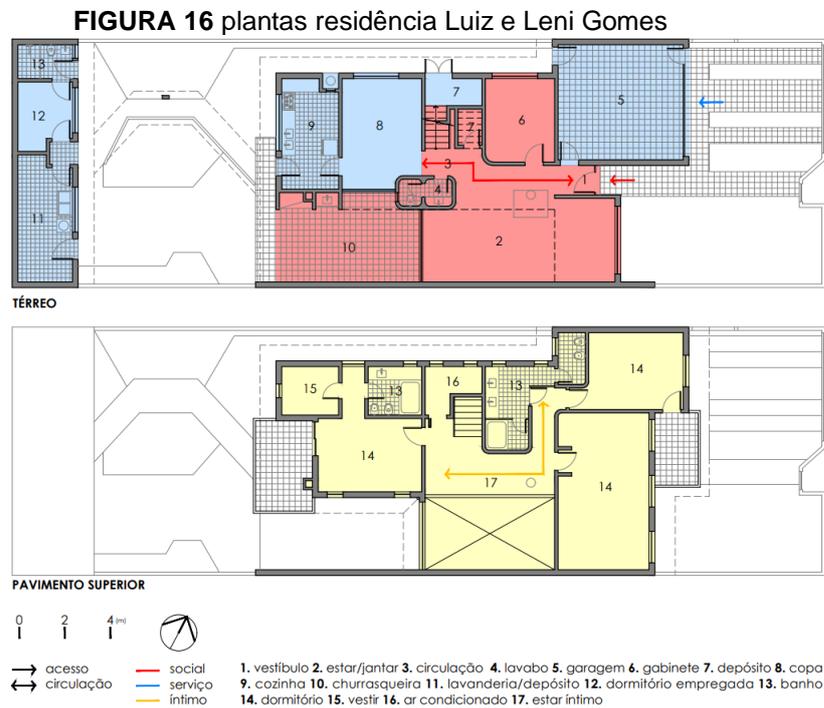
### 1978

**obra** \_ residência Luiz e Leni Gomes

**situação do projeto** \_ não identificada

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva, Demetrio Ribeiro e Ignez d'Avila

**localização** \_ Porto Alegre



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

Este projeto, assim como outros apresentados, também foi proposto a um típico lote urbano retangular alongado, mas, neste caso sem nenhum tipo de desnível topográfico.

A casa dispõe de dois acessos, um social e outro de serviço, sendo ambos acessados de forma paralela à via pública.

O setor social está ligado diretamente a uma circulação, demarcada pela localização da lareira, que distribui acesso à sala de estar, ao w.c., à copa e à escada. O gabinete –

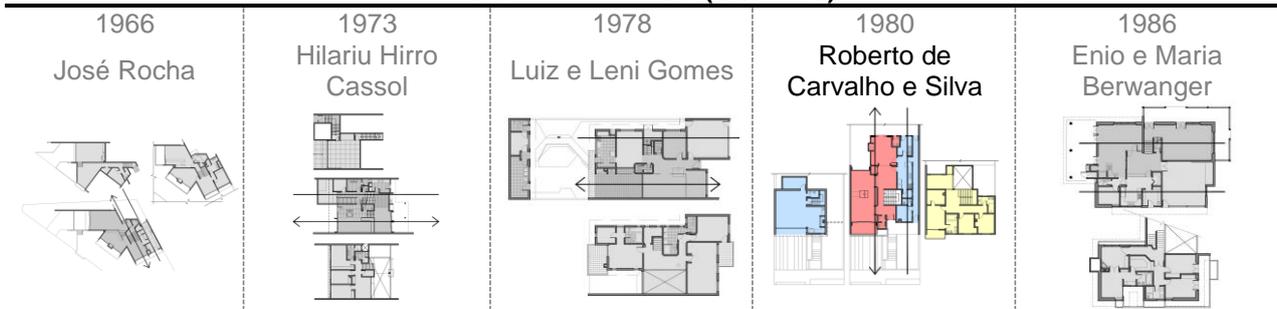
numa posição pouco usual nos projetos residenciais do escritório – fica inserido na faixa da zona de serviço, configurando-se como um espaço intermediário que foge de uma classificação rígida entre social e serviço. A sala de estar/jantar pode ser integrada à área de churrasqueira através de uma grande abertura que conecta o interior da casa aos fundos do terreno.

O setor de serviço se inicia na garagem, que, por sua vez, se liga tanto ao setor social, através da circulação apresentada no setor anterior, como conta com um acesso externo percorrendo a casa de forma longitudinal, conectando externamente os ambientes de serviço.

No entanto, nos fundos do terreno, separada do corpo principal da casa – situação não recorrente nos projetos do escritório – há uma edícula, com dependências de empregada e lavanderia.

A zona íntima, localizada no pavimento superior, segue a mesma disposição formal do térreo, contando com uma circulação em formato de L que conforma uma pequena sala íntima com visual para o estar social que possui pé-direito duplo, conectando espacialmente esses dois ambientes. Enquanto dois dormitórios foram posicionados a nordeste, na fachada voltada à via pública, sendo um dotado de varanda, a suíte possui face aos fundos do terreno, juntamente de uma varanda privativa.

## DOIS PAVIMENTOS (OU MAIS)



**\_1980**

**obra** \_ residência Roberto de Carvalho e Silva

**situação do projeto** \_ não identificada

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva, Demetrio Ribeiro e Ignez d'Avila

**localização** \_ Porto Alegre

**FIGURA 17** plantas residência Roberto de Carvalho e Silva



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

Esta residência foi elaborada a partir de um terreno alongado, regular, aproveitando uma topografia ascendente com a criação de três níveis (subsolo aflorado, térreo e 2º pavimento).

O projeto apresenta um recuo do alinhamento predial e da parte posterior, que dá lugar a um jardim, no entanto a edificação ocupa toda a largura do terreno, sendo que na fachada oeste possui uma circulação percorrendo a casa longitudinalmente.

A casa dispõe de três acessos, sendo: um de serviço no subsolo, que leva da garagem ao centro da casa, e outros dois no nível superior, que ocorre por uma escada frontal externa: um social no centro da fachada principal, e outro de serviço em uma extremidade lateral (oeste).

O setor social da casa se inicia no vestíbulo, se conectando a um w.c. e a uma circulação que liga os espaços dessa zona. Um amplo espaço dá lugar a uma sala de estar, que integra a frente e os fundos do terreno, e a uma sala de jantar que, através de uma grande abertura, se conecta com uma área de churrasqueira, na parte dos fundos. O setor está disposto de forma coerente, distribuindo os espaços e acompanhando a forma do terreno.

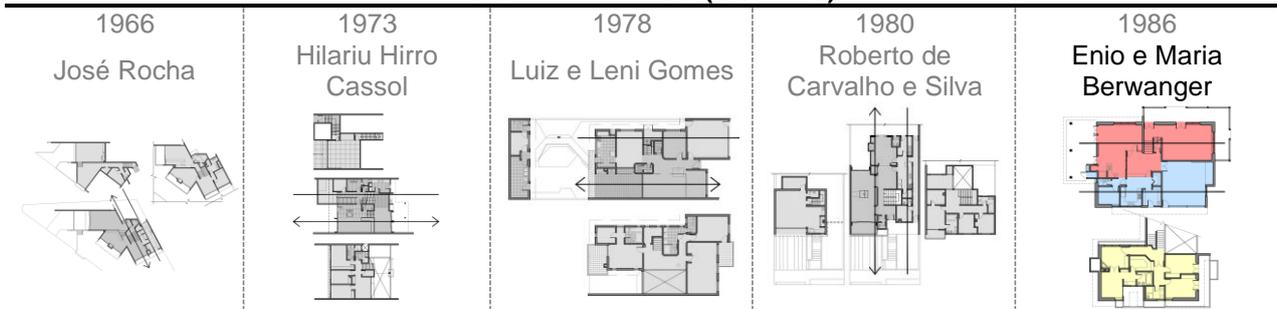
A zona de serviço conta com dois acessos, em níveis diferentes: um pelo subsolo, a partir da garagem e outro pelo térreo, em um extremo do terreno.

A garagem possui uma área de churrasqueira, sendo utilizada tanto como função de serviço, como social.

A entrada de serviço na face oeste do terreno, percorre a casa longitudinalmente e permite o acesso às demais dependências: dormitório de empregadas, cozinha e parte posterior do terreno.

O setor íntimo é acessado através de uma escada pelo setor social; por meio dessa circulação, é possível adentrar o pavimento íntimo que dispõe de três dormitórios, sendo um uma suíte e um escritório. Todos os dormitórios foram posicionados à frente do lote, na direção norte, para maior aproveitamento de insolação.

## DOIS PAVIMENTOS (OU MAIS)



**\_1986**

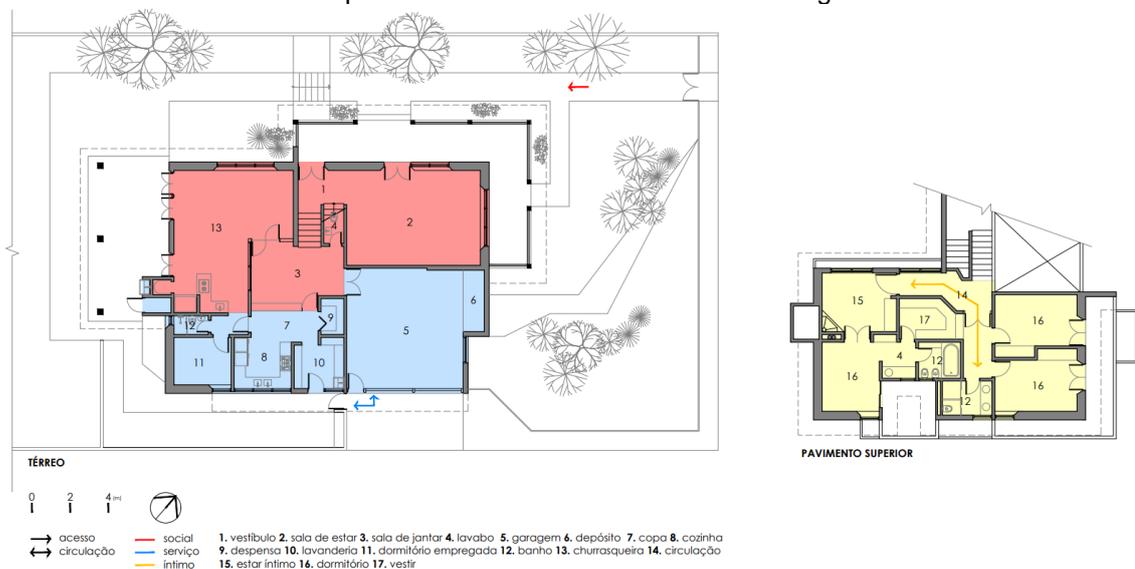
**obra** \_ residência Enio e Maria Berwanger

**situação do projeto** \_ não construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva, Demetrio Ribeiro e Ignez d'Avila

**localização** \_ Gramado (RS)

**FIGURA 18** plantas residência Enio e Maria Berwanger



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

Este projeto foi elaborado sobre um terreno de esquina, com um pequeno desnível; a casa foi posicionada no centro do terreno, possibilitando a criação de pátios e corredores ao seu redor.

O estudo foi proposto com dois pavimentos, sendo o térreo dotado de dois níveis e com dois acessos distintos: um social, a nordeste, por uma varanda, e outro de serviço, a sudeste, pela garagem e por um portão lateral que dá acesso à lavanderia.

O setor social da casa possui um desnível. A sala de estar se encontra no nível mais alto, sendo parcialmente margeada por uma varanda em formato de L, voltada para a via pública e também para a lateral do terreno por onde se dá o acesso através de um vestíbulo.

Para adentrar os demais espaços, uma escada permite o acesso à sala de jantar e depois a uma área de churrasqueira, que também se conecta a outra varanda, dessa vez voltada para os fundos do terreno.

O setor de serviço, localizado na porção sudeste da planta, assim como o setor social, apresentam conexão entre ambientes através deles mesmos, sem uma circulação evidente. Com exceção da garagem, que, mesmo se conectando à sala de jantar, tem fácil acesso à copa-cozinha, por exemplo, e ao dormitório de empregada, que conta com uma pequena circulação entre esse cômodo e o banheiro. Os demais espaços de serviço foram dispostos de forma harmônica.

A zona íntima ocupa todo o pavimento superior, onde se localizam três dormitórios, sendo um uma suíte, e um banheiro. O pavimento ainda dispõe de uma sala íntima. O acesso a esses espaços se dá através de uma circulação em formato de L.

Este grupo é semelhante ao apresentado anteriormente quanto à utilização de eixos na organização funcional; no entanto, neste caso os projetos compartilham de uma mesma organização em dois eixos paralelos: setores social e de serviço, já que a zona íntima foi posicionada no último pavimento.

Embora no grupo anterior havia, em geral, uma relação espacial mais franca entre a parte frontal e posterior do terreno através da zona social, há, em termos tipológicos, uma semelhança clara no tratamento espacial geral entre os dois grupos.

Grande parte deles aproveita o desnível do lote para se organizar, criando pavimentos e diferentes níveis em um mesmo andar; outro ponto comum é a distribuição de ambientes relacionada à setorização: os níveis mais baixos são destinados aos setores sociais e de serviço, enquanto no último pavimento fica localizada a zona íntima, com banheiros e dormitórios. Pés-direitos duplos conectando horizontalmente os espaços também é uma estratégia projetual recorrente.

Outra característica habitual é a utilização de grandes vãos de aberturas direcionados a pátios, terraços e varandas, possibilitando uma maior aproximação entre o interior e exterior.

Contudo, cabe mencionar que os projetos diferem em suas volumetrias: mesmo todos apresentando coberturas com telhado aparente, possuem particularidades em relação ao tratamento dos planos.

A utilização do telhado foi, aos poucos, sendo retomada no Brasil. Conforme salientam Costa e Gonsales (2017), primeiro, o país passou a utilizar telhado com platibanda ao invés da laje, isso em razão da falta de técnica de impermeabilização. Posteriormente, por volta da década de 1950, com o avanço da industrialização na produção de elementos de cobertura, a utilização do telhado foi possibilitada através de uma inclinação muito baixa, em alguns casos.

Enquanto o projeto elaborado para José Rocha é formado por diferentes volumes assimétricos e planos bem definidos na cobertura, com uma cinta de concreto aparente que os margeia, o projeto proposto para Hilariu Hirro Cassol apresenta uma fachada mais contida em relação à composição de volumes. Contudo, ainda conta com elementos volumétricos bem definidos, como a floreira no térreo, o guarda-corpo do terraço e a faixa abaixo das janelas do último pavimento, todos elementos em concreto aparente, que, mesmo se tratando de uma fachada verticalizada, apresenta um certo zelo pela horizontalidade através dessas características.

As residências recém-referidas possuem uma linguagem moderna mais ampliada; por outro lado, os projetos desenvolvidos para Luiz e Leni Gomes, Roberto de Carvalho e Silva, e Enio e Maria Berwanger, apresentam um elemento diferenciado, que é a cobertura.

Esse recurso dialoga com a forma tradicional de cobertura, isto é, foram utilizados planos com inclinações acentuadas, cujo tratamento moderno pode ser visto tanto no projeto de Rocha, quanto no dos Berwanger, através da decomposição dos planos.

Nos outros projetos as formas são mais contidas, o que se deve ao fato da posição das edificações: enquanto a casa da Rocha e dos Berwanger estão implantadas mais ao centro dos terrenos, há uma composição mais livre e telhados. Já as demais ocupam toda a largura dos lotes, o que pode ter limitado a composição (Figura 19).

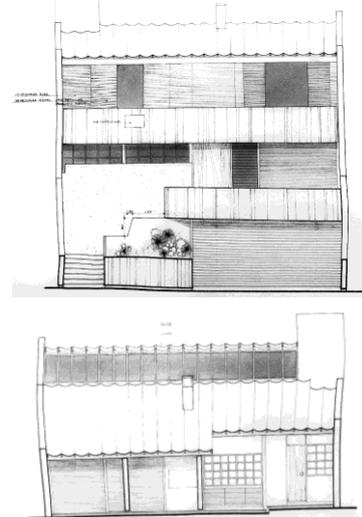
**FIGURA 19** fachadas residências Rocha, Cassol, Gomes, Silva e Berwanger

**RES. JOSÉ N. DA ROCHA**



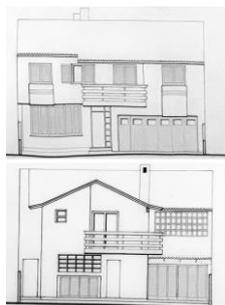
fachadas leste e sudoeste

**RES. HILARIU HIRRO CASSOL**



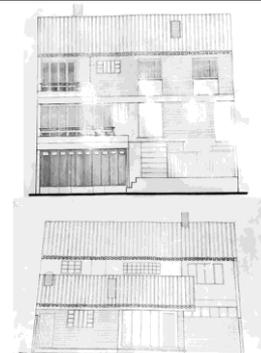
fachadas leste e oeste

**RES. LUIZ E LENI GOMES**



fachadas nordeste e sudoeste

**RES. ROBERTO DE CARVALHO E SILVA**



fachadas norte e sul

**RES. ENIO E MARIA BERWANGER**

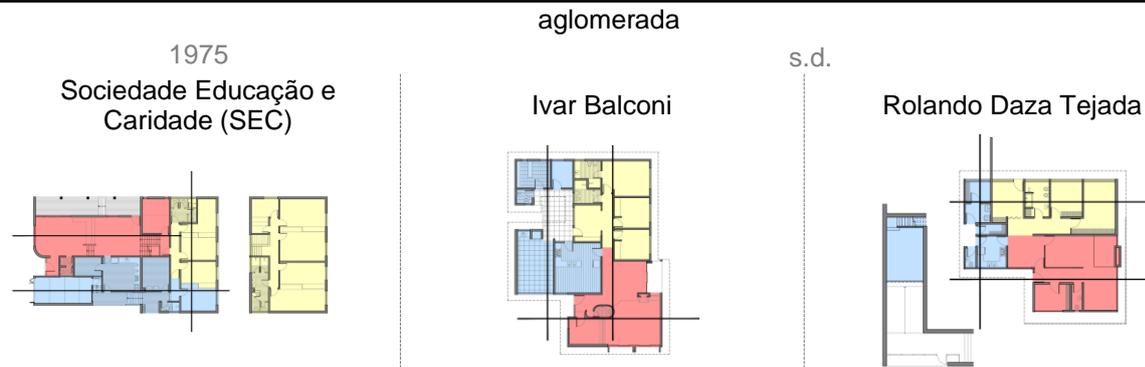
---



fachadas noroeste e sudeste

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).

## TÉRREA E DOIS PAVIMENTOS



O zoneamento desses projetos ocorre mediante uma organização que se classificou aqui como aglomerada, disposta através de uma mescla de eixos paralelos e perpendiculares. Se nos grupos anteriores foi possível observar um tipo funcional, com os setores de forma paralela se estendendo da frente aos fundos, aqui, aparentemente, questões muito circunstanciais em relação ao lote levam a formação de um grupo mais heterogêneo.

De qualquer modo, apresentam uma relação direta entre interior-exterior através de grandes aberturas, como nos casos anteriores.

## TÉRREA E DOIS PAVIMENTOS



### **1975**

**obra** \_ residência Sociedade Educação e Caridade<sup>22</sup>

**situação do projeto** \_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva, Demetrio Ribeiro, Ignez d'Avila e Luiz Antonio L. Stahl

**localização** \_ Santo Augusto (RS)

**FIGURA 20** planta residência Sociedade Educação e Caridade



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

Este projeto foi elaborado para ser implantado em um lote em desnível, retangular de grandes dimensões, permitindo recuo em todas as suas faces.

A casa possui dois acessos, sendo o principal através da zona social e outro de serviço, pela garagem, ambos pela mesma fachada.

<sup>22</sup> Esta residência de 1975 foi projetada por solicitação da COTRIJUÍ para as freiras da Sociedade Educação e Caridade (SEC), uma Entidade Civil da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria (Rede ICM), que faziam parte do Hospital Santa Teresinha, também da COTRIJUÍ. Esse hospital teve um projeto de ampliação, em 1980, assinado por Ilgenfritz, Ignez d'Avila e Demetrio Ribeiro, a ser analisado posteriormente.

O setor social apresenta um vestíbulo que direciona o indivíduo a um amplo espaço de sala de estar e jantar, com seus usos delimitados através de um banco e de um desnível no piso. A circulação dessa zona se dá através de uma escada que leva a dois outros níveis: um abaixo, onde se localiza uma capela e dormitórios, e outro acima, voltado somente à zona íntima.

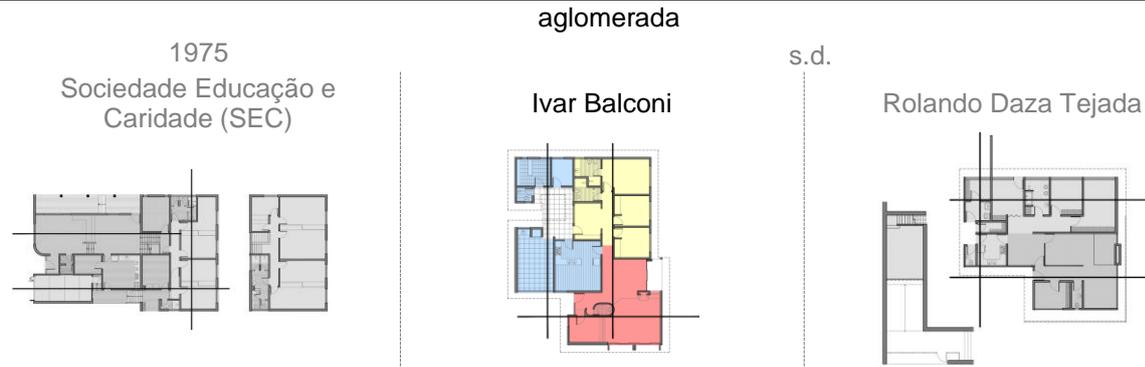
A zona de serviço tem acesso pela garagem, que possui uma porta para uma circulação externa que percorre todo o extremo da casa. Essa circulação é coberta e permite a fácil conexão de todos os ambientes do setor: aqueles de maior utilização, como cozinha e lavanderia, se localizam na porção central, enquanto a garagem fica voltada para a frente do terreno e o dormitório de empregadas ao fundo do terreno, ao lado da zona íntima daquele nível.

A zona íntima dessa casa foi dividida em dois andares: o nível mais baixo abrange três dormitórios e um banheiro, e o mais alto dispõe de cinco dormitórios e um banheiro.

O acesso ao setor se dá através de uma circulação linear que se interliga à zona social e de serviço. Todo o setor fica voltado para os fundos do terreno, garantindo maior privacidade e aproveitando uma posição solar favorável.

A dimensão das circulações horizontais propostas, projetadas de forma transversal à casa, assim como a posição dos ambientes possibilitam o acesso independente entre setores.

## TÉRREA E DOIS PAVIMENTOS



**s.d.**

**obra** \_ residência Ivar Balconi

**situação da obra**\_ não identificada

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva, Ignez d'Avila e Newton Baggio

**localização** \_ não identificada

**FIGURA 21** planta residência Ivar Balconi



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2024).

Este projeto foi implantado sobre um terreno retangular<sup>23</sup> e dispõe de dois acessos: um social, perpendicular ao terreno, e outro de serviço, paralelo à testada do terreno, ao lado externo da garagem.

A zona social possui cinco espaços: um gabinete, um lavabo, uma sala de estar e uma sala de jantar.

<sup>23</sup> Os materiais encontrados pelo autor não dispunham da representação do lote, levando à compreensão de que se trata de um terreno alongado, retangular.

O lavabo possui características semelhantes a outros elaborados pelos arquitetos: forma irregular com uma pequena circulação antes de adentrar o espaço em si.

O setor, com exceção do lavabo, com paredes bem definidas, abrange uma área ampla, dividindo ambientes através de um desnível: enquanto o jantar fica na mesma altura do acesso social, o estar fica elevado. Já o gabinete foi dividido do estar por um móvel.

A ligação dessa zona com a área externa acontece de forma direta, haja vista que dispõe de grandes aberturas voltadas tanto à parte frontal, quanto lateral direita do terreno; dispõe ainda de conexões com o setor de serviço e com o setor íntimo através de uma circulação linear.

O setor de serviço possui garagem e cozinha, localizados na parte voltada mais à frente do terreno, e lavanderia e dormitório de empregada, localizados nos fundos do terreno. Essa disposição fez com que se criasse um pátio de serviço que funciona como núcleo desse setor, rompendo com as características dos projetos vistos até então, onde a zona se localizava em somente um ponto.

A área íntima da residência conta com três dormitórios, sendo um uma suíte, e um estar íntimo/dormitório de hóspedes. A zona foi disposta na parte dos fundos do terreno.

## TÉRREA E DOIS PAVIMENTOS



**\_s.d.**

**obra** \_ residência Rolando Daza Tejada

**situação da obra** \_ demolida entre 2022 e 2024

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva e Ignez d'Avila

**localização** \_ São Leopoldo (RS)

**FIGURA 22** plantas residência Rolando Daza Tejada



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2022).

A organização do projeto da residência de Rolando Daza Tejada é constituída por espaços que, de forma geral, se assemelham em relação à dimensão. Este projeto foi realizado com uma implantação no centro de um terreno de esquina, com grandes recuos limítrofes de lotes vizinhos e da área pública.

A casa possui um acesso principal, perpendicular à testada do lote, e um secundário pela garagem, que permite entrar nesse ambiente e aceder a uma escada que dá acesso aos demais ambientes de serviço, como cozinha e lavanderia.

É importante destacar que os pavimentos não ficam sobrepostos, portanto, o acesso ao interior da casa se dá de forma descoberta, sendo necessário um deslocamento considerável, tanto horizontal, quanto vertical.

O setor social da residência está localizado em uma extremidade diagonal, voltado para a esquina do terreno, permitindo uma visualização ampla do entorno imediato – tendo em vista que a casa se localiza em uma área elevada em relação às vias que a margeiam.

A circulação principal divide os espaços sociais naqueles de uso comum, como área de lareira e estar, daqueles pontuais, como o escritório. A divisão entre a sala de jantar e de refeições se dá por uma divisória leve e baixa, configurando um espaço com ambientes diferentes.

O setor de serviço possui uma distribuição adequada de espaços. Ele se interliga à área social através da abertura entre a cozinha e a sala de refeições. Na parte dos fundos, uma parede sobressai o corpo da casa, e, mesmo que não vá até o limite do terreno, tem função de dividir esse setor do íntimo.

O setor íntimo conta com dois dormitórios, um banheiro e um estar íntimo. O acesso à sala íntima se conecta com o social através da sala de refeições, enquanto os outros ambientes dessa zona são acessados por uma circulação própria bem definida.

Os projetos apresentados compartilham de uma mesma organização funcional e apresentam questões relacionadas a essa configuração: enquanto o projeto elaborado para Ivar Balconi conta com um setor de serviço dividido por um pátio central, o de Rolando Daza Tejada também conta com uma organização semelhante, sendo necessário realizar um percurso externo para conectar a garagem à área interna da casa, por exemplo. Já o projeto para SEC apresenta maior coerência no sentido de unir todos os ambientes desse setor através de uma circulação linear externa e coberta, o que facilita o deslocamento entre os cômodos da zona de serviço.

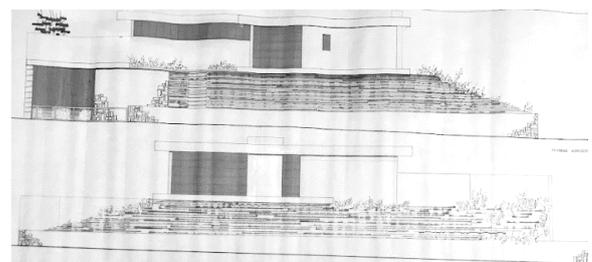
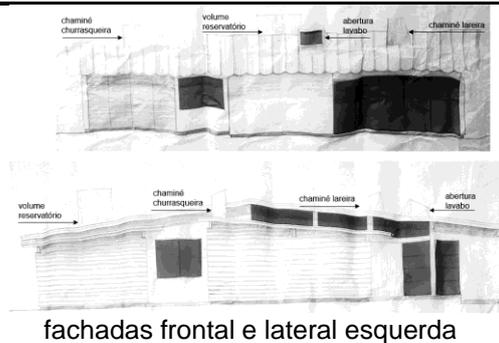
Essas residências tratam de propostas modernas em relação às suas composições volumétricas assimétricas, mas diferem entre si em relação à plasticidade.

A residência Rolando Daza Tejada conta com elementos evidentes da arquitetura moderna: janela em fita e pano de vidro nas fachadas noroeste e sudoeste, utilização de pedra estrutural aparente, linearidade em suas fachadas com coroamento de uma cobertura com platibanda.

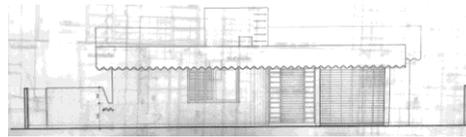
Já o projeto para Ivar Balconi possui uma proposta com cobertura aparente de pouca inclinação. Como o lavabo não fica nas margens da casa, os arquitetos elaboraram uma abertura inclinada alta, que sobressai o volume principal da casa, permitindo ventilação e iluminação natural. Os volumes do reservatório e das chaminés da churrasqueira e lareira também, evidentemente, sobressaem o volume principal da casa, e são compostos de ângulos e estrutura de concreto armado aparente.

Por outro lado, o projeto SEC é mais simplificado: em sua fachada principal (noroeste), aparenta ser uma residência térrea, cuja cobertura possui uma pequena inclinação e sobre ela surge uma torre destinada ao reservatório superior (Figura 23).

**FIGURA 23** fachadas residências Balconi, Tejada e SEC  
**RES. IVAR BALCONI** **RES. ROLANDO DAZA TEJADA**



**RES. SOCIEDADE EDUCAÇÃO E CARIDADE (SEC)**



fachada noroeste

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).

De forma geral, as tipologias de organização funcional seguem um padrão axial, no qual o setor social e de serviço estão ligados através de uma circulação comum, ou de um amplo espaço, como a área de estar/jantar. O setor íntimo, geralmente, encontra-se conectado ao setor social através de uma circulação que distribui acesso a banheiros e dormitórios.

A classificação da organização espacial permitiu identificar pontos em comum com os projetos, como a priorização do setor social voltado à porção frontal dos projetos, seguido pela zona social e íntima, esta última, nas residências de dois ou mais pavimentos, fica sempre no pavimento mais alto (com exceção da residência para a SEC, que distribui o setor íntimo em dois pavimentos).

As residências térreas cujos setores de serviço e íntimo possuem uma face voltada à área pública geralmente contam com um muro, uma varanda, ou um jardim impedindo o contato direto com a rua.

Alguns projetos ainda se relacionam entre si na questão da disposição dos setores e da disposição dos pavimentos através dos desníveis apresentados nos terrenos, nos quais os arquitetos aproveitaram a topografia para criar diferentes espaços e ambientes.

Cabe salientar que é recorrente nas residências térreas o contato entre a frente e os fundos dos terrenos: nos projetos que isso não ocorre, existem grandes aberturas permitindo uma relação direta entre interior e exterior.

### 2.2.2 Os vários programas: expressão na arquitetura

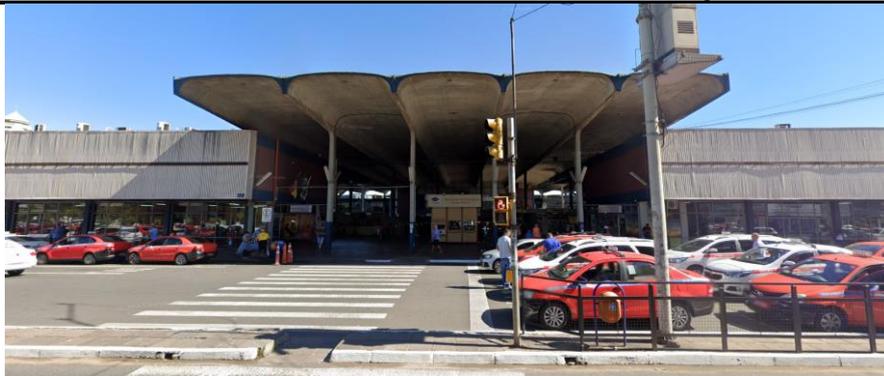
A arquitetura moderna, a partir da segunda metade do século XX, passou a ter maior expressividade em relação à espacialidade e forma das construções. Segundo Montaner (1999), as edificações, mais contidas formalmente nas primeiras décadas do século, passaram a contar com uma diversidade volumétrica em décadas posteriores.

A busca por uma variação volumétrica ocorreu, principalmente, conforme salienta Montaner (1999), na criação de coberturas, elemento que passa a dispor de grande destaque na exploração, principalmente, da plasticidade do concreto armado.

No Brasil, essa tendência a uma arquitetura fortemente expressiva se manifestou principalmente na chamada Escola Paulista, essencialmente desde a exploração das formas e texturas da estrutura de concreto armado.

O Rio Grande do Sul, nessa época, contou com exemplares nos quais foi explorada a plasticidade das estruturas, como o Terminal Rodoviário de Porto Alegre, inaugurado em 1970, com projeto e execução do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER-RS), composto de abóbadas de cobertura achatadas de concreto armado (Figura 24).

**FIGURA 24** Terminal Rodoviário de Porto Alegre



Fonte: Google Street View (2023).

Outro projeto relevante plasticamente é o planetário da UFRGS, inaugurado em 1972, dos arquitetos Fernando Gonzales e Walter Bered, que conta com cascas e vigas de concreto dispostas de forma radial em sua cobertura (Figura 25).

**FIGURA 25** Planetário da UFRGS

Fonte: Google Street View (2023).

Em relação à exploração de materiais para criação de volumetrias diversas nas coberturas, é importante destacar a trajetória do engenheiro uruguaio Eladio Dieste, cuja técnica de cerâmica armada, que explorava as possibilidades plásticas do tijolo cerâmico criando formas complexas tanto nos edifícios em si quanto nas coberturas, foi utilizada no Rio Grande do Sul.

Essa técnica construtiva utiliza um material tradicional de uma forma inovadora<sup>24</sup>. Miret (2010, p. 252, tradução do autor), destaca que “mesmo em obras cuja estética esteja consagrada, observa-se a existência de técnicas antecessoras correspondentes a outro material”. É evidente que a utilização das abóbadas acontece há muito tempo, no entanto o sistema construtivo e materiais alternativos permitem novas investigações.

Dieste desenvolveu a técnica da cerâmica armada, estrutura elaborada a partir da união do tijolo cerâmico e armaduras de aço, possibilitando a criação de grandes vãos através de diferentes formas de cobertura, como abóbadas autoportantes.

Segundo Fitz (2015, p. 90) afirma, Dieste, ao projetar as estruturas de cobertura, tinha um cuidado em relação à plasticidade das obras, o que se enquadra como uma manifestação poética do engenheiro, fazendo esses elementos cumprirem uma função além daquela para a qual foram projetados.

A utilização do tijolo na elaboração de formas complexas por esse profissional foi atribuída, dentre outras razões, à redução de custos, o que Anelli (2008) relaciona à busca pela compatibilidade em relação às restrições econômicas latino-americanas.

A proximidade física do país vizinho, ou a comunhão cultural em relação ao uso do tijolo, fizeram com que essa técnica despertasse a atenção de arquitetos em solo gaúcho. Assim, surgiu o projeto da Sede da Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul

---

<sup>24</sup> Essa técnica, de reconhecimento internacional, foi utilizada na Igreja Cristo Obrero, em Atlântida no Uruguai. Esse edifício foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial, em 2021.

(CEASA/RS) em Porto Alegre, de 1970, dos arquitetos Carlos Maximiliano Fayet, Cláudio Luiz Araújo, Carlos Eduardo Comas e José Américo Gaudenzi em parceria com a Estruturas de Cerâmica Projetos e Construções Ltda. (EDEC) – empresa brasileira que tinha Dieste como um dos coordenadores. Essa obra foi um dos primeiros projetos da EDEC (Lay, 2005), sendo que a mão de obra vinha do Uruguai, em virtude da técnica ser novidade no país.

A EDEC foi criada no Rio Grande do Sul e era formada pelos engenheiros uruguaios Eladio Dieste, Eugenio Montañez, Raúl Romero, o também engenheiro brasileiro Mario Augusto Souza dos Santos e o arquiteto uruguaio Alfredo Carlos Alvarez Lay (Lay, 2005), responsáveis pelos projetos e acompanhamento de estruturas em cerâmica armada desenvolvidas na região.

É importante lembrar que esses tipos de estrutura eram recentes no Brasil e por suas características de estruturas de tijolo armado autoportantes de grandes vãos e muito esbeltas, daí a necessidade de assistência técnica na obra. As estruturas são protendidas com métodos construtivos especiais com formas deslizantes, o que dá uma grande agilidade e rapidez de execução. Por estes e outros fatores era necessária uma controlada execução pelos profissionais referidos (Santos, 2022, p.1).

Ainda na década de 1970, a empresa colaborou em projetos de Ilgenfritz e seus sócios: na cobertura dos quiosques da Praça da República de Ijuí, nos edifícios dos setores de consumo, administrativo e nas guaritas da sede da COTRIJUÍ, em Ijuí, e em um pavilhão/depósito da COTRIJUÍ na cidade de Rio Grande. Cabe mencionar que nesse último projeto de colaboração, a EDEC havia sido extinta, sendo a responsável pelo projeto de cobertura a empresa Dieste e Montañez Engenharia Ltda., cujos profissionais também faziam parte da firma anterior.

O contato entre os profissionais brasileiros e uruguaios aconteceu, sobretudo, através dos arquitetos responsáveis pela construção da CEASA/RS – atuantes e relevantes no cenário arquitetônico gaúcho (Santos, 2022).

Nesta seção, onde serão abordados projetos de diversos programas, a ênfase vai se dar nas questões plásticas volumétricas e estruturais e na expressividade dos materiais (Quadro 6).

**QUADRO 6** os vários programas

			<b>denominação</b>	<b>localização</b>	<b>autoria</b>
1967	1	■	Cabanas – Refrigerantes Vontobel	Ijuí (RS)	C., I.
1968	2	■	Fonte/bebedouro – Refrigerantes Vontobel	Ijuí (RS)	
	3	■	Clube de Campo Fonte Ijuí	Ijuí (RS)	C., I., F.
	4	■	Praça da República	Ijuí (RS)	C., I.
1972	5	■	COTRIJUÍ (diversos projetos - década de 1970 e 1980 – ver quadro a seguir)	Rio Grande do Sul	C., I. e colaboradores
	6	■	Plano diretor área industrial	Alvorada (RS)	Arquiplan
1978	7	■	Lojas Wilson	Porto Alegre	C., I., D.
1981	8	■	Hospital Campo Novo	Campo Novo (RS)	C., I., D.
1986	9	■	CIGRAMAR	Soledade (RS)	C., I., D.

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), organização do autor (2024).

C. – Clovis Ilgenfritz da Silva

D. – Demetrio Ribeiro

F. – Fernando Mota

I. – Ignez d'Ávila

Dentro da gama de projetos de vários programas, os arquitetos desenvolveram uma série de edificações para a COTRIJUÍ (Quadro 7).

QUADRO 7 projetos para a COTRIJUI<sup>25</sup>

		denominação	localização	autoria
1972	■	setor administrativo		C., I.
1973	■	setor de consumo		C., I.
1976	■	guaritas		
1976	■	vestiários		
1976	■	banheiro/abrigo choferes	Ijuí (RS)	C., D., I.
	■	ampliação setor administrativo		
1977	■	oficina		C., B., D., I.
	■	almoxarifado		C., D., I.
	■	alojamento centro de treinamento		C., CM., I.
	■	oficina		C., I.
1973	■	restaurante		C., CM., I.
	■	vestiários		C., I.,
1975	■	pórtico/guarita e área cívica	Rio Grande (RS)	C., D., I.
	■	terminal de abastecimento		Arquiplan
1978	■	refinaria de óleo de soja		C., I.
	■	dormitório		Arquiplan
s.d.	■	pórtico		C., I.
	■	restaurante motel		Arquiplan
1977	■	restaurante	Jóia (RS)	C., D., I.
1977	■	escritório e seção de consumo	Ajuricaba (RS)	C., I.
1977	■	seção de bens de consumo		C., I.
1978	■	depósito setor de consumo	Dom Pedrito (RS)	C., I.
1980	■	Hospital Santa Teresinha	Santo Augusto (RS)	C., D., I.
1985	■	sede administrativa	Porto Alegre	C., D., I.
1988	■	conjunto habitacional LAMI		
s.d.	■	escritório e seção de consumo	Santo Augusto (RS)	C., D., I.
s.d.	■	escritório e seção de consumo	Augusto Pestana (RS)	C., I.

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), organização do autor (2024).

C. – Clovis Ilgenfritz da Silva  
 CM. – Carlos Max Moreira Maia  
 B. – Beatriz da Silva Polydoro  
 D. – Demetrio Ribeiro  
 I. – Ignez d'Avila

Os projetos foram divididos em dois grupos: o grupo de projetos onde são exploradas geometrias mais simples com composição em planos, e o grupo de projetos onde há uma aplicação de formas de geometria mais complexa. No primeiro grupo o jogo compositivo entre a estrutura de concreto aparente, com planos de vedação de diversas texturas é o protagonista. No segundo, além do uso do concreto armado, aparecem as estruturas em tijolo cerâmico advindas do Uruguai (Quadro 8).

<sup>25</sup> Os projetos destacados com os pontos em vermelho serão analisados. O critério de escolha partiu da diversidade plástica das obras e a disponibilidade de materiais em acervo.

**QUADRO 8** expressividade volumétrica

	<b>GEOMETRIA SIMPLES</b> concreto aparente	<b>GEOMETRIA COMPLEXA</b> concreto aparente   tijolo cerâmico
1968		Praça da República
1972		setor administrativo
1973		setor de consumo
1976		guaritas
1973		restaurante
1975		área cívica
s.d.		pórtico
1980	COTRIJUÍ – Hospital Santa Teresinha	
1981	Hospital Campo Novo	
1985	IRFA COTRIJUÍ – sede administrativa	

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), organização do autor (2024).

Os projetos elencados acima compartilham de uma mesma materialidade: o concreto armado e o tijolo cerâmico, sendo que, na maioria dos casos, ambos foram mantidos de forma aparente.

Observou-se que alguns projetos que compartilham um programa semelhante possuem uma mesma linguagem formal: enquanto os hospitais apresentam uma certa regularidade da forma, com geometria simples, os projetos da Praça da República e de uma área cívica do Terminal Graneleiro Luiz Fogliatto usam uma diversidade de formas, com uma mescla de geometria simples e complexa.

Este grupo foi identificado como geometria simples devido ao fato das edificações serem compostas por linhas simplificadas, criando arranjos interessantes em relação à volumetria, de uma forma simplificada em relação ao grupo seguinte.

### GEOMETRIA SIMPLES



#### **\_1980**

**obra** \_ COTRIJUÍ – Hospital Santa Teresinha

**situação do projeto**\_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva, Demetrio Ribeiro e Ignez d'Avila

**localização** \_ Santo Augusto (RS)

Os arquitetos, após um período de elaboração de diversos projetos para a COTRIJUÍ, ficaram encarregados de propor uma ampliação ao Hospital Santa Teresinha, de propriedade da cooperativa naquele momento.

Tratava-se de um edifício cuja forma se aproximava à de um S: duas grandes alas da ampliação se conectam através de uma circulação linear, permitindo acesso ao edifício existente, forma proposta que pode estar diretamente ligada às características do terreno, que já conta com um edifício. Portanto, entende-se que os profissionais buscaram atender ao programa através de uma disposição que ocupasse grande parte do terreno (Figura 26).

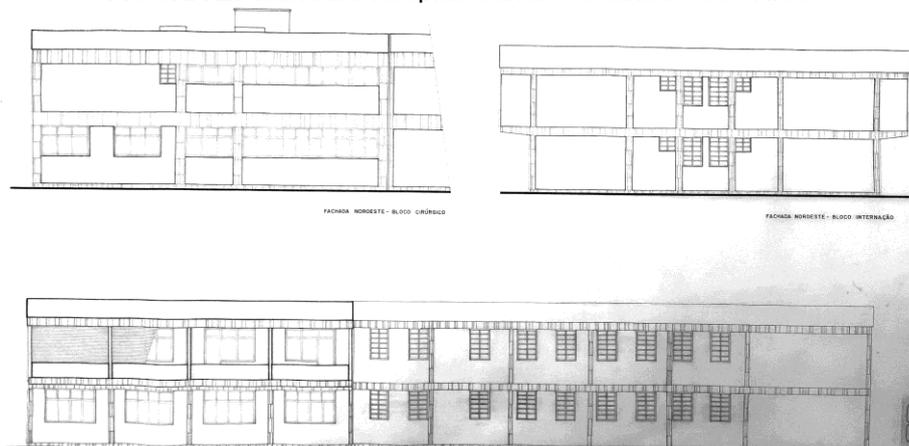
**FIGURA 26** implantação Hospital Santa Teresinha – COTRIJUÍ

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), adaptado do autor (2024).

O edifício é composto de dois grandes prismas retangulares, paralelos entre si, e um terceiro prisma, também retangular, mas estreito, disposto de forma perpendicular, e que serve como um elemento conector entre os dois maiores.

Esse prédio foi elaborado com estrutura em esqueleto e vedação em alvenaria de tijolos; esses dois elementos, nas fachadas externas, não são alinhados: a vedação sobressai em relação à estrutura de concreto armado, fazendo com que ela fique reentrante. Essa condição acaba criando diversos planos nas fachadas, facilitando a distinção entre o que é estrutura e o que é vedação.

O uso do concreto na estrutura e a permanência de sua característica aparente garantem à obra um caráter sóbrio, sobretudo na fachada sudoeste, com a colocação de brises nas aberturas da ala de internação. Por outro lado, dispõe de aberturas pontuais na fachada noroeste e grandes aberturas lineares na fachada nordeste (Figura 27).

**FIGURA 27** fachadas Hospital Santa Teresinha - COTRIJUÍ

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).

## GEOMETRIA SIMPLES



### **\_1981**

**obra** \_ Hospital Campo Novo

**situação do projeto**\_ parcialmente construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva, Demetrio Ribeiro e Ignez d'Avila

**localização** \_ Campo Novo (RS)

Este projeto de hospital para a cidade de Campo Novo está implantado em um grande terreno e, diferentemente do caso anterior, foi proposto com um único pavimento.

Os arquitetos elaboraram uma série de edifícios lineares, organizados de forma agrupada, conectados com circulações também lineares. Enquanto o edifício perpendicular ao acesso dá lugar à emergência e ao ambulatório, o paralelo contempla a área administrativa. Os prédios de serviço ficam no centro do complexo e nos fundos das alas dos leitos (Figura 28).

**FIGURA 28** implantação Hospital Campo Novo

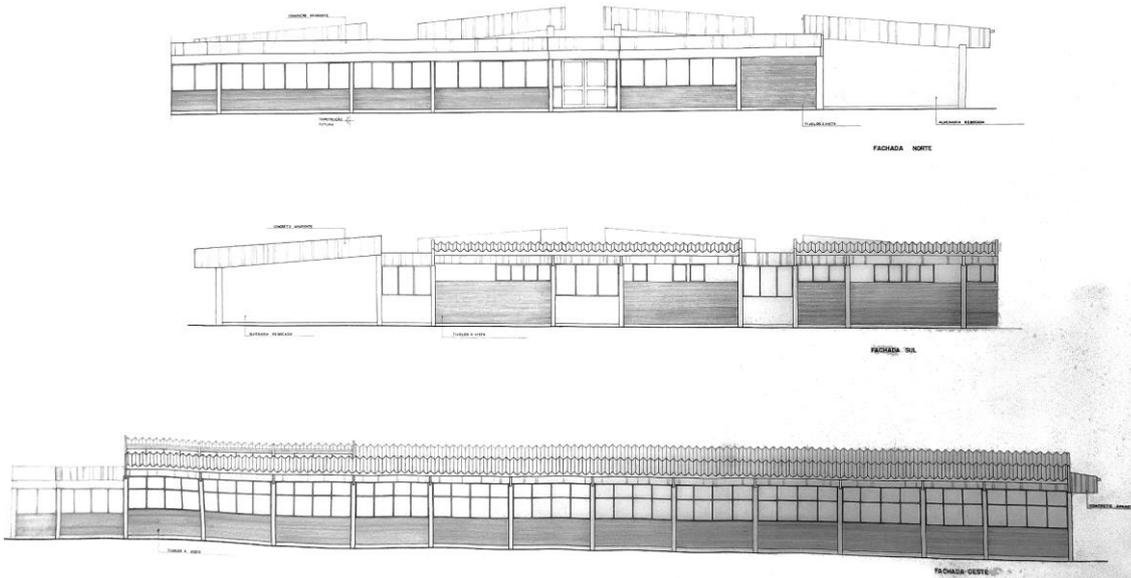


Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), adaptado do autor (2024).

Neste hospital, os arquitetos mantiveram a característica do anteriormente analisado: estrutura em concreto armado – com destaque para as vigas inclinadas que arrematam os telhados – e de vedação em tijolo cerâmico. Contudo, nessa proposta, por se tratar de um edifício mais alongado em relação ao anterior, foram criadas fachadas com vãos de abertura que percorrem quase a totalidade do prédio (Figura 29).

A leveza decorrente do ritmo de aberturas e dos peitoris em tijolo cerâmico aparente é contrastada pelo coroamento de grandes empenas inclinadas de concreto armado aparente.

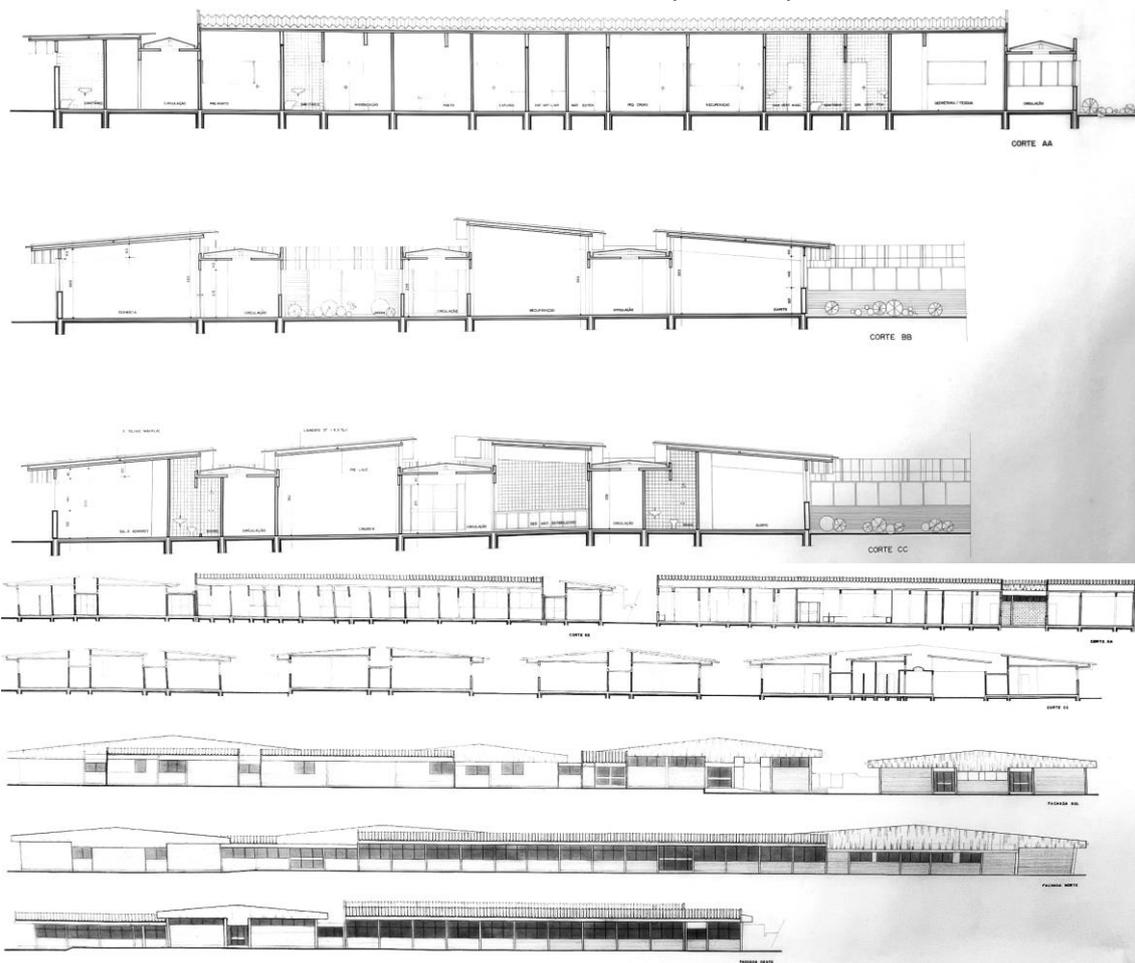
**FIGURA 29** fachadas Hospital Campo Novo



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).

As coberturas inclinadas com aberturas altas permitiram a iluminação e a ventilação natural na ala dos leitos. Os pátios desse setor são margeados por circulações internas, com contato direto com o exterior através de grandes aberturas (Figura 30).

**FIGURA 30** cortes e fachadas Hospital Campo Novo



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).





Essas obras, mesmo com suas particularidades, ilustram uma linguagem moderna da arquitetura face à exploração plástica do concreto armado, através da composição de edificação por meio de diferentes planos, tanto através do concreto, quanto do tijolo cerâmico, criando texturas e sombras através de diferentes elementos.

A geometria simples do projeto do Hospital Santa Teresinha é evidenciada por elementos bem definidos, como as vigas de concreto aparente, que circundam toda a edificação, atuando como um delimitador visual de pavimentos. Os pilares, com a mesma característica material, e, conjuntamente das vigas bem demarcadas, criam diversos planos nas fachadas, evidenciando a distinção entre o sistema estrutural e o sistema de vedação.

No Hospital de Campo Bom, a materialidade do projeto anterior se mantém, apresentando edificações que são conectadas e coroadas por coberturas cujas vigas periféricas são inclinadas, seguindo a inclinação da cobertura.

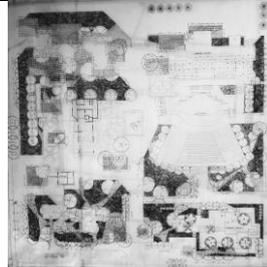
Mesmo que o sistema construtivo possa ter variado no projeto do IRFA em relação aos anteriores, ele se manteve semelhante em relação à materialidade: a estrutura de concreto permaneceu, mas pré-moldada, assim como o fechamento de alvenaria cerâmica.

O grupo de geometria complexa abrange edificações compostas por linhas simples, mas formas não tão convencionais, como as abóbadas e outros arranjos de geometria complexa criados a partir do concreto armado e tijolo cerâmico maciço.

### GEOMETRIA COMPLEXA

1968

Praça da República



#### **\_1968**

**obra** \_ Praça da República

**situação do projeto**\_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva e Ignez d'Avila

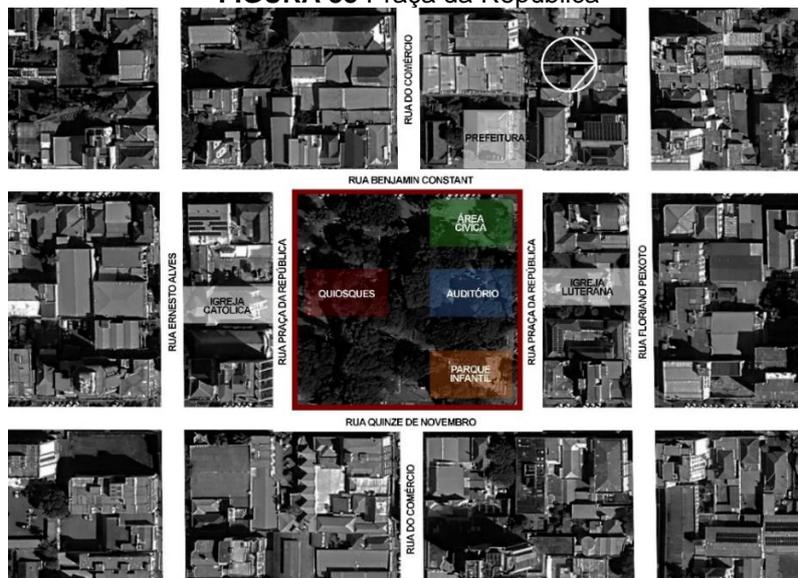
**engenharia**\_ EDEC (coberturas de cerâmica armada)

**localização** \_ Ijuí (RS)

A Praça da República de Ijuí fica na região central da cidade e faz uma interrupção da rua do Comércio, dividindo a via no sentido leste e oeste.

Segundo Cechetto (2017), a Praça da República passou por algumas reformas ao longo do século XX; no entanto, enquanto o traçado anterior era simétrico, a reforma de 1967, elaborada por Ilgenfritz e Ignez d'Avila, contava com uma proposta completamente assimétrica, seguindo um padrão moderno de urbanismo, setorizando áreas, apresentando desníveis, diferentes tipos de piso etc. A autora afirma ainda que essa reforma transcorreu de 1967 até 2000 (Figura 33).

**FIGURA 33** Praça da República



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor (2024).

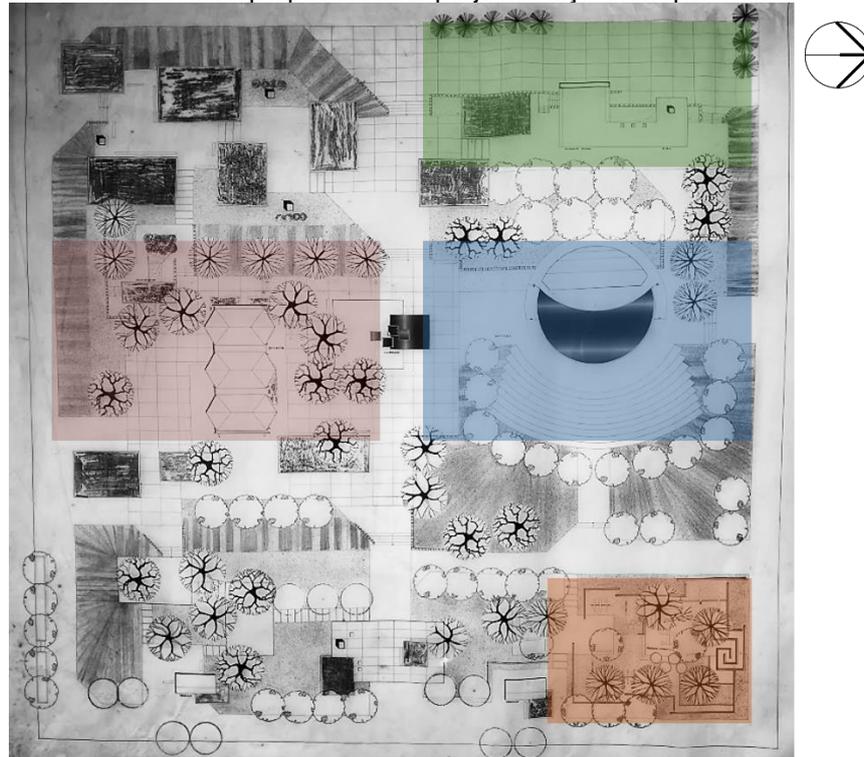
A proposta inicial dos arquitetos contava com quatro áreas principais: área cívica, auditório ao ar livre, praça infantil e quiosques. A área cívica foi alocada em uma esquina, de frente para a Prefeitura Municipal, com um palanque oficial em nível elevado em relação ao passeio público.

O auditório ao ar livre foi composto por uma arquibancada em semicírculo, com um palco também em semicírculo, localizado em frente de um espelho d'água.

A praça infantil apresentava em seus limites diversos muros em concreto aparente, em diferentes posições e alturas, criando diferentes acessos e, em uma das faces, um pequeno labirinto.

A última área é a do quiosque, que foi destinada a uma edificação para fins culturais e/ou venda de produtos alimentícios/restaurante.

O acesso ao centro da praça se dá por diferentes pontos, mas dois principais cortam esse espaço público através de um eixo leste-oeste (Figura 34).

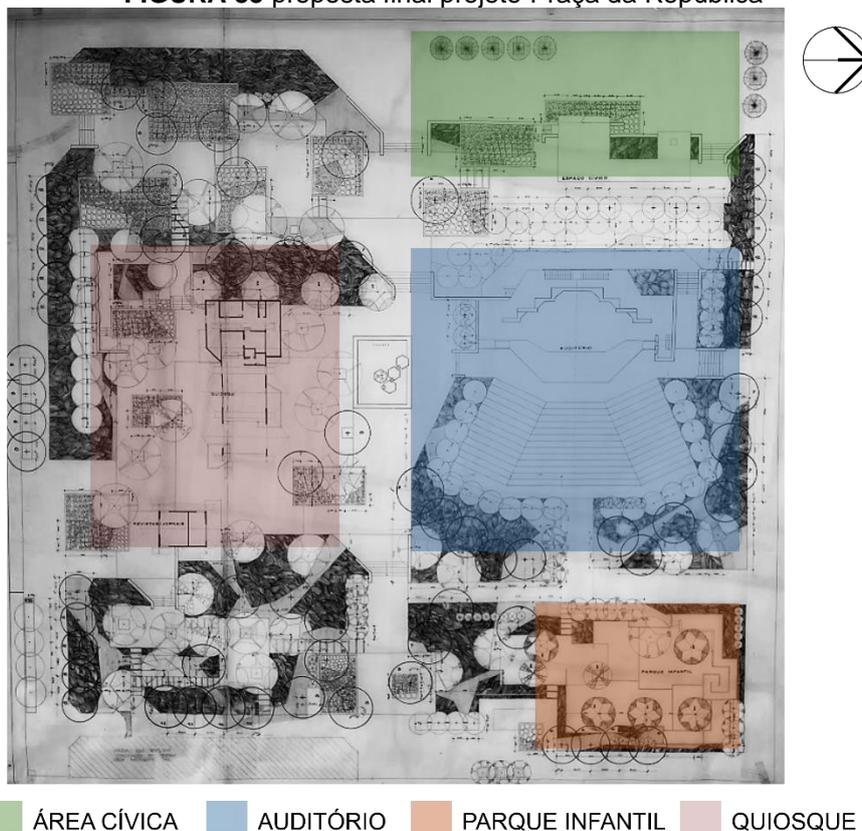
**FIGURA 34** proposta inicial projeto Praça da República

ÁREA CÍVICA  
 
 AUDITÓRIO  
 
 PARQUE INFANTIL  
 
 QUIOSQUE

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), adaptado do autor (2024).

A referida proposta sofreu modificações em relação à final; apesar de a setorização ter sido mantida idêntica ao projeto inicial, o anfiteatro foi alterado significativamente em relação à sua forma: enquanto antes se apresentava de forma arredondada, semicircular, foi modificado, sendo composto de diversos ângulos, sobretudo no palco, que, na nova proposta, contava com um grande elemento de concreto armado dividindo o auditório dos bastidores.

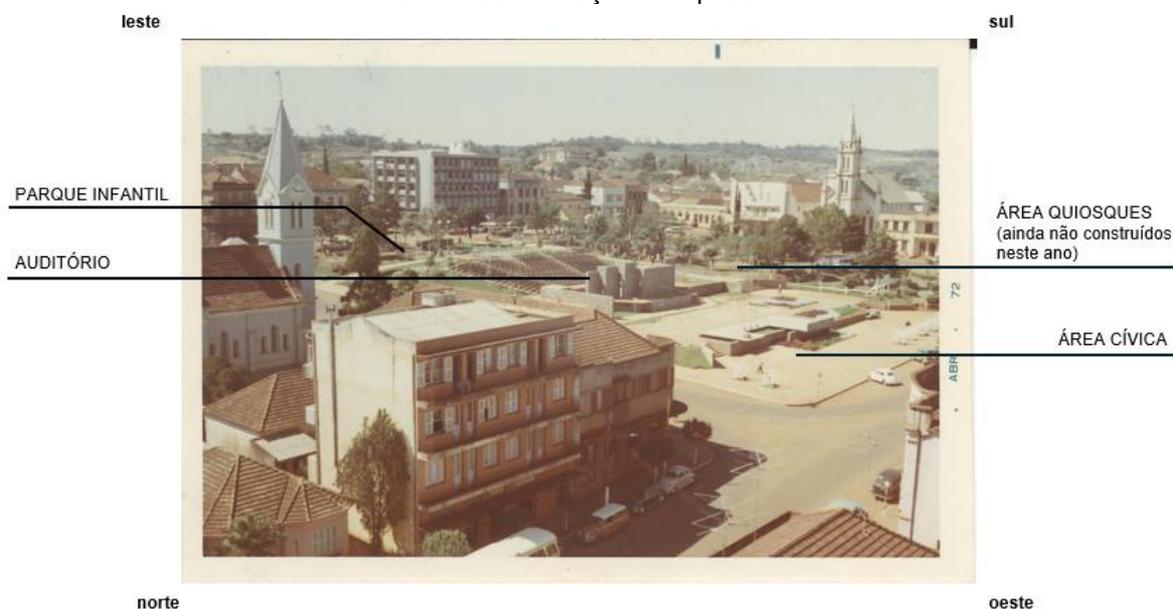
Outra área modificada mais significativamente foi a do quiosque, cuja edificação foi mantida em relação à dimensão e uso, acrescentando-se à área um novo prédio, em menor dimensão ao já proposto, destinado a uma banca de jornais e revistas (Figura 35).

**FIGURA 35** proposta final projeto Praça da República

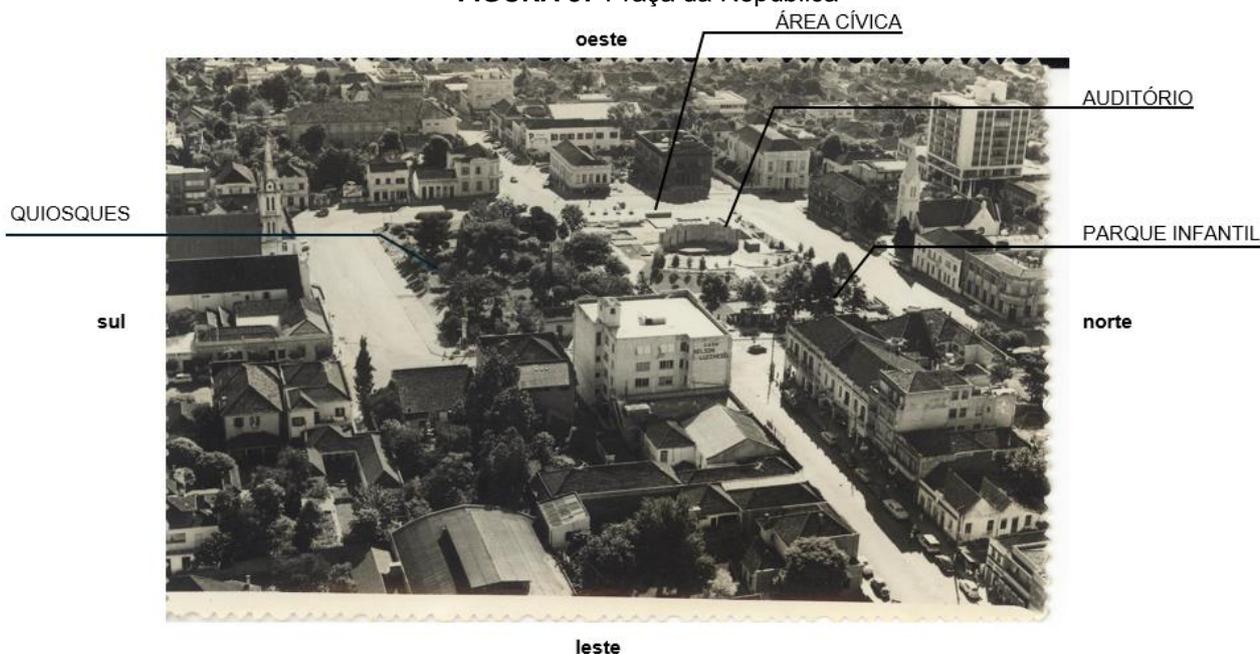
ÁREA CÍVICA
 
 AUDITÓRIO
 
 PARQUE INFANTIL
 
 QUIOSQUE

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), adaptado pelo autor (2024).

Em 1972 a ala norte já havia sido, de forma geral, finalizada (área cívica, anfiteatro e praça infantil). A ala sul, por outro lado, ainda seguia parcialmente como um canteiro de obras: os quiosques ainda não haviam sido construídos (Figura 36 e 37).

**FIGURA 36** Praça da República

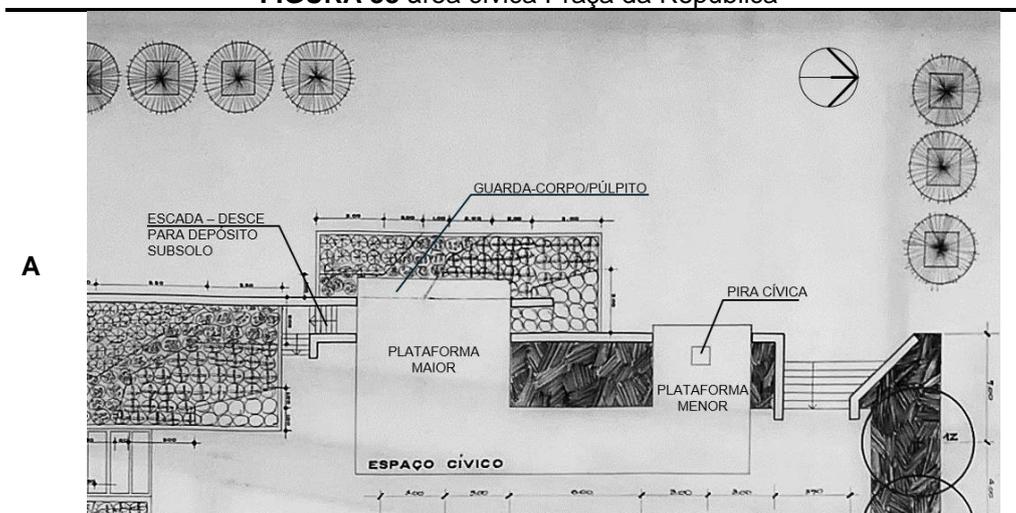
Fonte: acervo Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) – AI 0.2 0054 (1972), adaptado pelo autor (2024).

**FIGURA 37** Praça da República

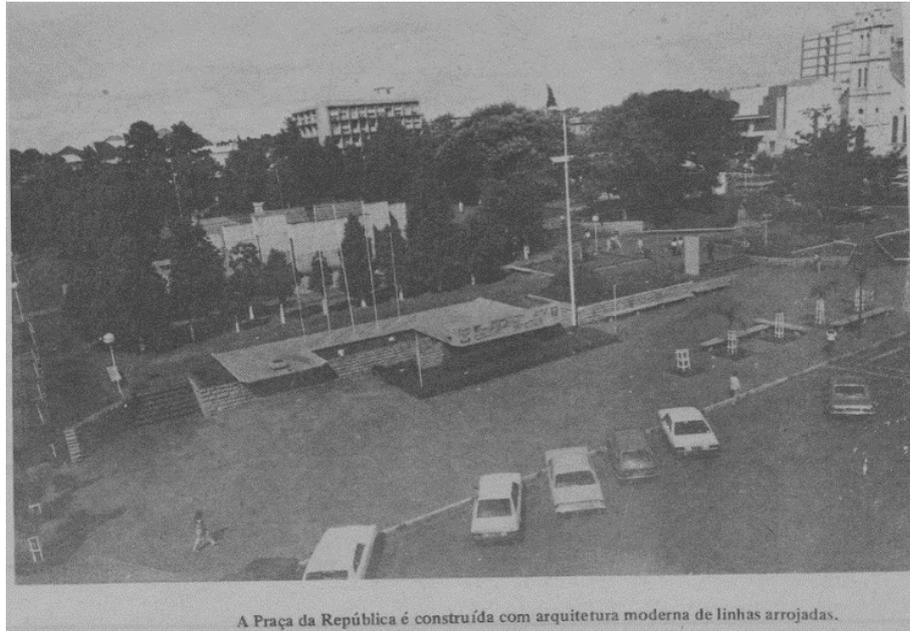
Fonte: acervo Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) – AI 0.2 0018 (s.d.), adaptado pelo autor (2024).

### \_setor 1: área cívica

A área cívica se configura como um espaço aberto, amplo, de dois níveis; no nível mais alto se encontram duas plataformas de concreto armado que são conectadas e estão parcialmente em balanço (Figura 38).

**FIGURA 38** área cívica Praça da República

B



Fonte: [A] Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), adaptado pelo autor (2024); [B] Correio Serrano (1979, p.47), acervo Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), recorte do autor (2024).

Enquanto a plataforma menor possui, próximo à sua extremidade em balanço, uma estrutura para a pira cívica, a maior possui um guarda-corpo de concreto com inscrições em baixo-relevo de instrumentos de trabalho do colono – esse guarda-corpo, por ter uma espécie de tampo, se configura como um púlpito. Na porção dos fundos das plataformas se encontra um espaço destinado aos mastros (Figuras 39 e 40)<sup>26</sup>.

**FIGURA 39** plataformas área cívica Praça da República

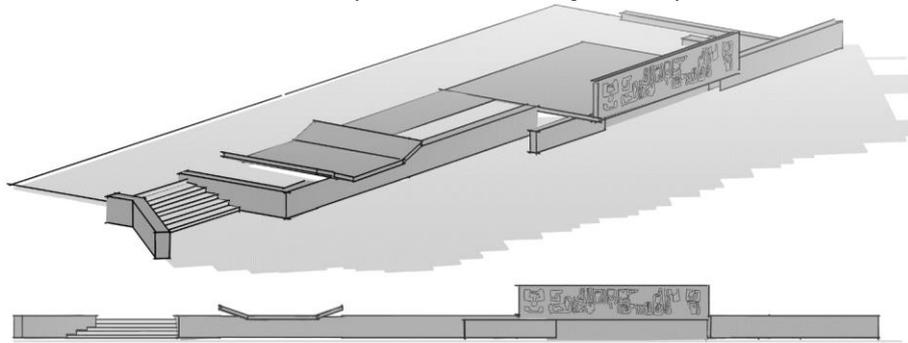


<sup>26</sup> Nos últimos anos, uma série de modificações foram feitas buscando trazer segurança aos usuários da praça. No entanto, fica evidente a inexistência de um estudo prévio em relação ao tratamento do conjunto arquitetônico e urbanístico, haja vista que foram instalados guarda-corpos de alumínio, cuja escolha de material e formato destoam completamente do conjunto, fazendo com que não se pertençam visual/esteticamente.



Fonte: autor (2022).

**FIGURA 40** croqui área cívica Praça da República



Fonte: autor (2024).

A plataforma menor, visualmente na parte frontal, transmite uma leveza através de sua espessura e de suas laterais que foram elaboradas em ângulo menor que  $90^\circ$ , o que, sutilmente, faz com que ela pare sobre o muro de pedras retangulares de basalto.

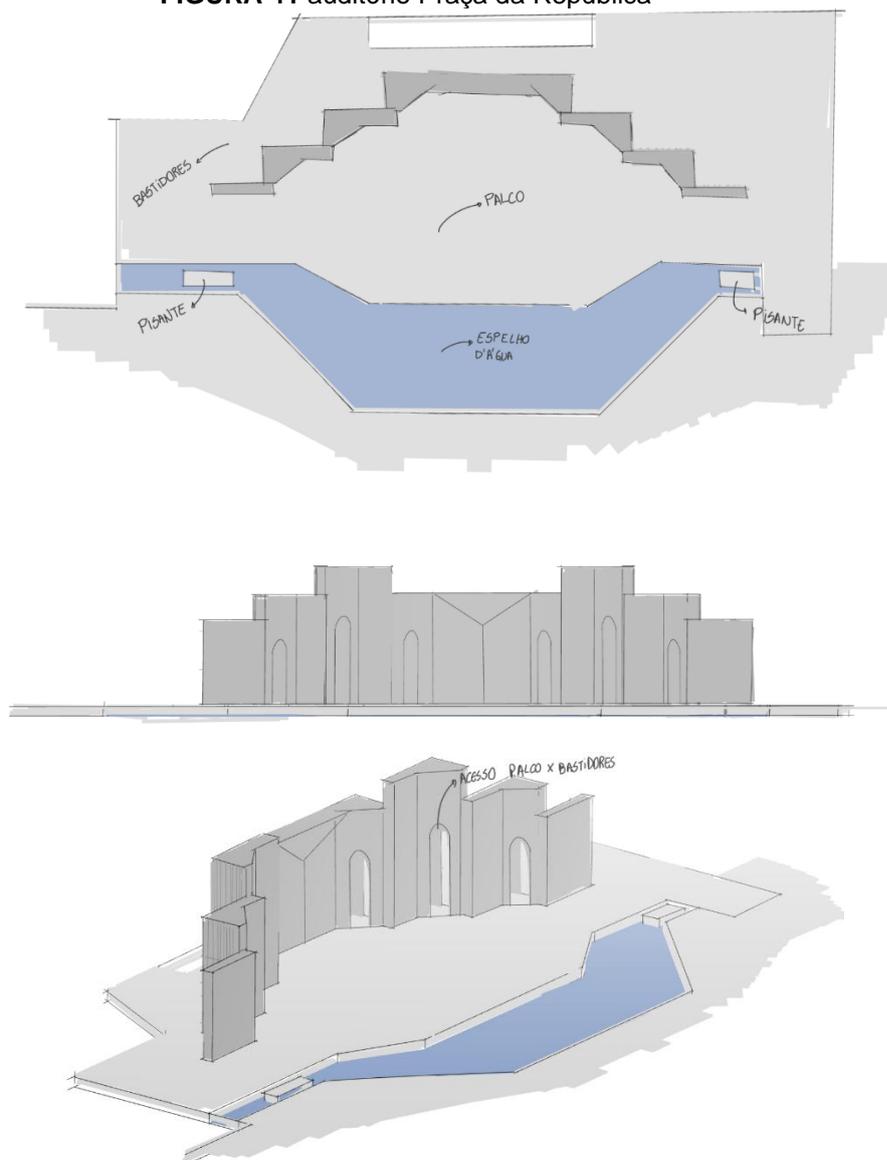
A plataforma maior, por sua vez, possui maior robustez na face frontal, por apresentar um guarda-corpo/púlpito com inscrições que se caracterizam como um elemento escultórico.

### **\_setor 2: auditório ao ar livre**

O auditório ao ar livre é composto de elementos essenciais ao seu uso, como uma arquibancada, que, neste caso, é em formato de cunha, e um palco com uma série de planos de concreto armado que divide o palco dos bastidores, cuja circulação entre essas duas áreas se dá por aberturas<sup>27</sup> pontuais. Além de uma circulação que separa a arquibancada do palco, foi proposto um espelho d'água<sup>28</sup> com dois pisantes laterais, permitindo o acesso circulação-palco (Figura 41).

<sup>27</sup> Essas aberturas foram fechadas nas últimas décadas.

<sup>28</sup> Não foi encontrada nenhuma informação referente à execução do espelho d'água.

**FIGURA 41** auditório Praça da República

Fonte: autor (2024).

Esses planos que dividem o palco dos bastidores foram construídos em concreto armado, além de contar com uma variação de altura. Eles apresentam, em sua área frontal, linhas retas que formam uma estrutura simétrica. As aberturas propostas foram posicionadas em faces de 45°<sup>29</sup>.

Essa área frontal possui concreto alisado como acabamento, enquanto a área posterior é formada por uma série de peças verticais irregulares, de diferentes profundidades e larguras, elaboradas diretamente sobre o concreto (Figura 42).

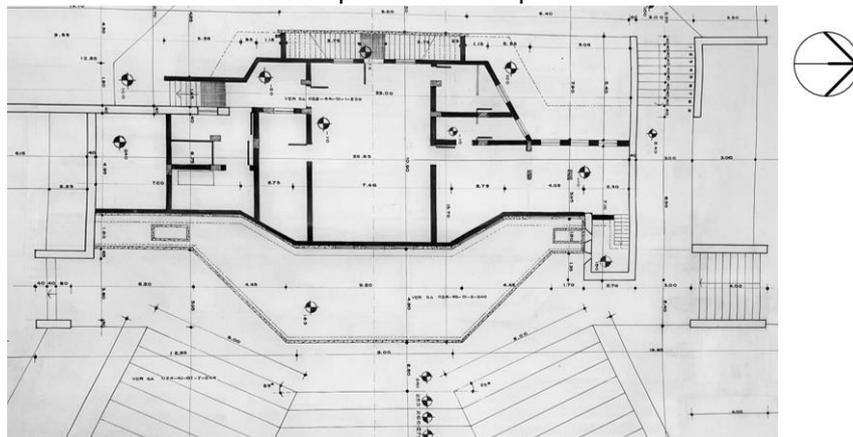
<sup>29</sup> As aberturas foram fechadas nas últimas décadas.

**FIGURA 42** fundos e laterais auditório Praça da República

Fonte: autor (2022).

A área posterior desses planos serve como plano de fundo da área cívica, atuando como delimitadora de um setor e, à sua maneira, trazendo um aspecto visual diferenciado em relação à textura empregada, de uma forma a evidenciar uma possibilidade da plasticidade do concreto.

Abaixo do palco encontra-se uma área de serviço, formada por vestiário e sanitários, com uma escada que conecta essa área do palco (Figura 43).

**FIGURA 43** planta subsolo palco

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), adaptado pelo autor (2024).

### \_setor 3: **parque infantil**

A proposta para o parque infantil era de uma área irregular com diferentes espaços: foram propostos vários muros que dividiam essa área em espaços amplos e outros mais contidos, como um labirinto em uma das extremidades<sup>30</sup> (Figura 44).

**FIGURA 44** parque infantil Praça da República



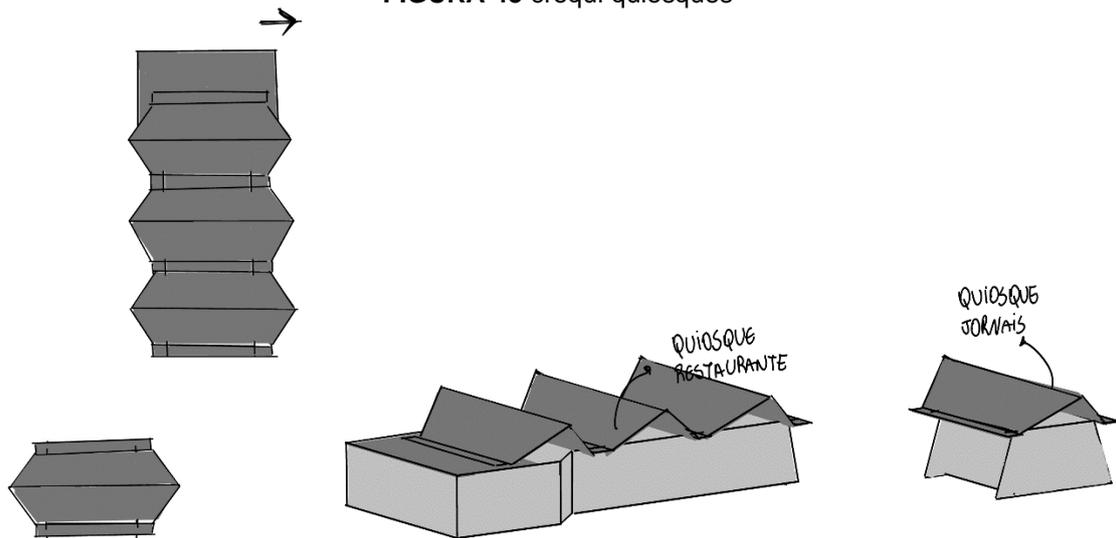
Fonte: [A] Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), adaptado pelo autor (2024); [B] autor (2022).

O destaque desse setor se dá em sua composição assimétrica, que apresenta um espaço amplo dividido por desníveis e muros, criando uma geometria interessante em relação à disposição do parque. Os muros das extremidades são em concreto armado, mantendo a textura do concreto aparente, e elementos vazados em maior parte. Mesmo que essas barreiras físicas tenham baixa altura, os elementos vazados garantem uma permeabilidade visual, tanto na parte externa, do passeio, quanto interna do parque em si.

### \_setor 4: **quiosques**

Os quiosques foram projetados por Ilgenfritz e Ignez d'Ávila em parceria com a EDEC, empresa responsável pela elaboração das coberturas em cerâmica armada. Esses edifícios ficam localizados na porção sul da praça (Figura 45).

<sup>30</sup> O parque infantil parece ter sido a área mais modificada, ou então a que menos seguiu a proposta dos projetos iniciais dos arquitetos.

**FIGURA 45** croqui quiosques

Fonte: autor (2024).

O edifício maior foi projetado para servir como um restaurante e/ou um espaço cultural; em sua parte frontal, tem uma área ampla sem divisórias, enquanto a parte dos fundos conta com uma série de salas de apoio. Esse prédio possui planta regular com uma pequena parede em ângulo ao sul.

Já o prédio menor foi destinado a uma área para comercialização de jornais e revistas, contando com uma planta retangular, assim como o anterior. O destaque desses prédios, certamente, se dá na cobertura plissada, projetada e construída em cerâmica armada, que, em suas faces norte e sul, apresentam um beiral pontiagudo (Figura 46).

**FIGURA 46** quiosques recém-inaugurados

Os quiosques mudaram os hábitos dos ijulenses. Tanto o restaurante como a banca de revistas servem como locais de animados encontros.

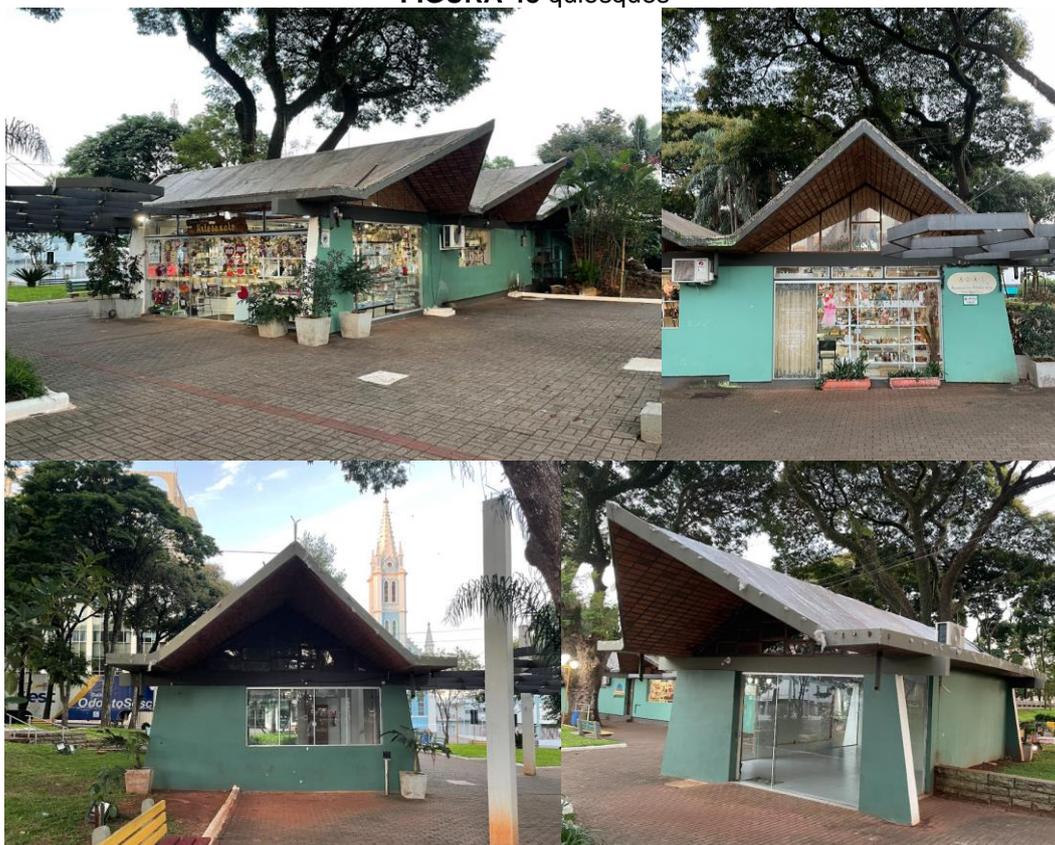
**A**

Quiosques da Praça da República, inaugurados em 1º de abril do corrente ano. Uma realização que deu beleza ímpar ao centro de Ijuí.

**B**

Fonte: [A] Correio Serrano (1979, p. 47); [B] Correio Serrano (1978, p. 4-5), ambos do acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), recortes do autor (2024).



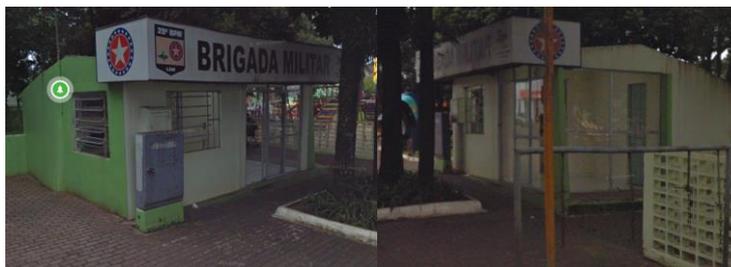
**FIGURA 48** quiosques

Fonte: autor (2022).

Na década de 1970 foi construído um abrigo para servir os taxistas da praça. Essa edificação se tratava de uma estrutura de cobertura com uma parede e um pilar. Posteriormente, essa construção foi modificada a fim de servir como um módulo para a Brigada Militar (Figura 49).

**FIGURA 49** primeiro abrigo de táxi**A**

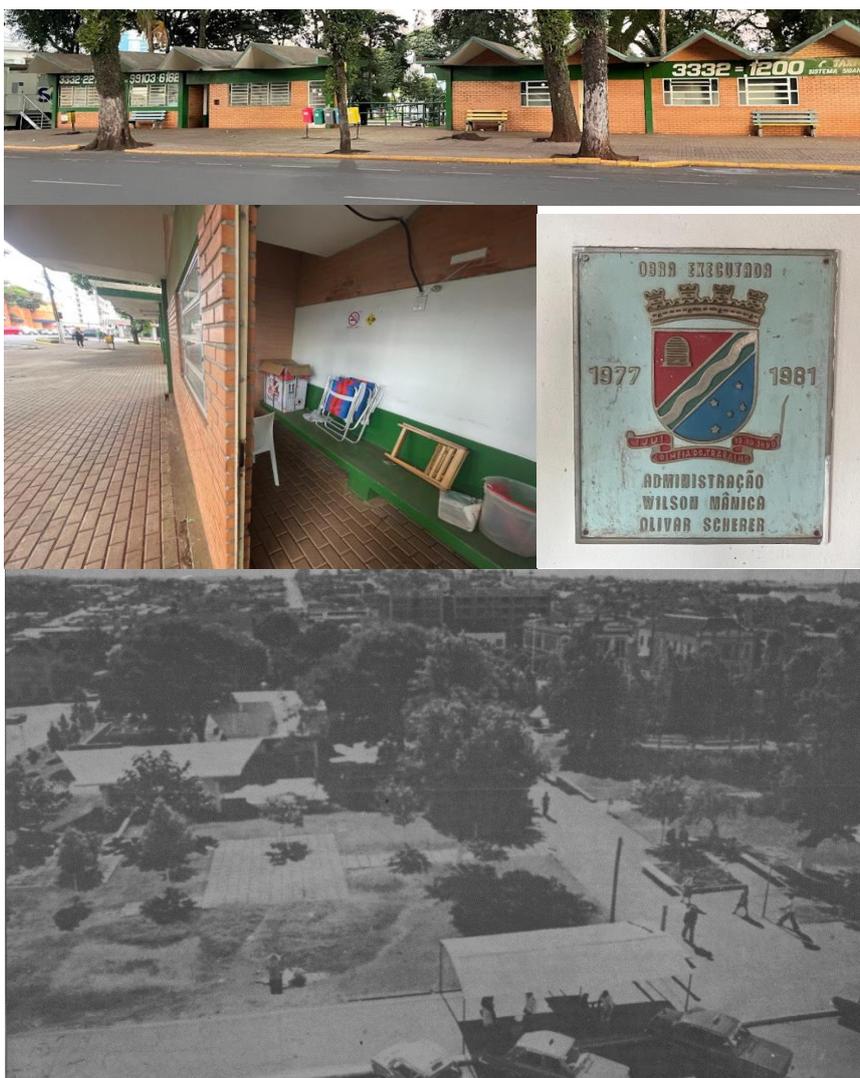
B



Fonte: [A] <https://www.facebook.com/photo?fbid=10220613692526864&set=pcb.7540736926005672>; [B] Google Street View (2017).

Ainda por volta da década de 1970 e 1980, foi construído outro ponto de táxi, desta vez com pilares e cobertura em concreto armado<sup>32</sup> (Figura 50).

**FIGURA 50** Ponto de táxi



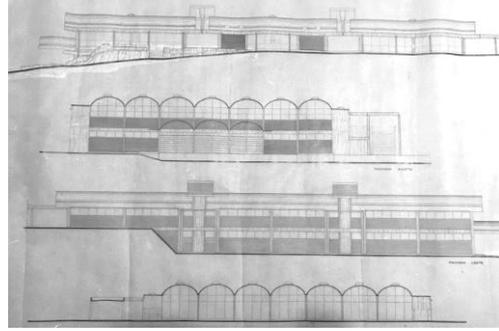
Fonte: [A] autor (2022); [B] Jornal da Manhã (1978, p. 1), acervo Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), recorte do autor (2024).

<sup>32</sup> No local onde o projeto de Ilgenfritz e d'Avila apontava a construção de outro abrigo, foram construídas duas edificações de ponto de táxi pela Construtora Sanfelice (Correio Serrano, 1979, p. 14). A construtora elaborou o projeto das coberturas formalmente semelhantes aos quiosques, utilizando, no entanto, uma estrutura de concreto em vez da cerâmica armada.

## GEOMETRIA COMPLEXA

1972

Sede COTRIJUÍ



### **\_1972**

**obra** \_ Sede COTRIJUÍ

**situação do projeto**\_ construído

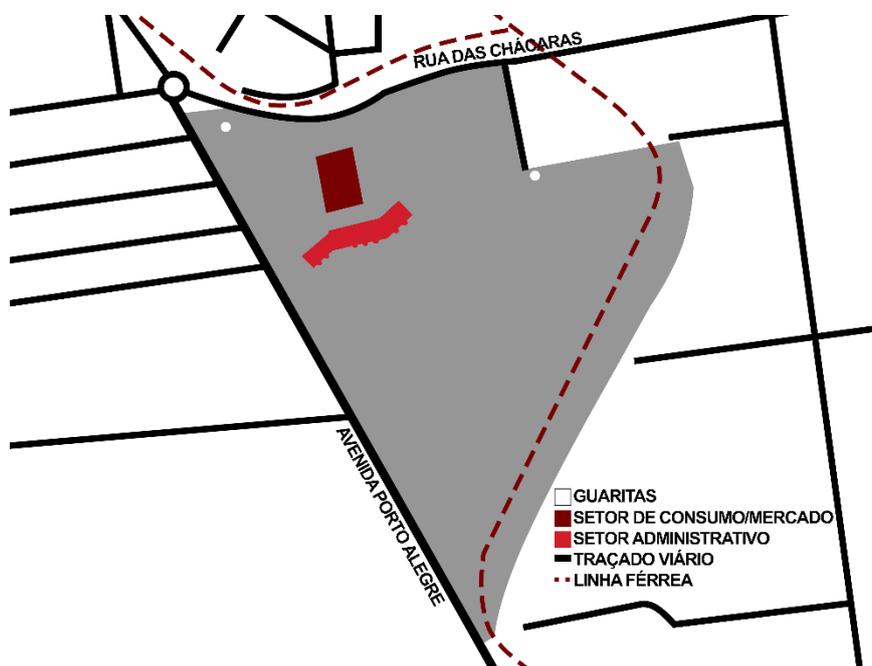
**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva, Demetrio Ribeiro e Ignez d'Avila

**engenharia**\_ EDEC (coberturas de cerâmica armada)

**localização** \_ Ijuí (RS)

Ilgenfritz e seus sócios elaboraram, no início da década de 1970, o projeto da sede da COTRIJUÍ. O conjunto conta com diversas edificações, dentre elas duas guaritas de acesso (uma de controle de clientes, outra de insumos), o edifício do setor de consumo/mercado e o edifício administrativo (Figura 51).

**FIGURA 51** localização sede COTRIJUÍ e entorno imediato



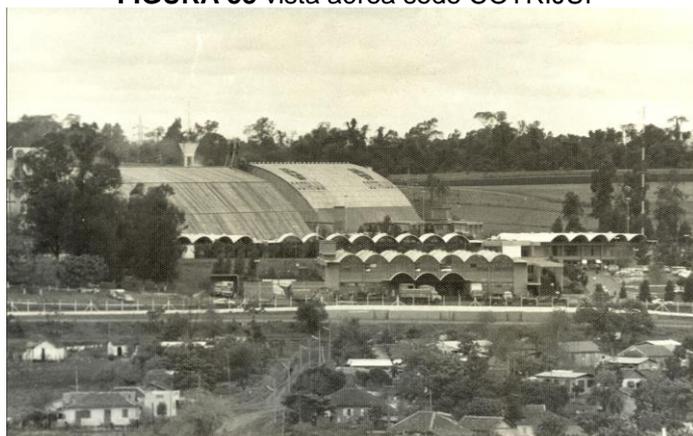
Fonte: acervo COTRIJUÍ; Google Maps (2024), adaptado pelo autor (2024).

**FIGURA 52** placas comemorativas inauguração sede COTRIJUÍ

Fonte: autor (2022).

A sede da cooperativa se localiza no distrito industrial, que, ao norte, faz divisa com os bairros Lulu Ilgenfritz e Osvaldo Aranha. O conjunto de edifícios destoa do entorno imediato por se localizar em uma margem do distrito industrial e estar próximo de bairros majoritariamente residenciais.

Esse destaque não se dá somente pela função e escala do conjunto, mas pela disposição solta no lote de grandes edifícios, assim como a volumetria que não possui similaridade com as das proximidades (Figura 53).

**FIGURA 53** vista aérea sede COTRIJUÍ

Fonte: acervo Museu Antropológico Diretor Pestana, s.d. – AC00031.

### \_setor administrativo: 1972

Tendo em vista que na época de construção da sede da COTRIJUÍ a cooperativa estava em grande crescimento, a diretoria da cooperativa havia solicitado uma edificação que se aproximava dos 1.500m<sup>2</sup>; no entanto, a demanda de uma área maior foi feita até que a obra se aproximou dos 7.000m<sup>2</sup> construídos (Silva; Pinto, 1983) (Figura 54). Isso corrobora a grande expansão da cooperativa em pouco espaço de tempo.

**FIGURA 54** prédio administrativo COTRIJUÍ



Fonte: autor (2022).

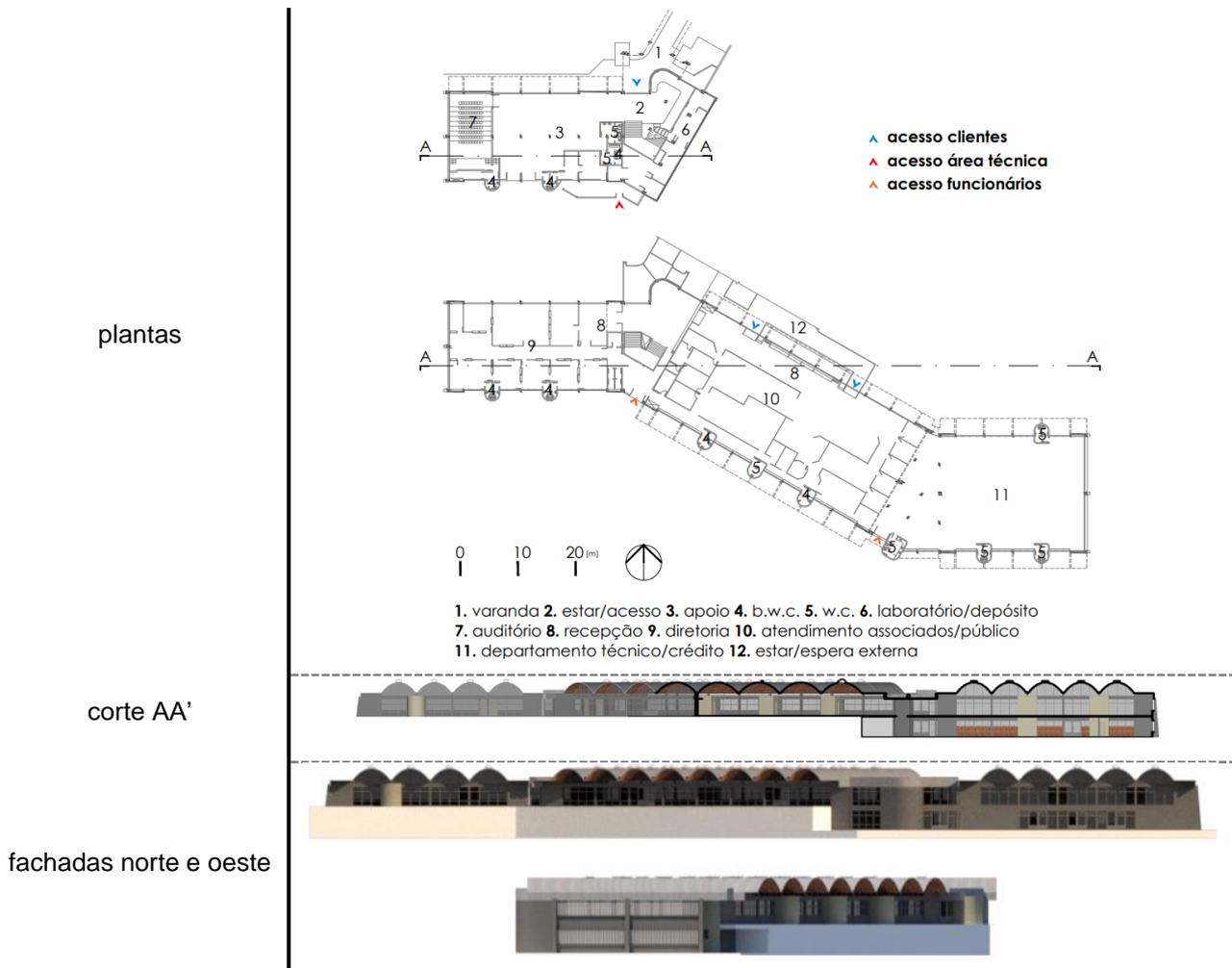
Implantada em um terreno com grande desnível, a edificação se organiza em dois níveis, tendo o nível inferior, em função da topografia, área bem inferior em relação ao do pavimento superior.

Assim, o nível inferior dá espaço a uma área de apoio ao cooperado: restaurante, bar, auditório e estar, enquanto o nível superior é destinado à administração e conta com poucos pilares internos e divisórias leves – atitude projetual que permitiu a modificação do espaço interno conforme a necessidade da cooperativa ao longo do tempo.

Quanto a acessos, o nível mais baixo dispõe de dois deles: um localizado junto à fachada norte, que permite a entrada e saída de clientes, e um ao sul voltado à área técnica. No pavimento superior, outros dois acessos são destinados ao cooperado, um na fachada

nordeste, outro na fachada noroeste, restrito à entrada e saída de funcionários, por se localizar em uma face próxima ao estacionamento dos colaboradores (Figura 55).

**FIGURA 55** projeto setor administrativo sede COTRIJUÍ



Fonte: acervo COTRIJUÍ, redesenho do autor (2023).

Segundo Ching (2002, p.79, tradução nossa), o conceito de articulação, em relação à forma arquitetônica, “se refere ao modo de reunir as superfícies de uma forma para definir seu contorno e seu volume”. Ao final, a composição resultou em uma articulação de três volumes prismáticos passíveis de acomodação em um terreno em declive sentido sul-norte.

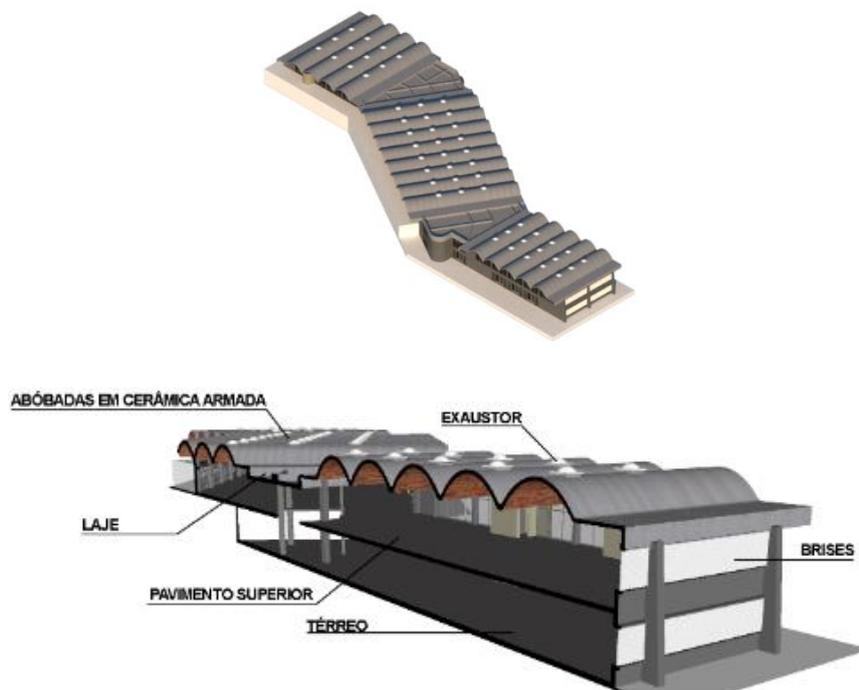
O volume principal do edifício possui pequenos volumes adicionais externos, os banheiros, de formato arredondado, característica que remete às abóbadas da cobertura (Figura 56).

**FIGURA 56** volumes anexos setor administrativo

Fonte: autor (2022).

Em relação à materialidade, as paredes periféricas da edificação foram executadas tanto em concreto armado, quanto em tijolo cerâmico.

Esse edifício possui três conjuntos de abóbadas autoportantes, conectados por duas lajes de concreto armado, que assumem formas próximas de fatias de pizza, haja vista a disposição irregular do edifício no terreno. Esses elementos de concreto foram indispensáveis na interligação entre os conjuntos de abóbadas, considerando a configuração irregular do prédio (Figura 57).

**FIGURA 57** perspectiva e corte esquemático setor administrativo sede COTRIJUÍ

Fonte: acervo COTRIJUÍ, redesenho do autor (2023).

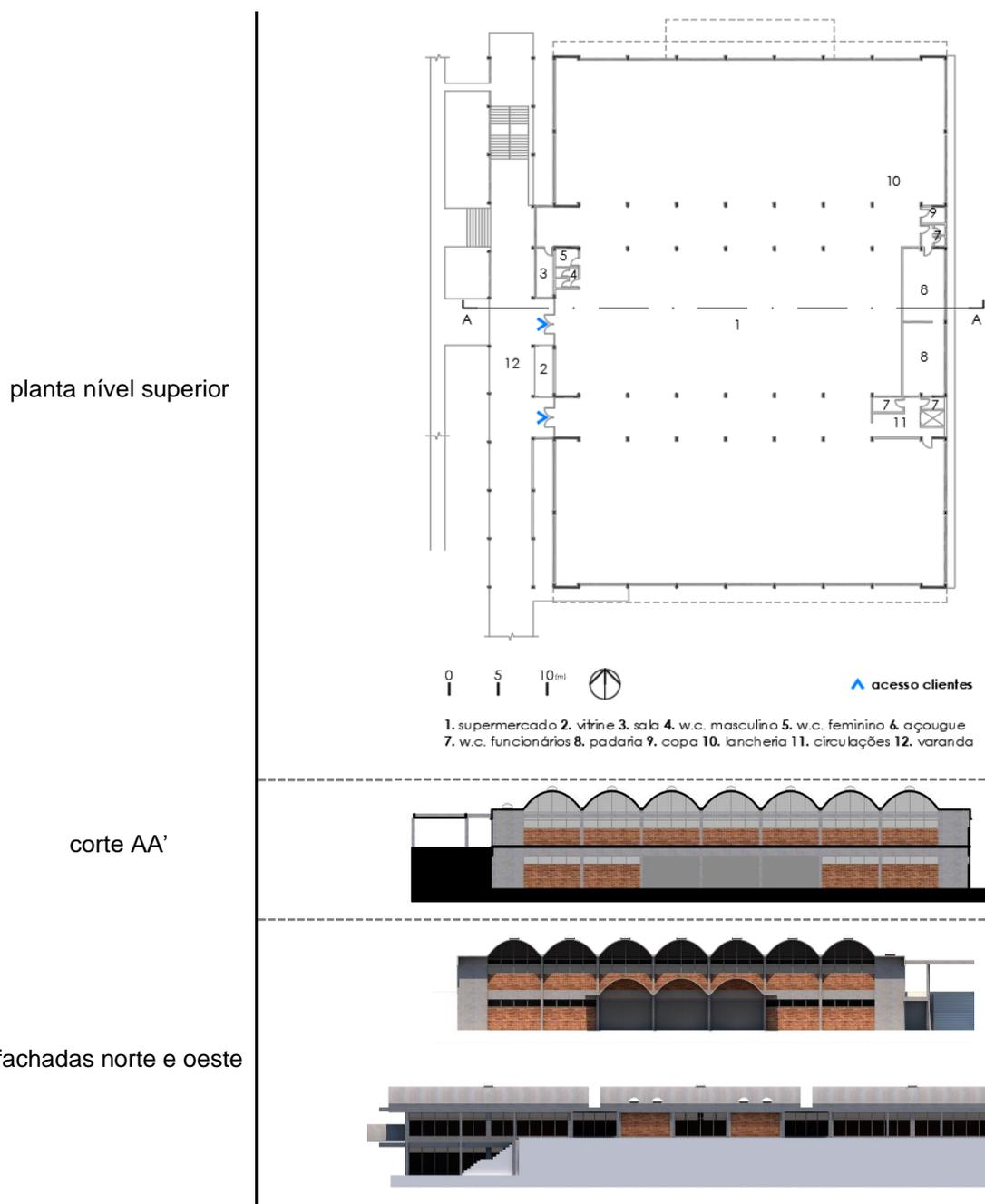
Os edifícios do setor administrativo e do setor de consumo foram elaborados com planta livre, assim, cabe reiterar que as soluções adotadas pelos arquitetos tanto em relação ao programa como na busca por um sistema construtivo que permitisse a criação de grandes vãos – através da cerâmica armada – permitiram um dinamismo da área interna, possibilitando diferentes configurações, conforme a necessidade de uso da cooperativa: “a busca de espaços livres que possibilitassem uma maior diversidade de uso levou ao emprego da estrutura de cerâmica do engenheiro Eladio Dieste, naquele momento quase desconhecida no Brasil” (Silva; Pinto, 1983, p.72).

#### **\_setor de consumo: 1973**

O mercado da COTRIJUÍ é uma obra que possui forma prismática regular e foi elaborada em dois níveis: o nível inferior é o depósito, enquanto o nível superior possui uma área de comercialização de produtos alimentícios. Em sua fachada oeste, conta com uma varanda/passarela que margeia toda essa face da edificação, conectando esse prédio ao setor administrativo.

Os acessos ao supermercado se dão de formas distintas: no andar inferior, a fachada norte abriga as docas que permitem a descarga de mercadorias para o depósito; já a fachada oeste conta com dois acessos aos clientes (Figura 58).

**FIGURA 58** projeto setor de consumo sede COTRIJUÍ



Fonte: acervo COTRIJUÍ, redesenho do autor (2023).

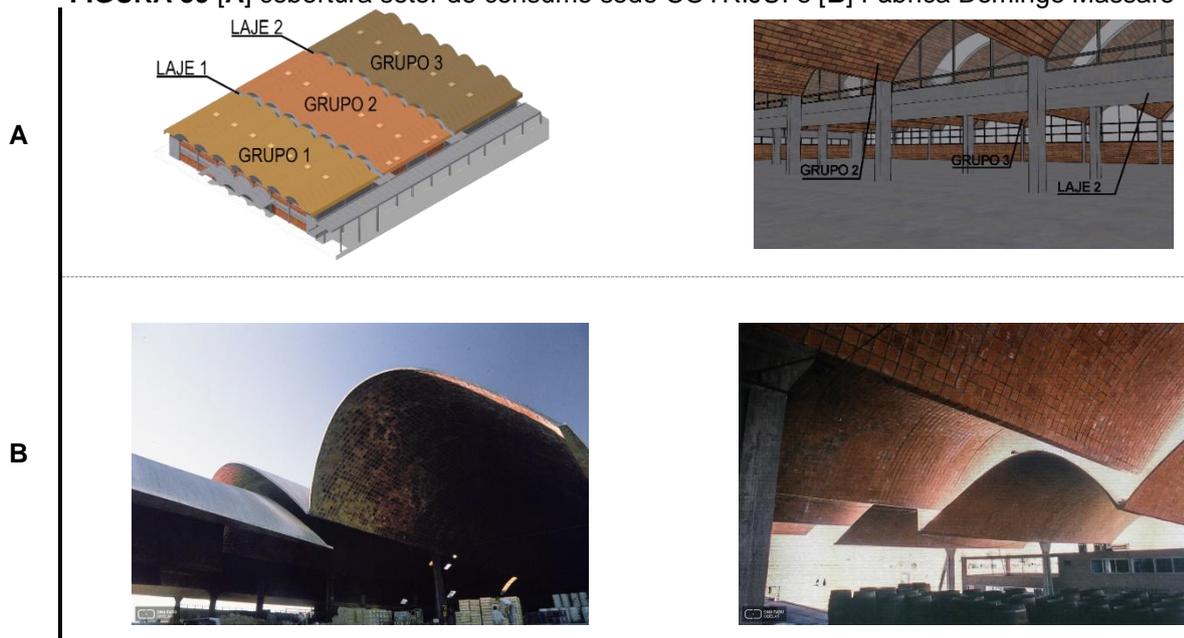
Fez-se necessária, pelo partido adotado, a adição de quatro faixas de pilares no interior da obra, em razão da sustentação da cobertura, que ocorreu através da mescla das duas tipologias mencionadas: abóbadas autoportantes de cerâmica armada e lajes de concreto. Essa solução adotada não é vista comumente nas obras de Dieste, que, de forma geral, se apresentam com vãos livres.

A obra possui uma cobertura formada por três conjuntos de sete abóbadas autoportantes de, aproximadamente, 18m de comprimento cada, ligadas por duas lajes de concreto – característica melhor identificada na fachada leste e oeste. Essa solução de alternância de abóbada e laje horizontal permitiu uma incidência solar no interior do edifício, que conjuntamente com as aberturas contínuas no perímetro da edificação criam uma iluminação mais homogênea e eficaz no interior do estabelecimento.

Essa estratégia de composição de abóbadas, possibilitando a entrada de luz no interior de grandes espaços edificados, é recorrente nas obras de Dieste e seu grupo.

Enquanto o projeto do mercado da COTRIJUÍ tem cobertura composta de três grupos de sete abóbadas autoportantes cada (Figura 59 A), e a conexão entre eles se dá por lajes planas horizontais de concreto armado, situadas em um nível que coincide com o plano inferior das abóbadas, o projeto elaborado por Dieste e colaboradores para a fábrica Domingo Massaro S.A. em 1976, em Canelones, no Uruguai, conta com dois edifícios cujas coberturas também são em abóbadas autoportantes. No caso uruguaio, as coberturas de dois espaços, em alturas diferentes, estão sobrepostas, permitindo, desse modo, a entrada de luz (Figura 59).

**FIGURA 59** [A] cobertura setor de consumo sede COTRIJUÍ e [B] Fábrica Domingo Massaro



Fonte: [A] acervo COTRIJUÍ, redesenho do autor (2023); [B] FADU UDELAR (s.d.).

### guarita: 1976

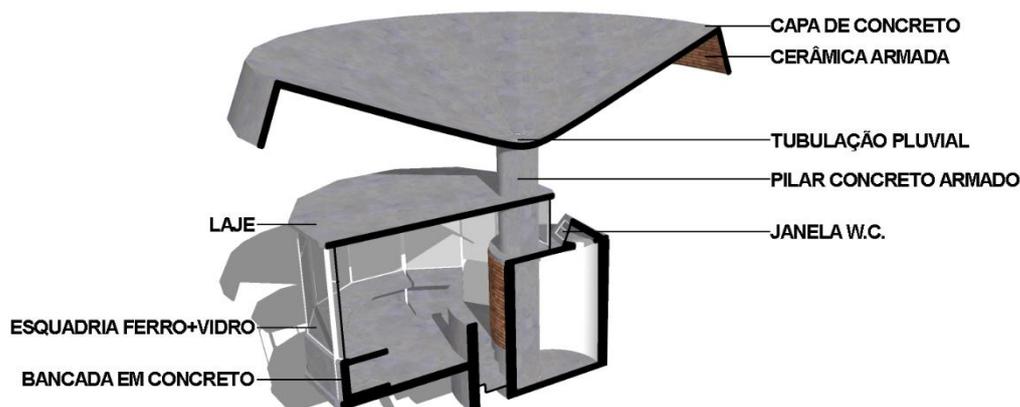
O projeto desenvolvido para a guarita, buscando suprir a necessidade de visualização ampla da área externa, foi composto com três elementos de planta circular: dois compõem os espaços que abrigam o lugar de controle e sanitário e o terceiro, fundamental para a plasticidade do conjunto, conforma a cobertura do conjunto em forma de cálice, com um apoio central. O corpo funcional é composto de duas figuras circulares agrupadas, sendo uma o posto de controle, que possui fechamento vertical somente uma bancada de concreto encimada por uma esquadria de ferro e vidro, e fechamento horizontal com uma laje de concreto plana e horizontal. A outra área é um sanitário, estrategicamente localizado em um nível inferior ao posto de controle, permitindo que a área principal propicie uma visão 360° do exterior (Figura 60).

**FIGURA 60** projeto guarita sede COTRIJÚ



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

Tendo em vista que o sanitário está parcialmente aterrado, a fim de garantir a privacidade de quem dele faz uso, os arquitetos elaboraram uma parede seguindo a forma circular da planta em tijolo cerâmico, alocando uma janela inclinada na parte superior da laje, permitindo a ventilação e iluminação natural do espaço (Figura 61).

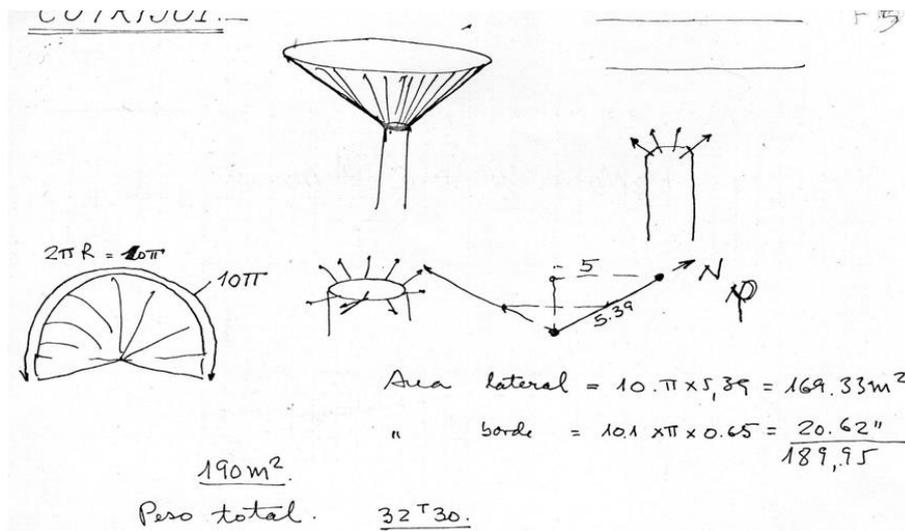
**FIGURA 61** corte esquemático guarita sede COTRIJUÍ

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2023).

Tratando-se de uma edificação com muitas aberturas, que demanda uma ampla visualização do entorno imediato para controle de acesso à cooperativa, foi proposta, para coroar o conjunto, a cobertura em forma de cálice, protegendo a edificação contra as intempéries e regulando a insolação no interior.

Em virtude das especificidades de cada projeto arquitetônico, Lay (2005) destaca que a EDEC estava sempre buscando a melhor solução às proposições dos arquitetos, trabalhando de forma conjunta com os profissionais envolvidos. Nessa percepção, o autor destaca a cobertura das guaritas da COTRIJUÍ como uma solução alternativa e diversa às coberturas em abóbadas com que estavam acostumados a trabalhar.

Complementando, Santos (2022) salienta que essa cobertura desenvolvida compõe um acervo único de uma estrutura especial, construída em tijolo armado na forma de um cálice; ela se configura como uma cúpula convexa construída em tijolo cerâmico armado com uma fina camada de concreto na parte superior. A estrutura totaliza, em média, 10 metros de diâmetro e é sustentada por um pilar central de concreto armado, que no seu interior possui uma tubulação para o escoamento pluvial (Figura 62).

**FIGURA 62** memorial parcial de cálculo cobertura guarita sede COTRIJUÍ

Fonte: cortesia de Mario Augusto Souza dos Santos (s.d.)

A concepção de estruturas com grandes balanços é uma constante nos trabalhos de Dieste. Muitas guaritas e outras edificações de acesso de várias construções foram elaboradas pelo engenheiro e sua equipe. O pavilhão de acesso da Refrescos Del Norte, uma empresa de refrigerantes na cidade de Salto, no Uruguai, projetada por Dieste e colaboradores entre 1977 e 1980 (Anderson, 2004) apresenta abóbodas apoiadas sobre três pilares, com grandes balanços em ambas as extremidades é um exemplo. A guarita da CEASA/RS, outro, mas a edificação de forma centralizada com um único apoio é solução inusitada na obra do grupo (Figura 63).

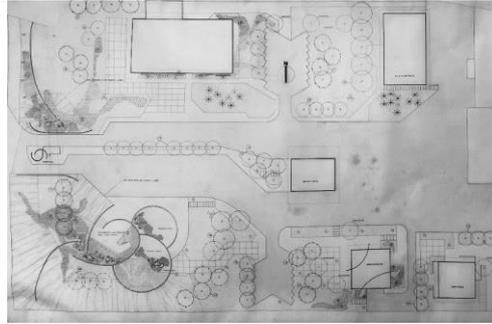
**FIGURA 63** guarita [A] Refrescos Del Norte, [B] CEASA/RS e [C] COTRIJUÍ**A****B****C**

Fonte: [A] Anderson, 2004, p. 121; [B] Google Street View (2023); [C] Autor (2022).

Apesar da diferença formal dessas coberturas em relação às guaritas da COTRIJUÍ, esses projetos desempenham o semelhante papel de um grande abrigo sobre pequenas edificações que contêm suas coberturas individuais com laje plana horizontal de concreto encimadas por uma estrutura em cerâmica armada.

## GEOMETRIA COMPLEXA

1973 Terminal Graneleiro Luiz Fogliatto



### **1973**

**obra** \_ Terminal Graneleiro Luiz Fogliatto

**situação do projeto**\_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva e Ignez d'Avila

**localização** \_ Rio Grande (RS)

Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, a COTRIJUÍ iniciou a construção de um terminal graneleiro na cidade de Rio Grande (RS). As primeiras construções foram dos silos de armazenamento de grãos.

Posteriormente, Ilgenfritz e Ignez d'Avila foram contratados para o projeto das áreas de suporte ao terminal, como o pórtico/guarita, restaurante, área cívica etc. O conjunto arquitetônico elaborado pelos arquitetos conta com edificações relativamente próximas ao acesso do conjunto, com espaços verdes e diferentes paginações de piso. Conforme mencionado no início do capítulo, os profissionais elaboraram ainda, conjuntamente com a Dieste e Montañez Engenharia Ltda., um pavilhão/depósito para a COTRIJUÍ. O edifício possuía cobertura em cerâmica armada com abóbodas de dupla curvatura<sup>33</sup> (Figura 64).

<sup>33</sup> Através de uma análise de imagens de satélite, notou-se que, possivelmente, essa obra ficava em um terreno em frente ao terminal graneleiro. Comparando as imagens da área entre os anos de 2005 e 2024, constatou-se que essa edificação foi demolida entre 2005 e 2008. A suposta localização dessa obra foi possível através da comparação de sua vista de topo com outros edifícios cuja cobertura também é em cerâmica armada de dupla curvatura, como o caso do pavilhão dos produtores, da CEASA/RS.

**FIGURA 64** localização terminal graneleiro, pavilhão/depósito e Ceasa/RS



PAVILHÃO/DEPÓSITO  
(DEMOLIDO ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2008)  
Rio Grande (RS)

PAVILHÃO DOS PRODUTORES  
CEASA/RS  
Porto Alegre

Fonte: Google Earth (2005-2024).

### restaurante: 1973

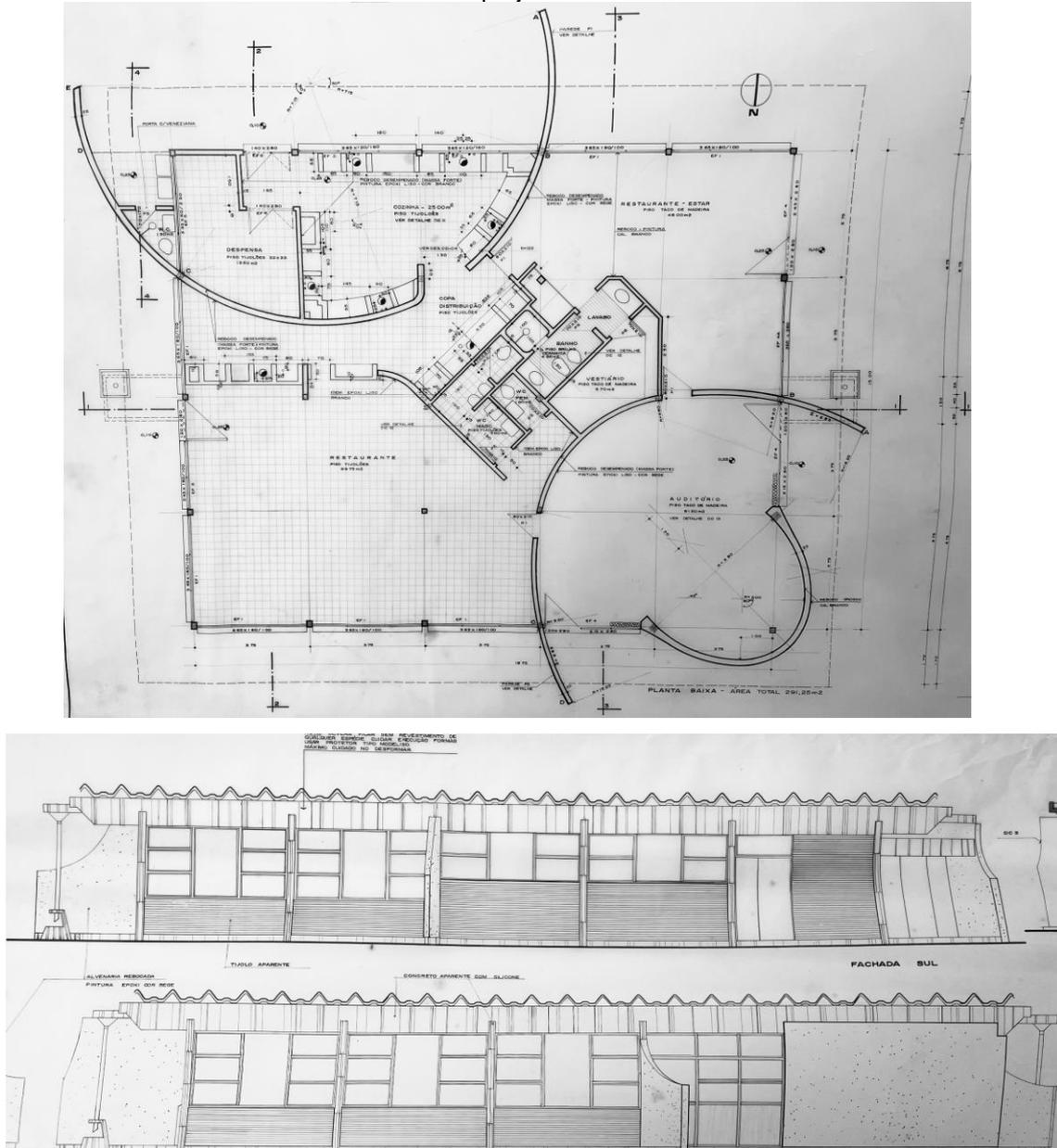
O edifício do restaurante possui uma planta retangular bem definida, de forma aproximada a um quadrado; no entanto, ela apresenta elementos que se contrapõem à regularidade da forma predominante: foram projetadas paredes curvas em dois extremos opostos entre si.

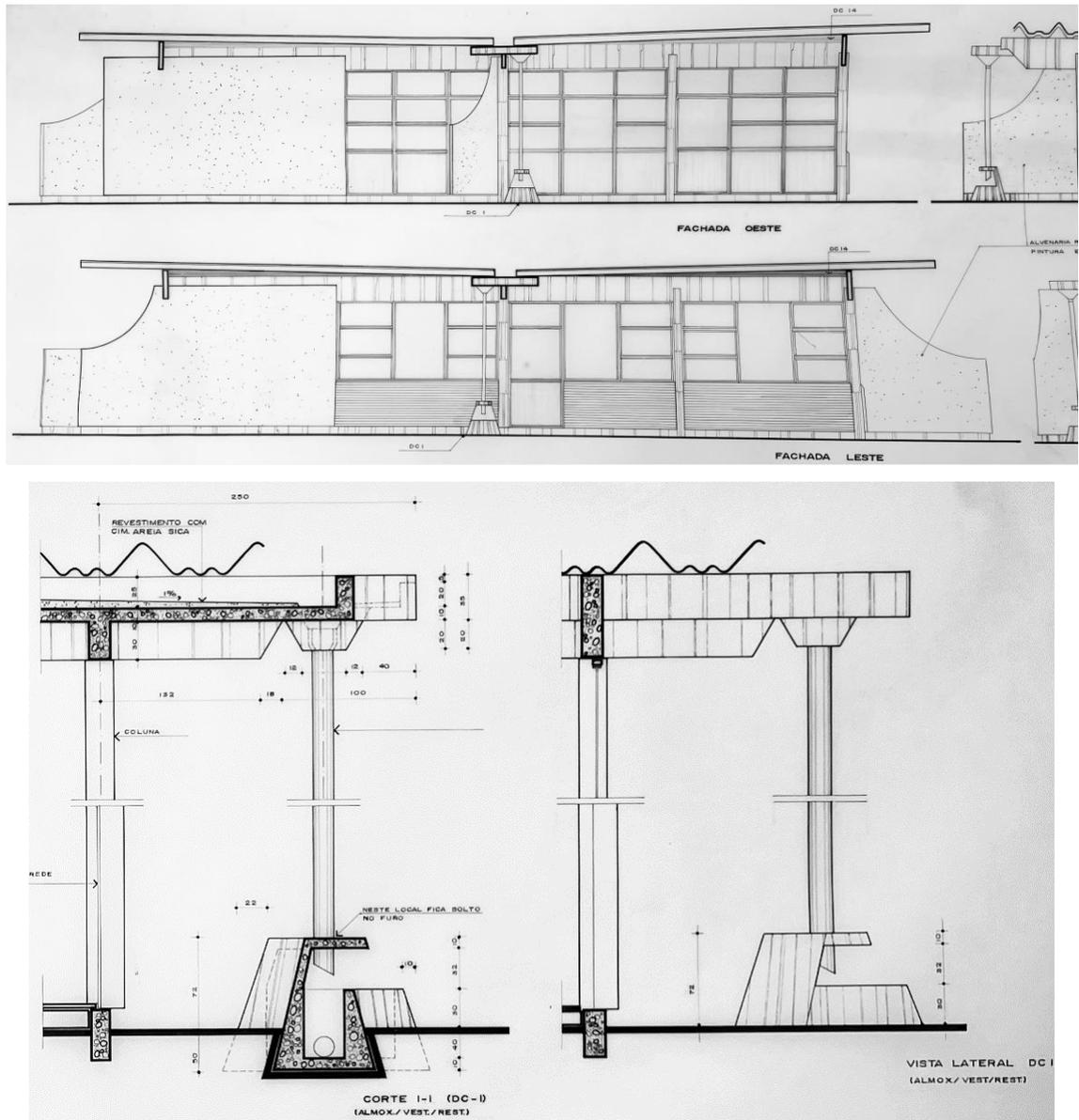
O prédio abriga um salão para refeições, uma área de estar, uma área de serviço onde se localiza a cozinha e a despensa, e, de forma oposta, foi projetado um auditório. O centro da planta foi destinado a vestiários e banheiros, que ficam em 45° em relação à planta retangular.

As paredes curvas em planta também sofrem recortes circulares nas elevações. Elas sobressaem da planta retangular e conferem uma certa privacidade à zona que ela contempla: setorizam a parte de serviço, apartando-a da área do restaurante e estar, assim como o auditório que fica em outro extremo, também com uma parede curva que o divide dos outros espaços. O acesso principal a essas áreas ocorre de forma individual pela área externa, contudo elas dispõem de acessos secundários posicionados ao centro da edificação.

A edificação é coroada por uma cobertura de telhas com baixa inclinação, com uma calha central. Essa calha é aparente – sobressai da estrutura do edifício – e a caixa de inspeção da rede pluvial possui um caráter escultórico, uma vez que, além de cumprir sua função de coletar a água que chega através da calha, possui uma plasticidade não convencional (Figura 65).

**FIGURA 65** projeto restaurante





Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).

Assim como parte das plantas residenciais elaboradas pelos arquitetos, em formas regulares com pequenas atitudes formais orgânicas, no caso de alguns lavabos, nesse edifício eles também mantêm o caráter moderno através de um aglomerado de formas que se contrapõem, mas que se complementam e se justificam, em relação a privacidade/zonamento. A assimetria e a justaposição de formas corroboram com a identidade moderna, assim como a exploração do concreto armado na criação dessa variedade plástica (Figura 66).

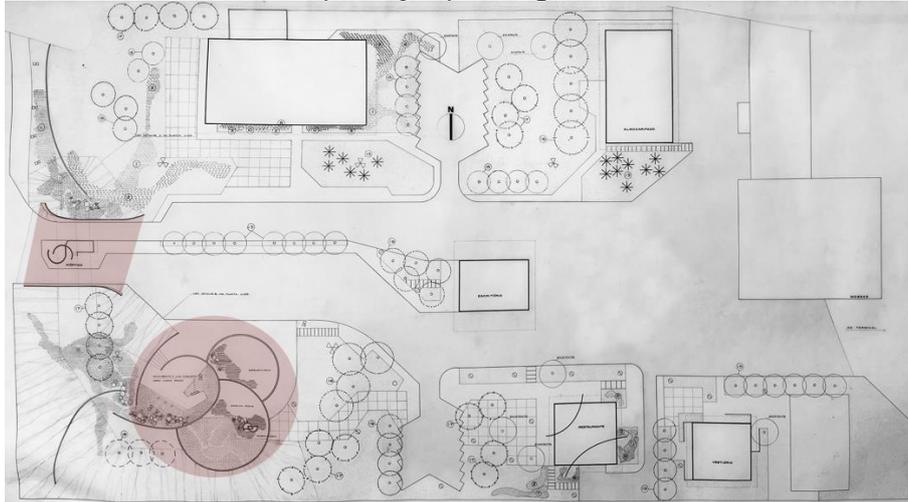
**FIGURA 66** implantação e exterior restaurante

Fonte: [A] Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023); [B] autor (2023).

### \_pórtico/guarita e área cívica: 1975

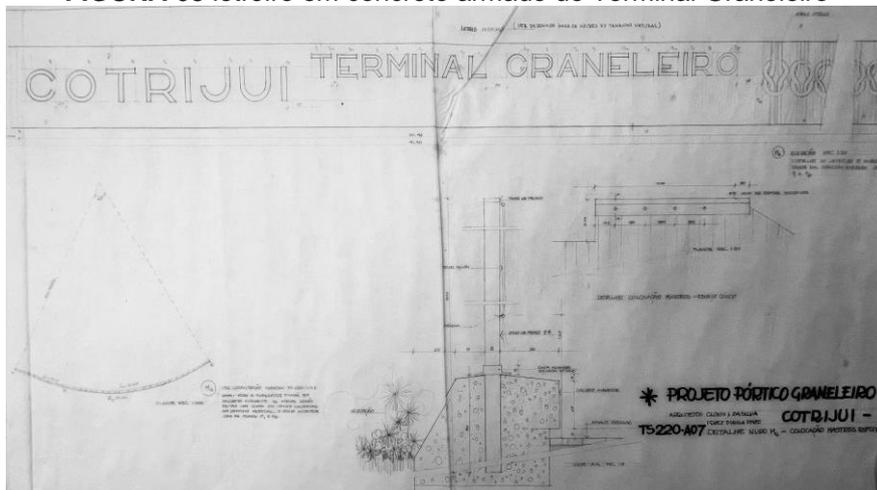
Os arquitetos elaboraram um paisagismo assimétrico utilizando diferentes formas, entre geometria simples e complexa.

As vias internas criadas partem do acesso principal, estreitas na altura do pórtico, se alargando aos fundos do terreno. Para dividir os dois sentidos do tráfego, foi proposto um canteiro central de dimensão considerável, que se inicia no pórtico de acesso e adentra o terreno, interrompendo a linearidade da via, o que auxilia na circulação de veículos de passeio e caminhões em questão de velocidade e manobra (Figura 67).

**FIGURA 67** implantação pórtico/guarita e área cívica

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), adaptado pelo autor (2024).

No lado externo do terreno, no acesso, elaborou-se um letreiro em concreto armado em forma de arco, com letras em baixo-relevo com o nome do terminal “COTRIJUI Terminal Graneleiro” e o símbolo da cooperativa (Figura 68).

**FIGURA 68** letreiro em concreto armado do Terminal Graneleiro

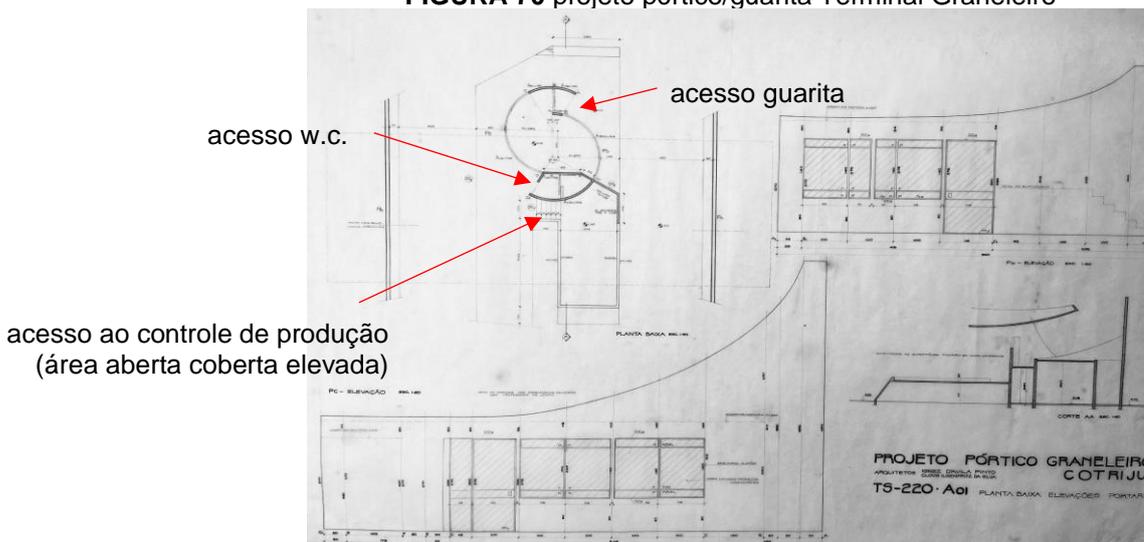
Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).

Após a aquisição do terminal por outra empresa, as letras em baixo-relevo foram cobertas com reboco; ao se aproximar da estrutura, nota-se o fato pelas rachaduras e também pela umidade entre a massa que preencheu a escrita em baixo-relevo e a estrutura original de concreto armado (Figura 69).

**FIGURA 69** letreiro em baixo-relevo COTRIJUI

Fonte: autor (2023).

O pórtico de acesso ao terminal foi proposto em concreto armado, assim como a guarita que fica sob ele; a área do posto de controle tem forma de dois semicírculos entrelaçados, e o acesso a ela se dá por uma lateral em uma pequena circulação criada por intermédio da forma de planta proposta (Figura 70).

**FIGURA 70** projeto pórtico/guarita Terminal Graneleiro

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).

Com acesso externo, um banheiro foi alocado na parte voltada ao interior do terreno. Levando em consideração o acesso intenso de veículos ao empreendimento, entende-se que a posição do acesso ao sanitário decorreu em função da possibilidade de não somente os funcionários da guarita, mas todos aqueles que transitam por ali pudessem usá-lo com maior agilidade.

Atrás do banheiro existe uma área em nível elevado, que permite a visualização de parte do Terminal; esse espaço era destinado ao controle de produção (Figura 71).

**FIGURA 71** espaço controle de produção

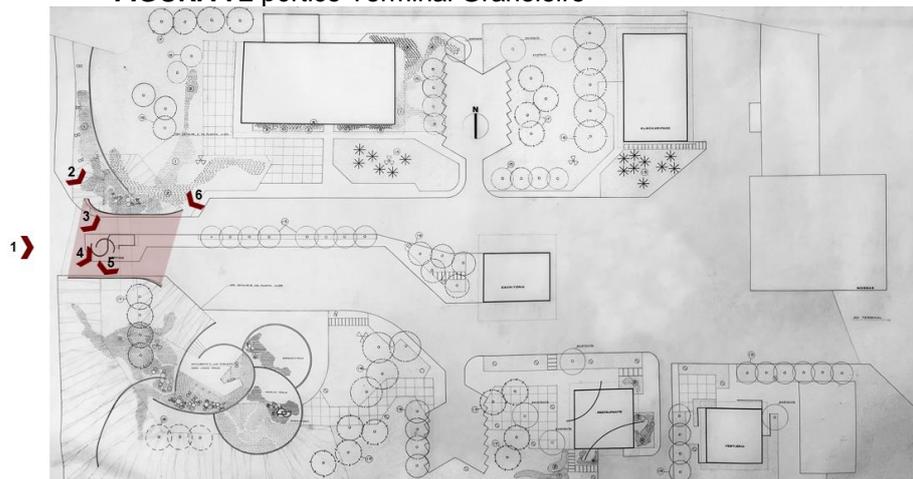


Fonte: autor (2023).

O pórtico que encima a guarita é formado por duas paredes paralelas entre si, cujas extremidades se curvam de forma oposta ao acesso; em perspectiva, essas paredes assumem formas irregulares, transmitindo sensação de movimento e sustentando uma cobertura com seção em semicírculo voltado para cima<sup>34</sup> (Figuras 72 e 73).

**FIGURA 72** pórtico Terminal Graneleiro

A

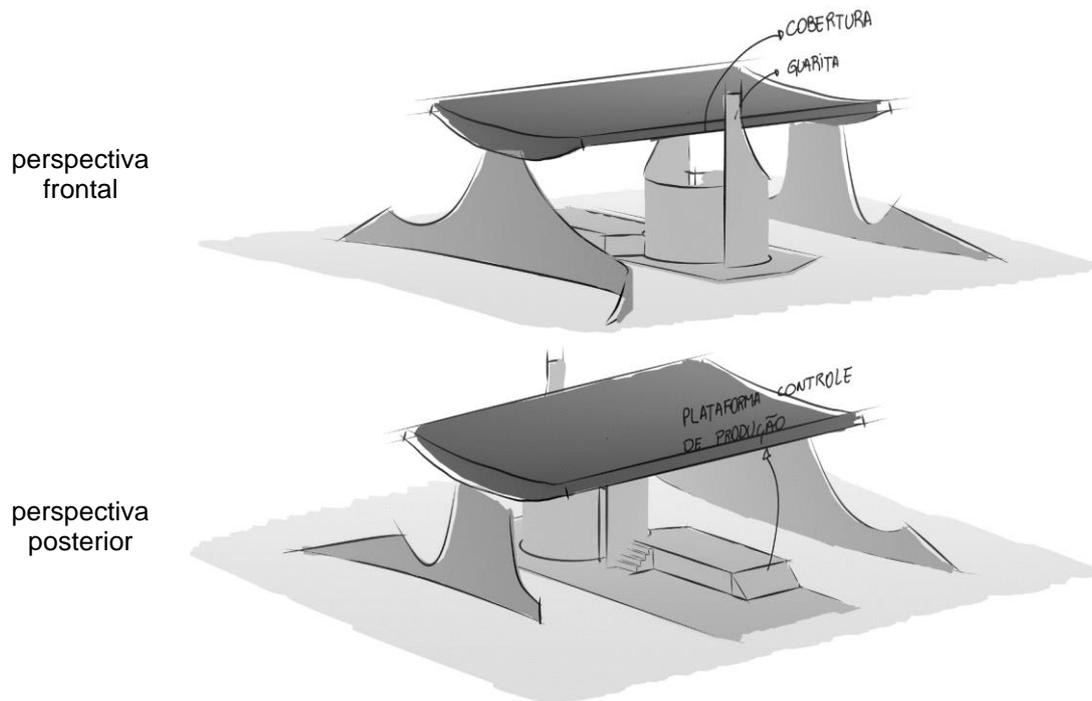


<sup>34</sup> Entre 2022 e 2023 parte da cobertura ruiu, fazendo com que toda a estrutura fosse escorada com escoras metálicas.

B

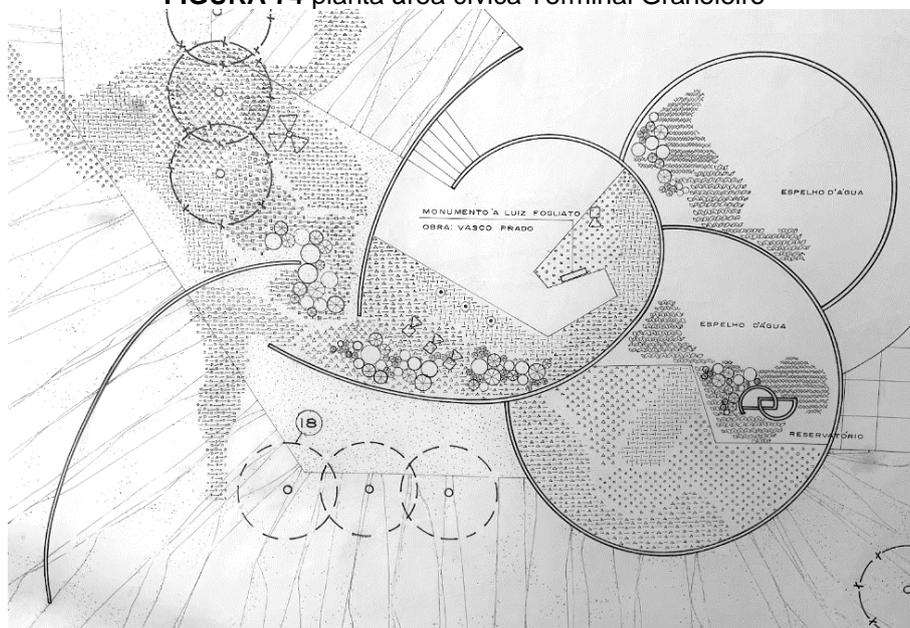


Fonte: [A] Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), adaptado pelo autor (2024); [B] autor (2023).

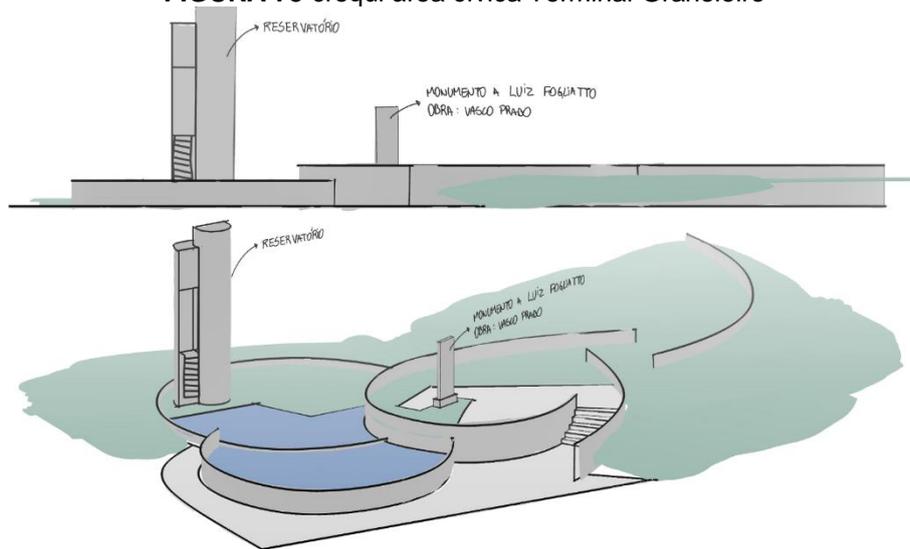
**FIGURA 73** croqui pórtico/guarita Terminal Graneleiro

Fonte: autor (2024).

A rea cívica constitui um espaço próximo ao acesso, com muros curvos em concreto armado e em diferentes níveis. Os muros abraçam um espaço de geometria irregular, intercalado entre grama e piso de placas de concreto, também há dois espelhos d'água, dispostos em dois níveis (Figuras 74 e 75).

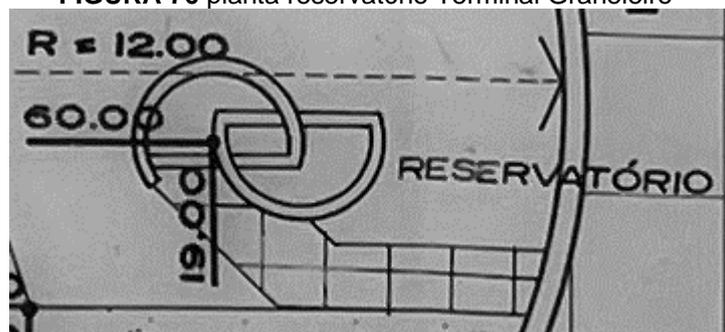
**FIGURA 74** planta área cívica Terminal Graneleiro

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (n 002/2023).

**FIGURA 75** croqui área cívica Terminal Graneleiro

Fonte: autor (2024).

Essa área possui ainda uma torre de concreto armado destinada ao reservatório de água, cuja forma tem como base dois semicírculos entrelaçados (Figura 76).

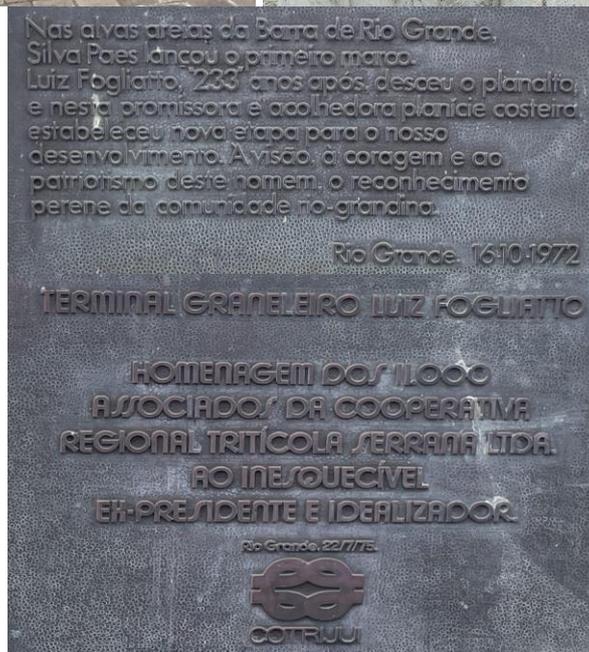
**FIGURA 76** planta reservatório Terminal Graneleiro

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).

Foi proposto ainda um monumento em concreto armado desenvolvido por Vasco Prado, escultor gaúcho, em forma de um prisma retangular, com desenhos em baixo-relevo que, possivelmente, representam o trigo e o cooperado/agricultor/colono<sup>35</sup> (Figura 77).

<sup>35</sup> Na base da obra, foram fixadas duas placas comemorativas em homenagem a Luiz Fogliatto, que idealizou o Terminal Graneleiro e dá nome ele.

**FIGURA 77** escultura de Vasco Prado a Luiz Fogliatto



Fonte: autor (2023).

Nesse conjunto de obras os arquitetos exploraram de forma ampla os limites plásticos do concreto armado, criando elementos de grande expressividade, desde o pórtico, como um marco visual e importante para a segurança e o controle do terminal, até o projeto do reservatório, que conta com uma forma não usual e de destaque na área cívica.

Como destaca Hugo Segawa:

Com a deferência de Oscar Niemeyer e sua apologia do material como suporte ideal para suas elaborações plásticas, o concreto armado tornou-se uma solução recorrente e imbatível entre os arquitetos alinhados ao pensamento da 'escola'. Enfim, o concreto transformou-se na expressão contemporânea da técnica construtiva brasileira (Segawa, 2002, p. 149).

O conjunto da Praça da República evidencia a possibilidade que a arquitetura moderna, através de suas amplas técnicas, explora a plasticidade do concreto armado e do tijolo cerâmico através de obras que proporcionaram, além de suas respectivas funcionalidades, uma experiência arquitetônica àqueles que frequentam o espaço público, evidenciada pelas publicações de jornais da época de construção.

Nas obras da COTRIJUÍ, Ilgenfritz e d'Avila, assim como a técnica uruguaia das coberturas dos quiosques da praça, conformam um exemplar relevante de aplicação de técnicas modernas em um desenho condizente ao momento de exploração de métodos construtivos. O engenheiro da EDEC, Souza (2022), responsável pela obra das coberturas dos quiosques, complementa salientando que essas obras da Praça da República e da COTRIJUÍ, formam um conjunto arquitetônico e estrutural relevante ao acervo de projetos e obras da EDEC, com participação significativa de Dieste.

No projeto para o terminal da COTRIJUÍ, os profissionais mantiveram a utilização do concreto armado como fundamental na elaboração dos edifícios e demais elementos, como o pórtico, o letreiro de acesso, a área cívica e as paredes do restaurante.

### 2.2.3 A habitação de interesse social: tradição moderna

Nos anos de 1960, o tema habitacional no Brasil foi central no meio arquitetônico, notadamente a partir do Inquérito Nacional de Arquitetura (INA), que ocorreu em 1961. O INA pregou a necessidade de atuação dos arquitetos no campo da habitação, promovendo reflexões e debates entre profissionais renomados na área, cabendo destacar, neste momento, os do Rio Grande do Sul: Carlos Maximiliano Fayet, Demetrio Ribeiro e Edgar Albuquerque Graeff (Sanvitto, 2010).

Em 1963 ocorreu outro evento de grande relevância em relação ao envolvimento dos arquitetos nesse campo: o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), em Petrópolis (RJ), que precedeu a criação de uma política para a habitação popular no Brasil (Sanvitto, 2010). O seminário foi promovido pelo IAB e pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), e abordou, sobretudo, a necessidade de formação qualificada dos profissionais, para que estivessem aptos a contribuir no campo habitacional através da elaboração de projetos adequados às necessidades da população brasileira.

No ano seguinte, em 1964, a então deputada Sandra Cavalcanti propôs ao então presidente Castelo Branco a criação de uma instituição de operação financeira voltada à área habitacional. Através da efetivação da proposta, foi instituído, com o intuito de financiar uma política habitacional, o Banco Nacional da Habitação (BNH), sob a Lei Federal nº 4.380, de 1964, que versava sobre a reformulação da política habitacional (Sanvitto, 2010). A lei possibilitou o estabelecimento das Companhias de Habitação (COHABs) e, por conseguinte, a construção de inúmeros conjuntos habitacionais (Sanvitto, 2010).

Em termos urbanísticos, as propostas, nesse momento, estavam alinhadas aos preceitos do urbanismo moderno, ressaltando-se, nesse contexto, duas situações: uma voltada à elaboração de loteamentos de residências unifamiliares, na qual a casa era implantada em lote individual, o que Macedo (1995) destaca como uma proposição próxima ao tradicional, através de lotes retangulares alongados, alinhados lado a lado. No entanto a conformação espacial urbana é totalmente diferente, pois, nos moldes do modelo cidade-jardim, leva imbricada a proposta de ruptura do quarteirão.

A outra situação diz respeito aos projetos de conjuntos habitacionais, os quais contavam com edifícios implantados de forma isolada em grandes terrenos, atitude que “valorizava a criação de espaços livres morfologicamente indefinidos e homogêneos onde [...] contesta-se a cidade tradicional e seus espaços hierarquizados” (Macedo, 1995, p.36).

Comas (1986) complementa, afirmando que, enquanto o modelo tradicional é formado por fachadas contínuas alinhadas, onde o interior das quadras é ocupado por

pátios privados, a cidade ideal moderna preconizava a criação de um grande parque cortado por vias.

A construção de conjuntos habitacionais em larga escala, dentro dos parâmetros modernos do urbanismo, não significou, como parece apontar a realidade ao longo dos anos, uma atitude projetual bem-sucedida: espaços livres pouco qualificados e caracterizados em geral impediram a apropriação efetiva pelos moradores.

Ilgenfritz e seus sócios, inseridos nesse contexto moderno da arquitetura e do urbanismo, elaboraram projetos de habitação social (Quadro 9) dentro desse cenário bastante limitado, em termos das possibilidades projetuais, em decorrência das rígidas exigências do BNH, financiador dos projetos. Silva (2018) pontua que o banco tinha regras severas em relação às dimensões das habitações e, mesmo que os arquitetos propusessem melhorias em relação a esse tema ou aos materiais empregados, as propostas não eram aprovadas.

Ilgenfritz articulou com seu pai, então presidente de uma madeireira, para tornarem a empresa uma construtora, fato que lhes permitiu entrar em concorrências públicas, como é o caso da que originou os projetos para a cooperativa Ijuense COOHABICASA (Silva, 2018).

**QUADRO 9** projetos de habitação de interesse social

	cooperativa	projeto	localização	autoria
1968	■ COOHABICASA	residências C-20, C-30, C-32, C-42 térrea e de dois pavimentos	Ijuí	C., I.
1968	■	edifício residencial	Porto Alegre	
1969	■ COORODO	edifício residencial	Alegrete	C., I.
1970	■	residências C-12, C-22 e C-32	Porto Alegre	
1974	■ COPHAMPA	edifício residencial	Porto Alegre	C., I.
	■	anteprojeto edifício de 38 apartamentos e 15 lojas	rua Antunes Ribas (cidade?)	
s.d.	■ COOHABICASA	anteprojeto edifício de 32 apartamentos		C., I., N.
	■	anteprojeto edifício de 56 apartamentos	avenida Venâncio Aires (cidade?)	

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), organização do autor (2024).

C. – Clovis Ilgenfritz da Silva  
I. – Ignez d'Avila  
N. – Newton Paulo Baggio

**QUADRO 10** habitação de interesse social – tradição moderna

	<b>loteamentos de casas unifamiliares</b>	<b>conjuntos habitacionais de edifícios multifamiliares</b>
1968	COOHABICASA	
1969		COORODO
1970	COORODO	
1974		COPHAMPA
s.d.		COOHABICASA

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), organização do autor (2024).

## **\_1968**

**obra** \_ loteamento COOHABICASA

**situação do projeto**\_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva e Ignez d'Avila

**localização** \_ Ijuí (RS)

A Cooperativa Habitacional dos Operários da Região Serrano-Missioneira (COOHABICASA) foi fundada em Ijuí em 5 de janeiro de 1967 e contemplava a construção de residências para operários das cidades de Ijuí, Santo Ângelo, Cruz Alta e Catuípe com financiamentos do BNH. A cooperativa previa a construção de até mil unidades de habitações que, conforme plano do BNH, disporia de quatro tipologias residenciais, de 30, 45, 60 e 70m<sup>2</sup> (Correio Serrano, 1967). A COOHABICASA atuou até 1981<sup>36</sup>.

Logo após a sua fundação, a cooperativa propôs, em Ijuí, a construção de 138 unidades de residências unifamiliares térreas de quatro tipologias: C-20, C-30, C-32 e C-42, todas projetadas por Ilgenfritz e d'Avila (Correio Serrano, 1968).

Esses projetos foram construídos em diferentes regiões da cidade: próximo ao atual Hospital de Clínicas de Ijuí (HCI) (Correio Serrano, 1969), nas proximidades do Estádio Bertholdo Christmann, no bairro da Penha e na rua Mário Silva<sup>37</sup>. Além dessas unidades, construídas nessas áreas diversas, outras também foram construídas em terrenos particulares, em outros pontos da cidade (Correio Serrano, 1969).

A construção das primeiras residências aconteceu em duas etapas (Quadro 11).

<sup>36</sup> Baixa da atividade em 17 de outubro de 1981, conforme Cadastro Fiscal de Contribuintes (inscrição municipal nº 0878/02, acervo Secretaria de Administração, Prefeitura Municipal de Ijuí).

<sup>37</sup> Para identificar os núcleos residenciais através das referências/endereços apresentados, foi seguida a nomenclatura utilizada nas notícias dos jornais da época de construção das casas.

**QUADRO 11** etapas de construção das primeiras residências da COOHABICASA

etapa	quantidade de residências a construir <sup>38</sup>	empresa responsável pela execução	núcleo	fiscal
1ª (1968-1969)	50	J.B.D. Obras Públicas (Pelotas/RS)	HCI e Estádio Bertholdo Christmann	arq. Érico Weidle
2ª (1969-?)	68	Silva Madeireira Ltda. (Ijuí/RS) <sup>39</sup>	em todos os quatro núcleos	eng. Fernando Craidy

Fonte: Correio Serrano (1968).

**FIGURA 78** inauguração da residência tipo C-42 térrea<sup>40</sup>

Fonte: cortesia de Sérgio Augusto Aenlhe Corrêa (196?).

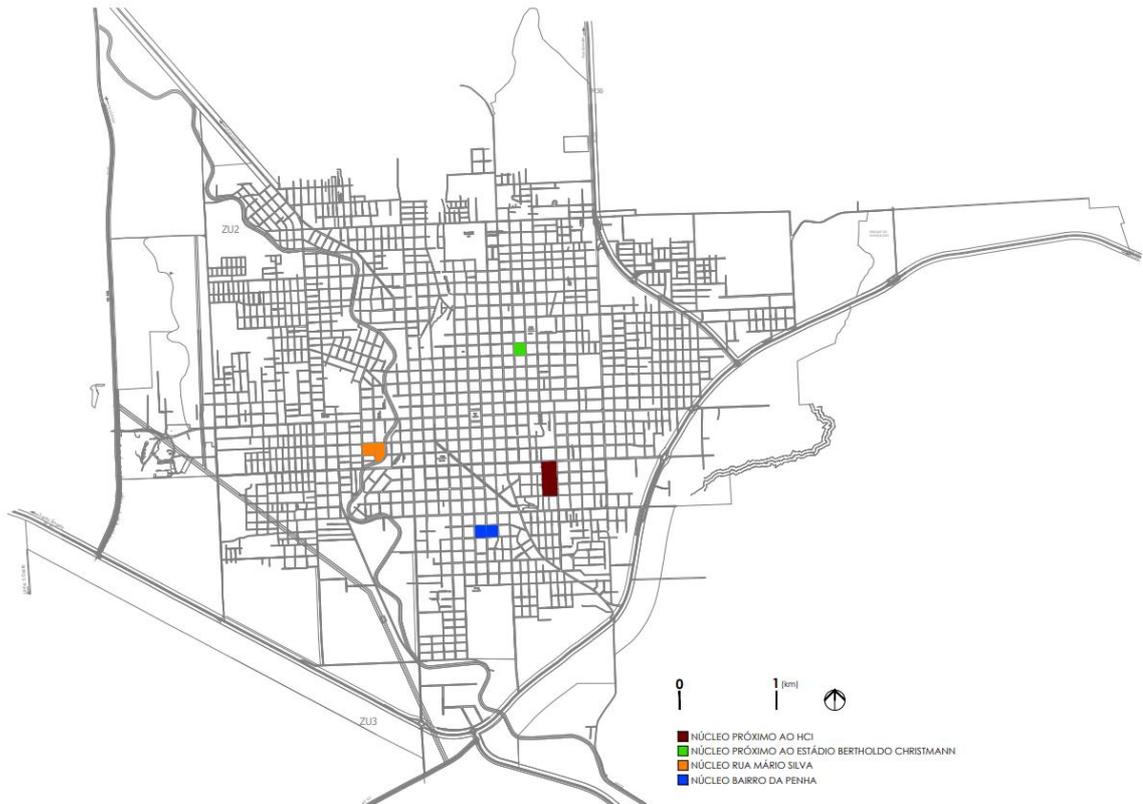
O traçado urbano de Ijuí segue, de forma geral, uma disposição de quadras em uma malha reticulada ortogonal, que se desenvolveu a partir da chamada “Planta Sede do Município” (Figura 79).

<sup>38</sup> Através das informações encontradas até então, verificou-se que os jornais noticiaram a construção de 138 residências. No entanto, as notícias seguintes informaram a construção de 118 unidades. No levantamento feito *in loco*, identificaram-se 80.

<sup>39</sup> Esta firma que venceu a concorrência pública era da família de Clovis Ilgenfritz, dirigida por seu pai, Ruben Kessler da Silva.

<sup>40</sup> No primeiro plano da foto, à esquerda, Ruben Kessler da Silva, presidente da empresa Silva Madeireira Ltda. e pai de Clovis Ilgenfritz, responsável pela construção da segunda etapa das primeiras residências da COOHABICASA.

**FIGURA 79** núcleos das primeiras residências da COOHABICASA no mapa urbano de Ijuí



Fonte: Prefeitura Municipal de Ijuí (2021), adaptação do autor (2024).

Partindo do desenho urbano preestabelecido, os profissionais realizaram os projetos do núcleo próximo ao HCI em duas quadras que seguiam o padrão do tecido tradicional, e, nessa situação, os arquitetos procuraram romper com o traçado ou negar o quarteirão tradicional: no interior das quadras foram criadas vias de circulação para pedestres e veículos, além de uma área central para a criação de uma praça. Essas atitudes transformaram os miolos de quadra em uma área coletiva; enquanto as duas quadras mencionadas dispõem de vias internas que levam aos seus miolos, uma terceira quadra desse núcleo possui uma travessa cortando-a transversalmente.

Através dessa tomada de decisão, entende-se que os arquitetos buscaram, à sua maneira, romper o tecido tradicional da cidade, propondo, mediante uma postura projetual moderna, criar um espaço central de convívio.

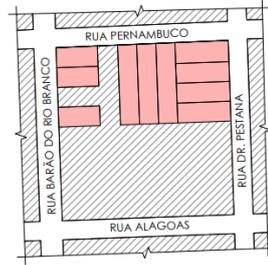
Outro caso semelhante foi o do núcleo da rua Mário Silva. O que difere este do anterior é a existência de uma única via, compartilhada entre veículos e pedestres e em menor dimensão, se comparada ao outro caso.

Contraopondo-se aos casos apresentados, os núcleos do Estádio Bertholdo Christmann e do bairro da Penha são compostos de terrenos tradicionais, mais profundos, se adequando ao tecido urbano existente.

**QUADRO 12** núcleos das primeiras residências da COOHABICASA

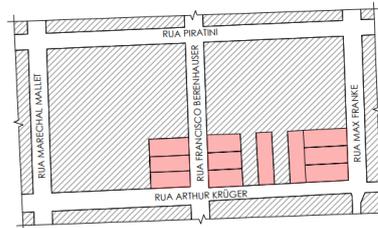
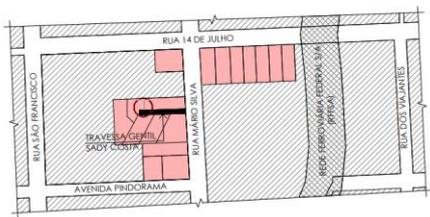
**núcleo próximo ao HCI**

**núcleo próximo ao Estádio Bertholdo Christmann**



**núcleo rua Mário Silva**

**núcleo bairro da Penha**



Fonte: Prefeitura Municipal de Ijuí (2021), adaptado pelo autor (2024).

Diferentemente da cidade tradicional, composta de ruas corredores e interiores de quadra com pátios privados, as quadras dos projetos da COOHABICASA possuem residências, em sua maioria, afastadas dos limites dos terrenos, o que, de alguma maneira configura um espaço urbano diferente do modelo tradicional, e, em alguns casos, o interior dessas quadras são de uso público.

Ao mesmo tempo que a criação de espaços coletivos nos miolos de quadra fez com que os lotes fossem reduzidos de tamanho em relação aos das quadras adjacentes, permitiu a criação de mais unidades: caso não houvesse uma via interna, os lotes seriam ainda mais alongados, mas em menor quantidade; a criação da rua interna, possibilitou aumentar a quantidade de terrenos, mas menos alongados.

A proposta de criar uma praça no meio de quadra vinha, guardadas as devidas proporções, da referência do desenho utilizado na capital do Brasil: “No conjunto próximo ao Hospital o projeto prevê 3 quadras, sendo que em cada uma haverá uma rua interna,

juntamente com uma praçinha, a exemplo das sub-quadras (*sic*) de Brasília” (Correio Serrano, 1968, p.18).

O projeto das quadras parece não ter sido construído em sua totalidade: no caso do núcleo do HCI, não se encontra nenhum vestígio de que houvesse sido construída uma praça; já no núcleo da rua Mário Silva, existe uma área vazia, que, possivelmente, daria espaço a essa área de lazer pública, mas que agora é ocupada somente por vegetação de médio porte.

As casas foram pensadas, a princípio, para serem implantadas no centro dos lotes; no entanto, algumas residências foram construídas de forma geminada, com recuo em apenas uma das laterais do lote, como é o caso daquelas próximas ao núcleo da rua Mário Silva (Figura 80).

**FIGURA 80** residências do núcleo da rua Mário Silva (trecho da rua 14 de Julho)



Fonte: Google Street View (2011).

As residências foram construídas com tijolo cerâmico maciço, que serviam tanto de vedação, quanto de estrutura. Algumas paredes apresentam o tijolo cerâmico e as vigas de concreto armado aparentes, e uma laje horizontal, que também deixa à mostra a estrutura do concreto, e recebe uma cobertura com telha de cimento amianto<sup>41</sup> apoiada em estrutura de madeira (Figura 81).

**FIGURA 81** residência tipo C-42 térrea, núcleo HCI



Fonte: [A] cortesia de Paulo Osmar Schweigert (1971); [B] autor (2022).

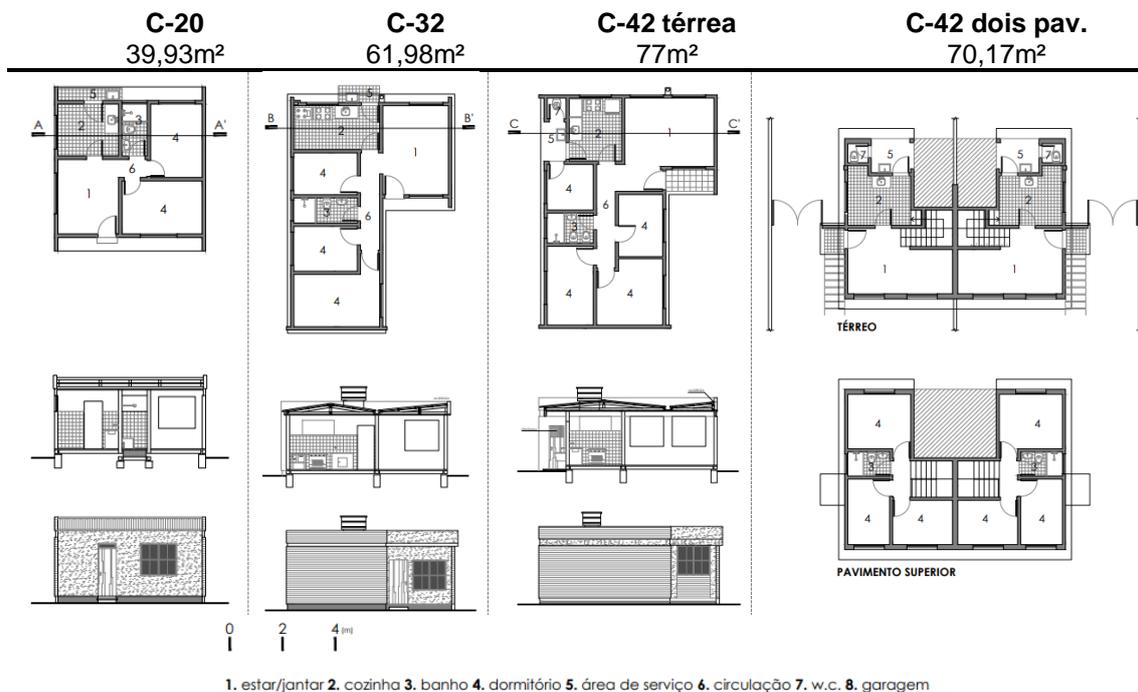
<sup>41</sup> As telhas de cimento amianto deixaram de ser produzidas no Brasil em razão do amianto se tratar de uma substância cancerígena.

Silva (2018) destaca que, mesmo dentro das restrições impostas pelo banco financiador, eles conseguiram propor melhorias sutis e eficazes nas residências da COOHABICASA – por exemplo, independentemente de o projeto aprovado ser da residência em si, eles já apresentavam a possibilidade de construção de uma garagem. Além disso, mantiveram a laje de concreto em vez utilizar forro de madeira, o que evitava repetitivas manutenções, e, no lugar de utilizarem cerâmica nos banheiros, nas cozinhas e no piso, revestiram com cimento alisado ou escaiola.

Quanto à configuração formal, a casa tipo C-20, de dois dormitórios é formada por um pequeno retângulo, e as casas tipo C-32, de três dormitórios, e C42 térrea, de quatro dormitórios, são compostas de forma mais alongada no sentido frente-fundos, nas quais os dormitórios foram voltados à parte frontal dos terrenos, enquanto as áreas social e de serviço foram posicionadas aos fundos.

Mesmo que a zona íntima tenha sido proposta para a frente dos terrenos, os arquitetos criaram nos tipos C-32 e C-42 térrea uma parede cega, paralela à testada do lote, o que trouxe maior privacidade em relação ao contato direto com a via pública. Já no tipo C-42 de dois pavimentos, de três dormitórios, o projeto elaborado trata de duas unidades geminadas, que apresentam no térreo zona social e de serviço, e o pavimento superior destinado exclusivamente ao uso íntimo (Quadro 13).

**QUADRO 13** projetos das primeiras residências da COOHABICASA

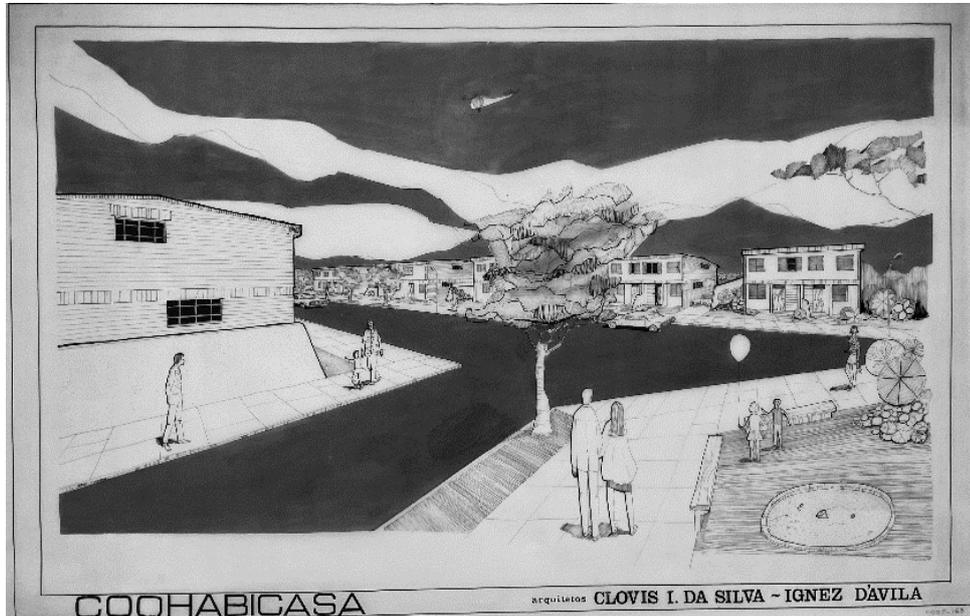


1. estar/jantar 2. cozinha 3. banho 4. dormitório 5. área de serviço 6. circulação 7. w.c. 8. garagem

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor, 2023.

Além das primeiras tipologias residenciais da COOHABICASA mencionadas, foi encontrada uma outra, que se assemelha à C-42 de dois pavimentos. Neste caso os acessos às unidades se dão pela parte frontal, enquanto a outra dispõe desses acessos pelas laterais (Figura 82).

**FIGURA 82** residências COOHABICASA tipo semelhante à C-42 de dois pavimentos



Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023).

**1969**

**obra** \_ conjunto habitacional COORODO

**situação do projeto** \_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva e Ignez d'Avila

**localização** \_ Porto Alegre

O primeiro projeto elaborado pelos arquitetos para a COORODO foi de um conjunto habitacional localizado na Avenida Francisco M. Vieira e Avenida Perimetral (atualmente Rua Cruzeiro do Sul), no bairro Santa Tereza, em Porto Alegre.

Sobre o terreno de forma retangular alongada, localizado em uma esquina, foram dispostos sete prédios residenciais de três pavimentos, isentos em relação a seus limites.

A proposta dos arquitetos evidencia uma atitude de adoção dos preceitos do urbanismo moderno, ao implantar os edifícios no centro do lote, criando espaços livres entre eles, tanto para iluminação e ventilação, quanto para circulação e convívio.

Esses espaços contemplam também uma área de vegetação de grande porte. Outro fato recorrente dos conjuntos habitacionais é o que Comas (1986, p. 127) descreve como “a ausência de privacidade dos apartamentos térreos que defrontam esses espaços [...]” e “[...] ausência de diferenciação clara e consistente de suas entradas, legíveis desde ruas e caminhos do conjunto”.

Na parte central do terreno, entre os edifícios, existe uma área de circulação de pedestres e de convívio, com vegetação, e a face noroeste, voltada para a rua Cruzeiro do Sul, tem acesso aos estacionamentos cobertos. Na outra face, paralelamente oposta à essa, com acesso pela Avenida Francisco M. Vieira, existe outro acesso de estacionamento, e nos fundos do terreno existe uma área de lazer ao ar livre, com quadra de esportes.

A proposta dos arquitetos conta com sete edifícios, cuja forma se aproxima de um cata-vento. Um dos edifícios, no entanto, se localiza de forma isolada, na esquina, enquanto os demais, se traçado um eixo transversal em cada um, se apresentam como dois cata-ventos agrupados, dispostos longitudinalmente no terreno (Figura 83).

**FIGURA 83** implantação conjunto habitacional COORODO



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor (2024).

Quanto à materialidade, os edifícios foram construídos com alvenaria de tijolo cerâmico, que, em suas fachadas cegas, ficam de forma aparente; as vigas de concreto armado estão expostas e se sobressaem em relação aos planos de vedação (Figura 84).

**FIGURA 84** conjunto habitacional COORODO

Fonte: [A] Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023); [B] Google Street View, 2023.

**\_1970**

**obra** \_ loteamento COORODO

**situação do projeto**\_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva e Ignez d'Avila

**localização** \_ Porto Alegre

O loteamento da Cooperativa Habitacional dos Rodoviários do Rio Grande do Sul (COORODO) se localiza no bairro Santa Tereza, em Porto Alegre.

A proposta contava com a disposição de praça/áreas verdes, reservas técnicas – que se acredita serem áreas destinadas a equipamentos comunitários – e aproximadamente 65 lotes residenciais em quatro quadras alongadas e irregulares (Figura 85).

**FIGURA 85** loteamento COORODO

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023); adaptado pelo autor (2024).

Para esse plano urbano, os arquitetos elaboraram também projetos de residências unifamiliares, com três tipologias, de um, dois e três dormitórios, sendo que todas as propostas possuem uma previsão de ampliação futura – um diferencial muito importante em relação à produção habitacional do momento.

Os projetos contam com uma sala de estar/jantar, cozinha, um dormitório, um banheiro e uma área de serviço externa. O acesso ao interior da casa se dá sobre a fachada paralela à testada do terreno; uma pequena parede que sobressai à maior massa edificada, perpendicular à testada do lote, juntamente de uma parede diagonal, guiam o indivíduo à porta de acesso.

Enquanto no projeto das residências da COOHABICASA os arquitetos posicionaram os dormitórios na porção frontal do terreno, no caso da COORODO eles propuseram o setor de serviço e social mais à frente, enquanto a zona íntima fica voltada para os fundos, com aberturas para as laterais do terreno (Quadro 14).

**QUADRO 14** residências do loteamento COORODO e previsões de ampliação

Fonte: Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS) (nº 002/2023), redesenho do autor (2024).

## **1974**

**obra** \_ conjunto habitacional COPHAMPA

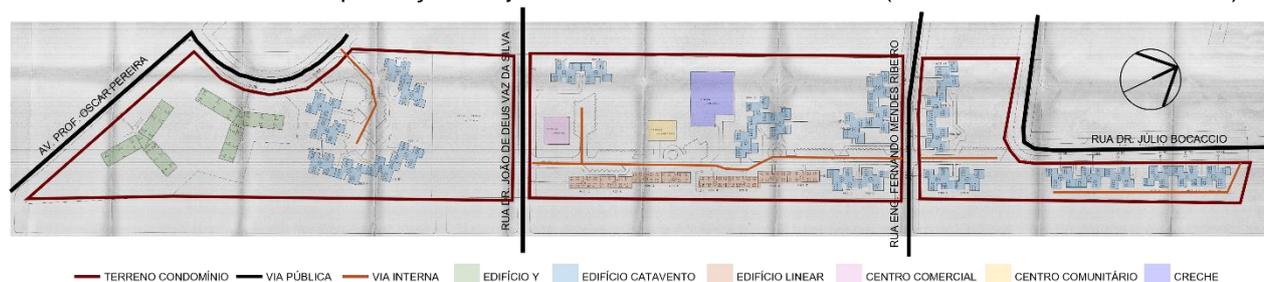
**situação do projeto** \_ construído

**arquitetos** \_ Clovis Ilgenfritz da Silva e Ignez d'Avila

**localização** \_ Porto Alegre

A Cooperativa Habitacional dos Municipários de Porto Alegre Ltda. (COPHAMPA) foi criada no início da década de 1970 e promoveu a construção do conjunto habitacional denominado Condomínio Jardim América, localizado no bairro Santo Antônio, em Porto Alegre, cujo projeto foi concebido entre 1972 e 1974.

O lote de implantação do conjunto é irregular, estreito e alongado, com aproximadamente 8ha de área e está localizado em uma área com traçado urbano de malha reticulada irregular. A configuração alongada do terreno e o desnível da topografia permitiram a implantação de edifícios dispostos de forma isolada, em diferentes níveis e juntos a áreas verdes, característica recorrente do urbanismo moderno, provocando uma ruptura na organização formal e espacial dessa área da cidade (Figura 86).

**FIGURA 86** implantação conjunto habitacional COPHAMPA (Condomínio Jardim América)

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (s.d.), adaptado pelo autor (2024).

Por conta da particularidade formal do lote em relação à extensão, vias públicas cortam transversalmente o conjunto; outras vias interiores ao conjunto foram projetadas pelos arquitetos a fim de permitir o acesso de pedestres e veículos às edificações.

A proposta dos arquitetos contava com 952 unidades habitacionais (BNH, 1979, p.222)<sup>42</sup>. Segundo apontamento de Sanvitto (2010), esse total estava distribuído em: dois grandes edifícios de dez andares em formato de Y, localizados na Avenida Oscar Pereira, oito de forma linear, e 29 em forma de cata-vento, dispostos ao longo do lote, sendo limitados pelo plano diretor em relação à altura – os edifícios possuem quatro pavimentos.

Este projeto, por contar com mais de três dezenas de edifícios, conforma um grande núcleo habitacional, se comparado ao caso anterior, que dispõe somente de sete prédios<sup>43</sup>. Conseqüentemente, este núcleo apresenta maior quantidade de áreas verdes e espaços residuais, o que não ocorre na COORODO.

A implantação dos edifícios em formato de Y e do primeiro conjunto de edifícios em formato de cata-vento parece conformar um pequeno espaço mais recluso entre as torres, como uma pequena praça. De toda forma, todos eles foram implantados de forma isolada, seguindo critérios do urbanismo moderno, permeados por espaços verdes – muitas vezes conformando espaços residuais.

Como destaca Comas (1986, p. 127), em casos como esse, na maioria das vezes, “possibilidades limitadas ou nulas de uso efetivo de espaços abertos percebidos como ‘terra de ninguém’ residuais entre edificações”.

Os edifícios em formato de Y apresentam fachadas emolduradas pela própria estrutura de concreto armado, haja vista que a alvenaria se encontra recuada de suas

<sup>42</sup> Segundo Xavier e Mizoguchi (1987), foram 972 apartamentos. Para as descrições a seguir, optou-se por utilizar o livro do BNH como base, por apresentar um maior número de informações.

<sup>43</sup> Nesse caso, a maior parte dos edifícios possui quatro pavimentos, enquanto o caso anterior possui três. Em relação à área construída, a COPHAMPA sai em vantagem à cooperativa anterior.

extremidades, o que possibilita a visualização a partir do exterior como uma grande malha, sendo possível diferenciar a estrutura em esqueleto da estrutura de vedação (Figura 87).

**FIGURA 87** edifício Y Condomínio Jardim América



Fonte: autor (2023).

Os demais edifícios também apresentam estrutura em concreto armado e fechamento em alvenaria; no entanto, as fachadas apresentam um plano principal perfurado pelas aberturas e com a adição de pequenos volumes que sobressaem o corpo principal dos edifícios – o peitoril das janelas em alvenaria aparente (Figura 88).

**FIGURA 88** edifícios tipo linear e catavento

**edifício  
linear**



**edifício  
catavento**



Fonte: autor (2023).

Silva (2018) salienta que houve um período no qual o BNH permitia aos profissionais envolvidos nos projetos financiados pelo banco trabalhar de forma conjunta com a instituição, propondo a escolha do terreno e com uma certa autonomia em geral. Foi nesse momento que foi projetado o Condomínio Jardim América.

A habitação de interesse social tinha como objetivo suprir a demanda habitacional propondo moradias adequadas à população, contudo entende-se que a insuficiência de políticas públicas no Brasil dificultou o processo em relação à qualidade e à dimensão das habitações.

A verticalização das cidades através da proposição de conjuntos habitacionais, diminuindo o uso do solo, acabou criando diversos espaços residuais com a implantação de edifícios no centro dos terrenos, o que acabou gerando áreas sem qualificação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se iniciou com uma ideia de que Clovis Ilgenfritz da Silva havia dedicado maior parte de sua vida profissional a lutar pelo papel do arquiteto na sociedade brasileira, atuando como um arquiteto-político. No entanto, no desenrolar da investigação, constatou-se que, além dessa trajetória política, ele desenvolveu, junto de Ignez d'Avila e outros arquitetos, um grande número e uma diversidade de projetos.

O registro sistemático da trajetória profissional de Ilgenfritz, tanto no viés político, quanto na documentação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, situam seu percurso em um contexto moderno da profissão, tanto em termos da militância – que está no cerne da arquitetura moderna – através de pautas que estavam em evidência: a habitação, a cidade etc., tanto no discurso político como na ação projetual.

A partir das perguntas iniciais de pesquisa: “Ilgenfritz foi um arquiteto e urbanista diferenciado por causa de sua atuação política? A atuação projetual de Ilgenfritz contribuiu à sua trajetória política e vice-versa?”, entende-se que, certamente, havia interfaces, mais ou menos consistentes, entre os dois tipos de atividades.

Através da pesquisa elaborada, entende-se que o objetivo geral do trabalho foi alcançado; a investigação acerca da trajetória de Ilgenfritz foi contextualizada através do período moderno da arquitetura, resgatando traços com os quais o arquiteto pode ter se identificado e/ou influenciado ao longo de sua jornada.

### **O arquiteto militante**

Na ideologia do movimento moderno, a política estava fortemente ligada às lutas dos arquitetos da época. Esse período agrupava uma série de ideais voltados ao coletivo, resultado de uma intensa atividade política dos arquitetos: a questão social, a busca por uma cidade mais democrática, que atingisse todas as camadas sociais, com habitação de qualidade e uma cidade aberta a todos, luta enfatizada através das características do urbanismo moderno, que buscava não limitar os espaços, pelo contrário, criar áreas comuns de parques e outros equipamentos urbanos.

Clovis Ilgenfritz se formou e atuou em um contexto de forte engajamento político. Desde cedo o profissional esteve atuante junto a um movimento social, o que se intensificou ao longo de sua trajetória.

Embora muitos arquitetos estivessem engajados em questões sociais e, no discurso, priorizassem a pauta da habitação social e de qualidade, a relação com a prática não foi estabelecida como o esperado, tendo os arquitetos poucas ocasiões de atuar em projetos

de programas ligados às camadas menos favorecidas economicamente por exemplo. Um fator que pode ter ocasionado isso, mesmo a partir de uma política habitacional bastante abrangente em termos quantitativos a partir de meados da década de 1960, foi a ausência de uma regulamentação em relação à qualidade das habitações, o que resultou em construções de baixa qualidade construtiva localizadas nas periferias das cidades, o que limitou bastante a atuação dos arquitetos.

Clovis Ilgenfritz, diante desse cenário, expandiu a fronteira da militância política junto às entidades representativas da categoria e, atuando em cargos políticos como vereador e deputado, buscou concretizar as suas pautas profissionais – como a da habitação por exemplo – a partir da atuação direta na criação de políticas públicas.

### **O arquiteto projetista**

Ilgenfritz buscou, através dos canais que tinha, realizar conexões entre a sua veia política e a projetual. Logo, sua atuação como arquiteto-político e arquiteto-projetista foi, em alguns momentos, construída através de pautas coexistentes, cada uma com a sua relevância, de forma que se complementassem.

Ele teve a oportunidade, junto a seus sócios de escritório e outros colaboradores, de projetar loteamentos de residências unifamiliares e conjuntos habitacionais, entre o final da década de 1960 e 1970. Ao mesmo tempo, também elaborou projetos de diversas casas para uma classe mais abastada, assim como hospitais, edifícios comerciais e administrativos.

Enquanto nos loteamentos residenciais as casas eram implantadas em terrenos tradicionais, alongados, com limites físicos, os conjuntos habitacionais eram compostos por edifícios dispostos de forma descolada das linhas limítrofes dos terrenos, o que garantia a criação de grandes áreas verdes e de circulação, fortalecendo o discurso em relação ao urbanismo moderno, que preconizava espaços públicos, em princípio de amplo uso coletivo, por exemplo.

Principalmente durante a ditadura militar, período no qual Ilgenfritz se manteve de forma mais reclusa em relação ao seu posicionamento político de esquerda, projeta uma série de residências unifamiliares para a classe mais abastada, o que pode se apresentar como uma contradição frente ao seu discurso.

Por outro lado, o interesse do profissional por estruturas que potencializavam a complexa plasticidade e espacialidade das construções foi algo notado em parte de suas obras em vários programas onde a questão da plasticidade, principalmente do concreto armado, foi explorada à exaustão. A técnica aparece como redentora espacial – libera os

elementos físicos para atuarem livremente, enriquece o espaço, embeleza o ambiente. Essa também é uma atitude social, política do arquiteto.

## REFERÊNCIAS

### Acervos

ACERVO de projetos de Clovis Ilgenfritz da Silva e sócios. Centro de Memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CM CAU/RS).

ACERVO de projetos da Cooperativa Agropecuária & Industrial (COTRIJUÍ).

ACERVO fotográfico do Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo (CSBH/FPA).

ACERVO do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP).

IJUÍ. Plano Diretor de Ijuí. Mapa do Plano Diretor. Ijuí: Secretaria de Planejamento, 21 jan. 2020.

### Dissertações e teses

CECHETTO, Carise Taciane. **O espaço urbano como patrimônio cultural**: reflexões sobre a paisagem da Praça da República de Ijuí/RS. 2017. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

LAY, Alfredo Carlos Alvarez. **Estructura Laminar de Cerámica Armada em la Arquitectura de Rio Grande do Sul/Brasil, en la década de 1970-1980**. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade da Coruña, Coruña, 2005.

LEONARDO, Fitz. **A obra de Eladio Dieste**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS**: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2009.

MARQUES, Sérgio Moacir. **Fayet, Araújo & Moojen**: arquitetura moderna brasileira no sul. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NUNES, Livia Fernanda Ribeiro. **Demetrio Ribeiro, Edgar A. Graeff, Edvaldo P. Paiva, Enilda Ribeiro e Nelson Souza**: os 5 professores comunistas. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Habitação coletiva econômica na arquitetura moderna brasileira entre 1964 e 1986**. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

### Entrevistas

SILVA, Clovis Ilgenfritz da. 2006-06-02 ClovisIlgenfritz\_1. [Entrevista cedida a] César Luciano Filomena. **Entrevista mestrado**, Porto Alegre, 2006. Arquivo .mp3 (1h02min).

SILVA, Clovis Ilgenfritz da. ILGENFRITZ VOZ 1 2014-05-06. [Entrevista cedida a] César Luciano Filomena. **Entrevista doutorado**, Porto Alegre, 2014. Arquivo .mp3 (58min).

SILVA, Clovis Ilgenfritz da. Clovis Ilgenfritz da Silva, pioneiro na Arquitetura de Habitação Social no Brasil. [Entrevista cedida a] Gabriela Belnhak Moraes. **CAU/RS**, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://caurs.gov.br/entrevista-clovis-ilgenfritz-da-silva-pioneiro-na-arquitetura-de-habitacao-social-no-brasil/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

SANTOS, Mario Augusto Souza dos. **Pesquisa – dissertação de mestrado**. Destinatário: João Vicente Machado Schmitz [S. l.], 21 jul. 2022. 1 mensagem eletrônica.

### **Folhetos**

RIBEIRO, Demetrio. A constituinte e a questão habitacional. **Arquitetura Constituinte**. Porto Alegre: DAFA – Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura, 1985. p. 6 – p. 8.

SILVA, Clovis Ilgenfritz da. Constituinte e habitação. **Arquitetura Constituinte**. Porto Alegre: DAFA – Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura, 1985. p. 2 – p. 4.

### **Jornais**

CORREIO Serrano. Assinado contrato para a construção de 50 residências para COHAB-CASA. **Correio Serrano**, Ijuí, 20 jul. 1968.

CORREIO Serrano. COHABICASA construirá 50 casas em Ijuí. **Correio Serrano**, Ijuí, 1 jun. 1968.

CORREIO Serrano. Engenharia Sanfelice consolida sua presença com obras inéditas em Ijuí. **Correio Serrano**, Ijuí, 15 jul. 1979.

CORREIO Serrano. Fundada a Cooperativa Habitacional Serrano – Missioneira. **Correio Serrano**, Ijuí, 7 jan. 1967.

CORREIO Serrano. Prefeito Municipal dá amplo apoio à COOHABICASA. **Correio Serrano**, Ijuí, 20 abr. 1969.

CORREIO Serrano. Silva Madeireira construirá 68 casas em Ijuí para a COOHABICASA. **Correio Serrano**, Ijuí, 22 jan. 1969.

CORREIO Serrano. Silva Madeireira entrega hoje 24 residências populares. **Correio Serrano**, Ijuí, 24 dez. 1969.

### **Legislação**

PORTO ALEGRE. **Projeto de Lei Complementar nº 17, de 29 de outubro de 1998**. Regulamenta o art. 232, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, instituindo o Programa de Assistência Técnica ao Projeto e Construção de Moradia Econômica a pessoas de baixa renda e dá outras providências. Porto Alegre: Câmara Municipal, [1998].

PORTO ALEGRE. **Projeto de Lei Complementar nº 20, de 27 de maio de 1991**. Dispõe sobre Assessoramento Técnico pelo Município aos Projetos de Iniciativa Popular. Porto Alegre: Câmara Municipal, [1991].

PORTO ALEGRE. **Projeto de Lei do Legislativo nº 214, de 25 de setembro de 1991.** Dispõe sobre a instalação de escritórios comunitários nas vilas irregulares de Porto Alegre. Porto Alegre: Câmara Municipal, [1991].

### **Livros**

---

ANDERSON, Standford. **Eladio Dieste:** Innovation in Structural Art. New York: Princeton Architectural Press, 2004.

BANCO Nacional da Habitação. **BNH:** projetos sociais. Rio de Janeiro, 1979.

CHING, Francis Dai-Kam. **Arquitectura:** forma, espacio y orden. 13. ed. Naucalpan: G. Gili, 2002.

CLARK, Roger; PAUSE, Michael. **Arquitectura:** temas de composición. 2. ed. Mexico: G. Gili, 1997.

CURTIS, William. **Arquitetura Moderna desde 1900.** 3. v. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DORFMAN, Cesar. **Havana 63.** Porto Alegre: Movimento, 2013.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. **Arte e técnica na formação do arquiteto.** São Paulo: Studio Nobel: Fundação Vilanova Artigas, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JÚNIOR, Israel Pacheco; OLIVEIRA, Sandro Barbosa. *In:* VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula. **Usina:** entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa.** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.

LIRA, José Tavares Correia de; ARTIGAS, Rosa (org.) **Vilanova Artigas:** caminhos da arquitetura. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MARTINEZ, Alfonso Corona. **Ensaio sobre o projeto.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de (org.). **Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2014.

MIRET, Eduardo Torroja. **Razón y ser de los tipos estructurales.** 3. ed., 1. Reimpresão. Madrid: Ediciones Doce Calles, 2010.

MONTANER, Josep Maria. **Después del movimiento moderno:** arquitectura de la segunda mitad del siglo XX. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitectura y política:** ensayos para mundos alternativos. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

ROVATTI, João Farias; PADÃO, Fabiano Mesquita. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Faculdade de Arquitetura 1952-2002**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2002.

SANTOS, Alexandre Pereira *et al.* **Manual para Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. Brasília: IAB/DN, 2010, 35 p.

SCHMITTER, Philippe Charles. **Reflexões sobre o conceito de Política**. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1984, p.31-39.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Clovis Ilgenfritz da. *In*: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma (org.). **Demetrio Ribeiro**. Porto Alegre: IAB/RS; Livraria do Arquiteto, 2005.

SILVA, Clovis Ilgenfritz da. *In*: MELLO, Bruno Cesar Eufrasio de (org.). **Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2014.

XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura moderna em Porto Alegre**. São Paulo: Pini FA/UFRGS, 1987.

### Revistas/periódicos/eventos

ANELLI, Renato Luiz Sobral. A construção da forma livre: visões opostas sobre o uso do concreto armado na Arquitetura Contemporânea no Brasil. *In*: II SEMINÁRIO DOCOMOMO SUL, 2., 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2008. p. 1-24.

COSTA, Ana Elísia da; GONSALES, Célia Castro. A persistência do telhado na arquitetura brasileira: a casa moderna. **Anais do XII Seminário DOCOMOMO Brasil**. Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/wp-content/uploads/2014/11/GONSALES-COSTA-DOCOMOMO.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Arquitetura moderna estilo Corbu, Pavilhão brasileiro. *In*: **Arquitetura & Urbanismo**, São Paulo, n.26, pp.92-101, out.-nov. 1989, p. 94.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. O espaço da arbitrariedade: considerações sobre o conjunto habitacional BNH e o projeto da cidade brasileira. *In*: **Revista Projeto**, n. 91, São Paulo, Projeto, p. 127-130, set. 1986.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Teoria acadêmica, arquitetura moderna, Corolário brasileiro. *Gávea*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 11, pp. 181-193, 1994, p. 182.

MACEDO, Silvio Soares. Espaços livres. *In*: **Paisagem e Ambiente**, n. 7, pp. 15-56, jun. 1995.

REVISTA Projeto. **Democracia e planejamento habitacional**. São Paulo, n. 22, p. 60, ago. 1980.

REVISTA Projeto. **O arquiteto e a política habitacional**. São Paulo, n. 42, p. 58, ago. 1982.

REVISTA Projeto. **A habitação social no Brasil**. São Paulo, 2018. Número especial.

REVISTA Projeto. **Arquitetura gaúcha em pauta**: debates, depoimentos e um panorama geral. São Paulo, n. 50, abr. 1983.

SILVA, Clovis Ilgenfritz da. Constituinte e política urbana. **Revista Projeto**, São Paulo, n. 85, p. 3, 1986.

SILVA, Clovis Ilgenfritz da; PINTO, Ignez d'Avila. Sede Administrativa da Cotrijuí. *In: Revista Projeto*, n. 50, pp. 72-73, abr. 1983.

### **Sites**

---

CASA Mello Pedreira. Disponível em:

<https://www.moomaa.net/casamelopedreira>. Acesso em: 15 fev. 2023.

EDIFÍCIO FAM. Disponível em:

<https://www.moomaa.net/edificiofam>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FADU UDELAR. **Fábrica Domingo Massaro S.A.** s.d. Disponível em: <https://www.fadu.edu.uy/eladio-dieste/obras/fabrica-domingo-massaro/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

IAB RS. **Arquiteta Enilda Ribeiro é homenageada em evento do IAB RS**. 2024. Disponível em: <https://iabrs.org.br/arquiteta-enilda-ribeiro-e-homenageada-em-evento-do-iab-rs/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

PEREIRA, Matheus. **Clóvis Ilgenfritz da Silva recebe Colar de Ouro durante abertura do 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos**. 2019. Disponível em: [https://www.archdaily.com.br/br/926372/clovis-ilgenfritz-da-silva-recebe-colar-de-ouro-durante-abertura-do-21-degrees-congresso-brasileiro-de-arquitetos?ad\\_campaign=normal-tag](https://www.archdaily.com.br/br/926372/clovis-ilgenfritz-da-silva-recebe-colar-de-ouro-durante-abertura-do-21-degrees-congresso-brasileiro-de-arquitetos?ad_campaign=normal-tag). Acesso em: 12 fev. 2024.

### **Demais referências**

---

ASSEMBLEIA Nacional Constituinte. **Atas das Comissões**. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. 1987. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup101anc22jul1987.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre. **Ata da nonagésima sexta sessão ordinária da primeira sessão legislativa ordinária da décima segunda legislatura no dia 31 de outubro de 1997**. Disponível em: [https://www.camarapoa.rs.gov.br/site/anais\\_sessoes\\_plenarias\\_antigas/1997/10/31/096a%20SO%20-%2031out1997.htm](https://www.camarapoa.rs.gov.br/site/anais_sessoes_plenarias_antigas/1997/10/31/096a%20SO%20-%2031out1997.htm). Acesso em: 18 jan. 2024.

SOUZA, Luiz Antonio de. **Arquiteto Clovis Ilgenfritz da Silva**: currículo comentado. Salvador: IAB-BA, 2017. Disponível em: <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Memorial-aprovado-pelo-ARQUITETO-CLOVIS-ILGENFRITZ-DA-SILVA-.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2022.

PROGRAMA de assistência técnica para a moradia econômica. **Acervo SAERGS**. Porto Alegre, 1977.